

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA



RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

São Paulo 2013

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da **IN TCU nº 63/2010**, da **DN TCU nº 119/2012**, da **Portaria TCU nº 150/2012** e das orientações do órgão de controle interno.



Superintendência Regional de São Paulo

Superintendente Regional: Wellington Diniz Monteiro

Procuradoria Federal Especializada

Procurador Chefe: Paulo Sérgio Miguez Urbano

Divisão de Administração

Chefe de Divisão: Wanderley de Oliveira Brito

Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento

Chefe de Divisão: Reinaldo Rodrigues Leite

Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento

Chefe de Divisão: Sinésio Luiz Sapucahy Filho

Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária

Chefe de Divisão: Mauro Furquim de Almeida Baldijão

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS	12
LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS	12
INTRODUÇÃO	15
PARTE A–CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO	17
1. Identificação e Atributos da Unidade Jurisdicionada.....	17
1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada.....	17
1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade Jurisdicionada	18
1.3 Organograma Funcional.....	20
1.4 Macroprocessos Finalísticos	27
1.5 Macroprocessos de Apoio	30
1.6 Principais Parceiros	32
2. Planejamento Estratégico, Plano de Metas e de Ações	33
2.1 Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada.....	35
2.2 Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos.....	35
Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária	35
Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento	36
Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento	36
Divisão de Gestão Administrativa.....	37
2.3 Execução do Plano de Metas ou de Ações	38
2.4 Indicadores.....	39
2.4.1 Comentários aos resultados dos indicadores	46
3. Estrutura de Governança e de Autocontrole da Gestão	58
3.1 Estruturas de Governança.....	58
3.2 Avaliação e Funcionamento dos Controles Internos	59
3.3 Remuneração Paga a Administradores	60
3.4 Sistema de Correição.....	61
3.5 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU	62
4. Programação e Execução da Despesa Orçamentária e Financeira.....	63
4.1 Informações Sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ	63
4.1.1 Informações Sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ	63
4.1.2 Informações Sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ.....	64
4.1.2.1 Objetivos Vinculados ao Programa 2066	64
4.1.2.2 Objetivo Vinculado ao Programa 2012	70
4.1.2.3 Objetivo Vinculado ao Programa 2034	71

4.1.3	Informações Sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ	72
4.1.3.1	Iniciativas Vinculadas ao Objetivo 0418	73
4.1.3.2	Iniciativas Vinculadas ao Objetivo 0419	73
4.1.3.3	Iniciativas Vinculadas ao Objetivo 0420	75
4.1.3.4	Iniciativas Vinculadas ao Objetivo 0421	78
4.1.3.5	Iniciativas Vinculadas ao Objetivo 0422	80
4.1.3.6	Iniciativa Vinculada ao Objetivo 0412	81
4.1.3.7	Iniciativas Vinculadas ao Objetivo 0987	81
4.1.4	Informações sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ	82
4.1.4.1	Ações Vinculadas ao Programa 2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária	82
4.1.4.2	Ações Vinculadas ao Programa 2012 – Agricultura Familiar	107
4.1.4.3	Ações Vinculadas ao Programa 2034 - Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial	110
4.1.5	Informações sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ	118
4.1.6	Informações sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ	118
4.2	Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa	122
4.2.1	Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ	122
4.2.2	Programação de Despesas	122
4.2.2.1	Programação de Despesas Correntes	122
4.2.2.2	Programação de Despesas de Capital	123
4.2.2.3	Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência	123
4.2.2.4	Análise Crítica	124
4.2.3	Programação de Despesas	125
4.2.4	Execução Orçamentária da Despesa	127
4.2.4.1	Execução da Despesa com Créditos Originários	127
4.2.4.1.1	Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários	127
4.2.4.1.2	Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários	128
4.2.4.2	Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação	130
4.2.4.2.1	Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação	130
4.2.4.2.2	Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação	131
4.2.4.2.3	Análise Crítica	133
5.	Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira	133
5.1	Reconhecimento de Passivos	133

5.1.1	Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos.....	133
5.1.2	Análise Crítica	133
5.2	Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	133
5.2.1	Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	133
5.2.2	Análise Crítica	134
5.3	Transferências de Recursos	134
5.3.1	Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício	134
5.3.2	Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios	134
5.3.3	Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios	135
5.3.4	Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios	135
5.3.5	Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios	136
5.3.6	Análise Crítica	137
5.4	Suprimento de Fundos	137
5.4.1	Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos	137
5.4.1.1	Suprimento de Fundos – Visão Geral.....	137
5.4.1.2	Suprimento de Fundos – Conta Tipo B	137
5.4.1.3	Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo	138
5.4.1.4	Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão de Crédito Corporativo pela UJ.....	139
5.4.1.5	Prestações de Contas de Suprimentos de Fundos.....	140
5.4.1.6	Análise Crítica	141
5.5	Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ.....	141
5.6	Gestão de Precatórios.....	141
6.	Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados	141
6.1	Composição do Quadro de Servidores Ativos.....	141
6.1.1	Demonstração da Força de Trabalho a Disposição da Unidade Jurisdicionada	141
6.1.1.1	Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada	142
6.1.2	Qualificação da Força de Trabalho	143
6.1.2.1	Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade	143
6.1.2.2	Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade	144
6.1.3	Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada.....	145
6.1.4	Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	146
6.1.4.1	Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e Aposentadoria	146

6.1.4.2	Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada	146
6.1.5	Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos	147
6.1.6	Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e empregos Públicos 147	
6.1.7	Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação.....	147
6.1.7.1	Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em Meio Físico.....	148
6.1.7.2	Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos	149
6.1.8	Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos.....	149
6.2	Terceirização da Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários.....	149
6.2.1	Informações Sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão	149
6.2.2	Informações Sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público.....	150
6.2.3	Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados.....	150
6.2.4	Informações Sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada	151
6.2.5	Informações Sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão.....	151
6.2.6	Composição do Quadro de Estagiários.....	153
7.	Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário	153
7.1	Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros	153
7.2	Gestão do Patrimônio Imobiliário	155
7.2.1	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial.....	155
7.2.2	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros	155
7.2.3	Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ.....	157
8.	Gestão da Tecnologia da Informação e Gestão do Conhecimento	158
8.1	Gestão da Tecnologia da Informação - TI.....	158
8.2	Análise Crítica	160
9.	Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental.....	160
9.1	Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	160
9.2	Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água	161
10.	Conformidades e Tratamentos de Disposições legais e Normativas	162
10.1	Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício.....	162
10.1.1	Deliberações do TCU atendidas no Exercício	162
10.1.2	Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	164
10.1.3	Recomendações da OCI Atendidas no Exercício.....	165
10.1.4	Recomendações da OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....	167

10.2	Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna	167
10.3	Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93	167
10.3.1	Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93.....	168
10.3.1.1	Análise Crítica	168
10.4	Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV	169
10.4.1	Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV	169
11.	Informações Contábeis.....	169
11.1	Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.....	169
11.1.1	Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos.....	169
11.2	Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis	169
11.2.1	Declaração Plena	169
11.2.2	Declaração com Ressalva	170
11.3	Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008.....	170
11.4	Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas Exigidas pela Lei nº 6.404/1976.....	185
11.5	Composição Acionária das Empresas Estatais	185
11.6	Parecer da Auditoria Independente.....	186
12.	Outras Informações Sobre a Gestão	186
PARTE B—CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS		186
13.	Apresentar o cronograma de levantamento relativo à documentação cartorária de imóveis rurais acima de 10.000,0000 ha (Portaria/Incrá/n.º 12/2006), dos cartórios de registro de imóveis.....	186
14.	Principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação.	187
ANEXOS		188

LISTA DE QUADROS

Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual	17
Quadro A.3.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ	59
Quadro A.4.1 – Programa de Governo constante do PPA – Temático – Programa 2066	63
Quadro A.4.2.1.a – Objetivos de programa temático – Objetivo 0418.....	64
Quadro A.4.2.1.b – Objetivos de programa temático – Objetivo 0419	65
Quadro A.4.2.1.c – Objetivos de programa temático – Objetivo 0420.....	66
Quadro A.4.2.1.d – Objetivos de programa temático – Objetivo 0421	68
Quadro A.4.2.1.e – Objetivos de programa temático – Objetivo 0422.....	69
Quadro A.4.2.2 – Objetivos de programa temático – Objetivo 0412.....	70
Quadro A.4.2.3 – Objetivos de programa temático – Objetivo 0987.....	71
Quadro A.4.3.1 – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01DV	73
Quadro A.4.3.2.a – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01E6	73
Quadro A.4.3.2.b – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01E7	74
Quadro A.4.3.3.a – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01EK	75

Quadro A.4.3.3.b – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01EL	75
Quadro A.4.3.3.c – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01EO	76
Quadro A.4.3.3.d – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01EP	77
Quadro A.4.3. 4.a – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01ES	78
Quadro A.4.3. 4.b – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01EU	78
Quadro A.4.3. 4.c – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01EW	79
Quadro A.4.3. 5 – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01F1	80
Quadro A.4.3. 6 – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01CB	81
Quadro A.4.3. 7 – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 047A	81
Quadro A.4.4. 1.1 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 2105	82
Quadro A.4.4. 1.2 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 2110	83
Quadro A.4.4. 1.3 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 2114	84
Quadro A.4.4. 1.4 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4426	85
Quadro A.4.4.5 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8378	86
Quadro A.4.4.1.6 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8387	87
Quadro A.4.4. 1.7 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4460	90
Quadro A.4.4. 1.8 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 20TG ...	92
Quadro A.4.4. 1.9 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8384	92
Quadro A.4.4. 1.10 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 0427 ...	93
Quadro A.4.4. 1.11 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 20S7 ...	94
Quadro A.4.4. 1.12 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8396 ...	95
Quadro A.4.4. 1.13 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8398 ...	97
Quadro A.4.4. 1.14 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 2B06...98	98
Quadro A.4.4. 1.15 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4320 .	100
Quadro A.4.4. 1.16 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4358 .	102
Quadro A.4.4. 1.18 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8374 .	102
Quadro A.4.4. 1.19 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4474 .	104
Quadro A.4.4. 1.20 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 6952 .	105
Quadro A.4.4. 1.21 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8370 .	105
Quadro A.4.4.2.1 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4470	107
Quadro A.4.4.2.2 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4448	109
Quadro A.4.4.3.1 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 0859	110
Quadro A.4.4.3.2 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 20T1....	113
Quadro A.4.5 – Programa de Governo constante do PPA – Programa 2120	118
Quadro A.4.6.1 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ – Ação 2000	118
Quadro A.4.6.2 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ – Ação 4572	120
Quadro A.4.6.3 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ – Ação 2103	121
Quadro A.4.7 – Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ	122
Quadro A.4.8 – Programação de Despesas Correntes	122
Quadro A.4.9 – Programação de Despesas de Capital.....	123
Quadro A.4.10 – Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência	123
Quadro A.4.11 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	125
Quadro A.4.12 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários	127
Quadro A.4.13 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – créditos originários	128
Quadro A.4.14 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de movimentação	130
Quadro A.4.15 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação	131
Quadro A.5.1. - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos.....	133

Quadro A.5.2 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores.....	133
Quadro A.5.4 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios....	134
Quadro A.5.5 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigorão em 2013 e exercícios seguintes	135
Quadro A.5.6 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.....	135
Quadro A.5.7 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse	136
Quadro A.5.8 – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos (SF)	137
Quadro A.5.9 – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos por UG e por Suprido (Conta Tipo “B”)	138
Quadro A.5.10 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador.....	138
Quadro A.5.11 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica).....	139
Quadro A.5.12 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF)	140
Quadro A.6.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12	141
Quadro A.6.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12	142
Quadro A.6.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro).....	143
Quadro A.6.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12	143
Quadro A.6.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12.....	144
Quadro A.6.6 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores	145
Quadro A.6.7 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro	146
Quadro A.6.8 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12	146
Quadro A.6.9 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)	147
Quadro A.6.10 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)	148
Quadro A.6.11 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac	148
Quadro A.6.12 – Atos sujeitos à remessa física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007)	149
Quadro A.6.13 – Atuação do OCI sobre os atos submetidos a registro	149
Quadro A.6.14 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada	149
Quadro A.6.15 – Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados	150
Quadro A.6.16 – Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados	150
Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	151
Quadro A.6.18 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	151
Quadro A.6.19 - Composição do Quadro de Estagiários.....	153
Quadro A.7.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União.....	155
Quadro A.7.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros	155
Quadro A.7.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ	157
Quadro A.8.1 – Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada.....	158

Quadro A.9.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	160
Quadro A.9.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água	161
Quadro A.10.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício	162
Quadro A.10.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício	164
Quadro A.10.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.....	165
Quadro A.10.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício	167
Quadro A.10.5 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR.....	168
Quadro A.10.6 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV	169
Quadro A.5.3 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência.....	188

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

APP - Área de Preservação Permanente
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar
CADIN - Cadastro Informativo de Créditos não Quitados no Setor Público Federal
CAR – Cadastro Ambiental Rural
CATP - Contrato de Alienação de Terras Públicas
CCIR - Certificado de Cadastro de Imóvel Rural
CCU - Contrato de Concessão de Uso
CDB – Associação Crédito do Brasil
CDR – Comitê de Decisão Regional
CENSIPAM - Centro Gestor de Proteção da Amazônia
CGU - Controladoria Geral da União
CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNIR - Cadastro Nacional de Imóveis Rurais
CNISS - Cadastro Nacional de Informação Social
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente
CPL - Comissão Permanente de Licitação
CRC – Conselho Regional de Contabilidade
DAC - Coordenação-Geral de Contabilidade
DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF
DE - Diretoria de Gestão Estratégica
DET - Coordenação-Geral de Tecnologia e Gestão da Informação
DF – Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária
DFDA - Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário
DFR - Coordenação-Geral de Regularização Fundiária
DFQ – Diretoria Fundiária de Quilombola
DN - Decisão Normativa
DOU - Diário Oficial da União
FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e à Seguridade Social
FUNASA - Fundação Nacional de Saúde
GAP - Gestão e Administração do Programa
GECC – Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso
GEE - Grau de Eficiência na Exploração
GPS - Global Positioning System (Sistema de Posicionamento Global)
GT – Grupo de Trabalho
GUT - Grau de Utilização da Terra
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Biodiversidade Biológica
IN - Instrução Normativa
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
LIO - Licença de Instalação e Operação
LOA - Lei Orçamentária Anual
LP - Licença Prévia
LTDA - Limitada
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragem
MAS – Microsistema de Abastecimento de Água
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MP - Medida Provisória
MPF – Ministério Público Federal
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
NE - Norma de Execução
NTGARFAL - Norma Técnica para Georreferenciamento em Ações de Regularização Fundiária Aplicada à Amazônia Legal
OCI – Órgão de Controle Interno
PA - Projeto de Assentamento
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PAF - Projeto de Assentamento Florestal
PB – Projeto Básico
PDA - Plano de Desenvolvimento do Assentamento
PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PGE - Plano Geral de Estatísticas
NDTR - Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural
PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária
PC – Plano de Compromisso
PPA - Plano Plurianual
PRA - Plano de Recuperação de Assentamento
PRAD - Plano de Recuperação de Área Degradada
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATER - Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PU - Planos de Utilização
RB – Relação de Beneficiários
RBMC - Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo
RG - Relatório de Gestão
RIBAC - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS
RL - Reserva Legal
RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
SEDAM - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental
SEMA - Secretária Estadual de Meio Ambiente
SGBD - Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SIG - Sistema de Informações Geográficas
SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIPAM - Sistema de Proteção da Amazônia
SIPRA - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária
SIR - Sistema de Informações Rurais
SISDOC – Sistema de Documento
SISPAD - Sistema de Controle de Processo Administrativo Disciplinar
SISPROT – Sistema de protocolo
SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural
SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPU - Secretaria de Patrimônio Público da União

SRFB - Secretaria da Receita Federal do Brasil
TCE - Tomada de Contas Especiais
TCT – Termo de Cooperação Técnica
TCU - Tribunal de Contas da União
TD - Título Definitivo
TDA - Título da Dívida Agrária
TI - Tecnologia da Informação
UA - Unidade Avançada
UG - Unidade Gestora
UGR - Unidade Gestora Responsável
UJ - Unidade Jurisdicionada
UMC - Unidade Municipal de Cadastramento
UO - Unidade Orçamentária

INTRODUÇÃO

Etimologicamente, reforma vem das palavras re e formare, ou seja, significa mudar uma estrutura anterior, para modificá-la em determinado sentido. O prefixo re significa a idéia de renovação, enquanto formare é à maneira de existência de um sentido ou de uma coisa. Reforma Agrária é, pois, na acepção etimológica, a mudança do estado agrário vigente, procurando-se mudar o estado atual da situação agrária. E esse estado que se procura modificar é o do feudalismo agrário (que influenciou o surgimento das sesmarias e capitânicas hereditárias no Brasil colonial) e o da grande concentração agrária (latifúndios) em benefício das massas trabalhadoras do campo. Por consequência, as leis de reforma agrária se opõem a um estado anterior de estrutura agrária privada que se procura modificar para uma estrutura de propriedade com sua função social.

Assim, a reforma agrária foi criada visando uma revisão e novo regramento das normas disciplinando a estrutura agrária do país, tendo em vista a valorização humana do trabalhador e o aumento da produção, mediante a utilização racional da propriedade agrícola e de técnica apropriada ao melhoramento da condição humana da população rural.

Ela deve combater simultaneamente formas menos adequadas de produção, sobretudo o latifúndio e o minifúndio. Mesmo a pequena propriedade familiar, também não apresenta grande grau de produtividade sem as técnicas do crédito e do melhor assentamento do homem a terra. Não se confundindo com a política agrária, também prevista na Carta magna, que é o conjunto de princípios fundamentais e de regras disciplinadoras do desenvolvimento do setor agrícola.

A política fundiária, por sua vez, difere da política agrícola; onde o visa disciplinamento da posse da terra e de uso adequado (função social da propriedade). Visando e promovendo o acesso à terra daqueles que saibam produzir, dentro de uma sistemática moderna, especializada e profissionalizada.

E, nesse contexto, a terra tem uma função social, que é justamente a produção agrícola para alimentar a população humana e a sociedade urbanizada. E a redistribuição das terras é normalmente um dos principais objetivos de qualquer programa de reforma agrária.

Assim, os instrumentos legais vigentes, em especial a Lei nº 12.593 de 18/01/2012 que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2012/2015 e objetiva assim a organização da atuação governamental em Programas orientados para o alcance dos objetivos estratégicos definidos para o período do PPA trouxe integrado a si programas temáticos, dentre esses alguns específicos para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, dos quais a Superintendência Regional no Estado de São Paulo - SR-08/SP, durante o exercício de 2012, alcançou os seguintes resultados: o assentamento de 482 (quatrocentos e oitenta e duas) famílias; criação de 4 (quatro) projetos de assentamento; realização de vistorias em 13 (treze) imóveis representando o total de 7.005,80 ha (Sete Mil hectares e Cinco hectares e oito ares), de área vistoriada; protocolo junto ao órgão ambiental estadual de 3 (três) licenças ambientais. Houve ainda o atendimento a 1017 (mil e dezessete) famílias com beneficiadas com obras de infraestrutura visando o abastecimento de água; expedição de 64 (trinta e seis) documentos de concessão de uso em 1 (um) Projeto de Assentamento; atendimento de 6.226 (Seis mil, duzentas e vinte e seis) famílias com a concessão de crédito em diversas modalidades de crédito; foram supervisionadas 187 (cento e oitenta e sete) parcelas para verificação da situação ocupacional; gerenciamento de 21.997 (vinte e um mil, novecentos e noventa e sete) imóveis; emissão de 273.039 (duzentos e setenta e três mil, e trinta e nove) Certificados de Cadastro de Imóveis Rurais – CCIR. Assistência técnica para atendimento de 115 (cento e quinze) projetos de assentamento com disponibilidade para atender até 10.387 (dezesseis mil, quinhentas e dezesseis) famílias; certificação de 1.116 (mil cento e dezesseis) imóveis. Publicação de 1 (um) Relatório Técnico de Identificação e Delimitação de Território Quilombola referente a 1 (uma) comunidade de 24 (vinte e nove) famílias

compreendida numa área total de 941 ha (novecentos e quarenta e um hectares); capacitação de 32 (trinta e dois) servidores; cadastro de 152 (cento e cinquenta e dois) acampamentos com prestação de diversos tipos de assistência para 7.295 (sete mil, duzentas e noventa e cinco) famílias acampadas.

De acordo com a Lei Orçamentária Anual 2012, com o detalhamento da Programação Operacional para o exercício de 2012 e posteriores ajustes decorrentes de contingenciamento de recursos, o orçamento previsto para a Superintendência Regional no Estado de São Paulo – SR(08)SP, foi o montante de R\$ 86.859.567,48 (Oitenta e seis milhões, oitocentos e cinquenta e nove milhões, quinhentos e sessenta e sete reais e quarenta e oito centavos), excetuando-se o gasto com pessoal, sendo descentralizados R\$ 65.737.337,02 (sessenta e cinco milhões, setecentos e trinta e sete mil, trezentos e trinta e sete reais e dois centavos), que representa 76% do valor inicialmente programado. Do montante descentralizado, R\$ 52.633.725,30 (cinquenta e dois milhões, seiscentos e trinta e três mil, setecentos e vinte e cinco reais e trinta centavos), 80% foram empenhados e, desse valor o montante de R\$ 23.379.888,89 (vinte e três milhões, trezentos e setenta e nove mil, oitocentos e oitenta e oito reais e oitenta e nove centavos), 44% foram efetivamente liquidados, resultando em 26,92% de execução orçamentária.

Organizado em três partes, o presente Relatório de Gestão tem por objetivo apresentar de forma objetiva e transparente a execução física e orçamentária da Superintendência Regional no Estado de São Paulo – SR(08)SP ao longo do exercício de 2012, retratando as principais atividades realizadas nos programas de Reforma Agrária e de Ordenamento da Estrutura Fundiária, através da consonância entre as disposições constantes nos Normativos do Tribunal de Contas da União.

Na primeira, denominada Parte A, de acordo com a Decisão Normativa - TCU nº 150 de 03/07/2012, os conteúdos gerais, tais como a identificação da unidade, informações sobre o planejamento e gestão orçamentária e financeira, considerando o atingimento dos objetivos e metas físicas e financeiras, bem como as ações administrativas consubstanciadas em projetos e atividades.

A segunda, denominada Parte B, apresenta as informações contábeis, entre essas a declaração do contador responsável pela unidade atestando se os demonstrativos contábeis, como os balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320 de 17/3/1964, também constantes da referida Parte B, refletem ou não da adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial.

E, na terceira e última, denominada Parte C, os conteúdos específicos da Superintendência Regional no Estado de São Paulo - SR-08/SP, assim como as principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação; e alguns Indicadores Institucionais que gradativamente vêm sendo utilizados como instrumento de análise quanto ao direcionamento das ações empreendidas ao longo do exercício.

Assim, que este seja utilizado como um instrumento de reflexão ao esforço e ao aprimoramento da busca ao benefício coletivo, onde esta Autarquia precisa avançar.

PARTE A—CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO

1. Identificação e Atributos da Unidade Jurisdicionada

1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério do Desenvolvimento Agrário		Código SIORG: 17125
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação completa: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Superintendência Regional do Estado de São Paulo		
Denominação abreviada: INCRA (SR-08)		
Código SIORG: 4033	Código LOA: 49201	Código SIAFI: 373066
Situação: Ativa		
Natureza Jurídica: Autarquia Federal do Poder Executivo		
Principal Atividade: Administração pública em geral		Código CNAE: 84.11-6-00
Telefones/Fax de contato:	(011) 3823-8560	
Endereço eletrônico: Wellington.monteiro@spo.incra.gov.br		
http://www.INCRA.gov.br		
Endereço Postal: No Estado de São Paulo, a autarquia é representada através de sua Superintendência Regional, cuja sigla é SR (08), CNPJ 00.375.972/0010-51, com endereço à Rua Doutor Brasília Machado nº 203, Santa Cecília, São Paulo – SP, CEP 01230-906		
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada		
<ul style="list-style-type: none"> - Decreto nº 1.110, de 09 de junho de 1970 – Dispõe sobre a criação do INCRA - Decreto-Lei nº 2.363, de 21 de outubro de 1987 – Dispõe sobre a extinção do INCRA - Decreto Legislativo nº 02, de 29 de março de 1989 – Dispõe sobre o restabelecimento do INCRA 		
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		
<ul style="list-style-type: none"> - Portaria nº 20, de 08/04/2009 – Regimento Interno do INCRA - Decreto nº 6.812, de 03/04/2009 – Estrutura Regimental do INCRA 		
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada		
<ul style="list-style-type: none"> - Manual Operacional de ATES 2008 – Aprovado pela Norma de Execução INCRA/DD/Nº 78, de 31/10/2008 - Manual para Elaboração e Implantação de Projetos de Recuperação e Conservação de Recursos Naturais em Assentamentos da Reforma Agrária – junho/2006 - Manual de Obtenção de Terras e Perícia Judicial - Aprovado pela Norma de Execução INCRA / DT no 52, de 25 de outubro de 2006 - Manual de Operações do PRONERA – Edição Revista e Atualizada de acordo com o Decreto nº 7.352/2010 e Acórdão TCU nº 3.269/2010. Aprovado pela Portaria/INCRA/P/Nº 238, de 31 de maio de 2011 - Norma Técnica para Georreferenciamento de Imóveis Rurais – 2ª Edição/Revisada – agosto/2010 - Manual de Orientação – Declaração para Cadastro de Imóveis Rurais – abril/2002 - Manual de Cadastro Rural - Manual de Fiscalização Cadastral 		
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
	Não se aplica	
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
	Não se aplica	
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões		

Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
	Não se aplica

1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade Jurisdicionada

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) é uma autarquia federal criada pelo Decreto n. 1.110, de 9 de julho de 1970, com a missão prioritária de realizar a reforma agrária, manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União.

Reforma agrária é entendida como sendo o conjunto de medidas que visem promover a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social, do desenvolvimento rural sustentável e ao aumento de produção. A concepção é estabelecida pelo Estatuto da Terra. Na prática, a reforma agrária proporciona:

A desconcentração e democratização da estrutura fundiária;

A produção de alimentos básicos;

A geração de ocupação e renda;

O combate à fome e à miséria;

A diversificação do comércio e dos serviços no meio rural;

A interiorização dos serviços públicos básicos;

A redução da migração campo-cidade;

A democratização das estruturas de poder;

A promoção da Cidadania e da Justiça Social.

De acordo com as diretrizes estabelecidas no II PNRA, implantado em 2003, a reforma agrária executada pelo INCRA deve ser integrada a um projeto nacional de desenvolvimento, massiva, de qualidade, geradora de trabalho e produtora de alimentos. Deve, ainda, contribuir para dotar o Estado dos instrumentos para gerir o território nacional.

O que se busca com a reforma agrária atualmente desenvolvida no País é a implantação de um novo modelo de assentamento, baseado na viabilidade econômica, na sustentabilidade ambiental e no desenvolvimento territorial; a adoção de instrumentos fundiários adequados a cada público e a cada região; a adequação institucional e normativa a uma intervenção rápida e eficiente dos instrumentos agrários; o forte envolvimento dos governos estaduais e prefeituras; a garantia do reassentamento dos ocupantes não-índios de áreas indígenas; a promoção da igualdade de gênero na reforma agrária; assegurando o direito à educação, à cultura e à seguridade social nas áreas reformadas.

Em suma, o INCRA tem como atividades principais, nos termos da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 – Estatuto da Terra, e expressos em seu Regimento Interno (Portaria MDA nº 69, de 19 de outubro de 2006):

a) quanto ao Ordenamento da Estrutura Fundiária (Programas 2066 e 2034):

Zoneamento do país em regiões homogêneas, do ponto de vista socioeconômico e das características da estrutura agrária, além de definir critérios para a fixação da fração mínima de parcelamento e do módulo fiscal;

Promove estudos e diagnósticos sobre a estrutura fundiária nacional, mercados de terras, controle do arrendamento e aquisição de imóveis rurais por estrangeiros, sistemas de produção e cadeias produtivas;

Como entidade cadastral, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) organiza e mantém atualizado um cadastro nacional de imóveis rurais, de proprietários e detentores de imóveis rurais, de terras públicas, de arrendatários e parceiros. Na condição de órgão gestor do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), promove a sua integração com outros sistemas de cadastro de terras propiciando o aumento do conhecimento e a correção da estrutura fundiária e socioeconômica do meio rural. Promove, ainda, a identificação e a classificação do imóvel rural, mediante ações de fiscalização cadastral, contribuindo para a erradicação do trabalho escravo;

Controla e executa a certificação de imóveis rurais, identificando e impedindo a superposição do registro imobiliário, numa ação conjunta com o sistema cartorário nacional, mediante ações de georreferenciamento desses imóveis;

Realiza atividades de discriminação, arrecadação e destinação das terras devolutas federais, através de ações de regularização fundiária, visando incorporá-las ao sistema produtivo. Além disso, coordena a execução das atividades de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes de quilombos.

b) quanto à Obtenção e Destinação de Terras e Assentamento dos Beneficiários da Reforma Agrária e da Colonização (Programa 2066):

Atividades de aquisição, desapropriação e incorporação ao patrimônio do INCRA, das terras necessárias à reforma agrária. Esse trabalho é realizado a partir do desenvolvimento e do monitoramento dos mecanismos de obtenção de terras, incluindo a incorporação ao patrimônio público das terras devolutas federais, a serem destinadas a essa finalidade;

Realizar seleção de famílias, a promoção do acesso a terra e a criação de projetos de assentamento, bem como as atividades relativas ao aproveitamento sustentável dos recursos naturais e a preservação do meio ambiente nos projetos de reforma agrária, com destaque à implantação de projetos ambientalmente diferenciados.

c) quanto ao Desenvolvimento dos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária (Programas 2066 e 2012):

Elaboração de propostas que visem ao desenvolvimento e à recuperação dos projetos de reforma agrária;

Normatizar, coordenar, acompanhar, monitorar, avaliar, autorizar movimentações orçamentárias e propor alterações nos programas relacionados às ações voltadas ao desenvolvimento dos projetos de assentamento. O objetivo é promover o desenvolvimento sustentável, a viabilidade econômica e a justiça social nos assentamentos, bem como promover a recuperação e consolidação dos projetos da reforma agrária;

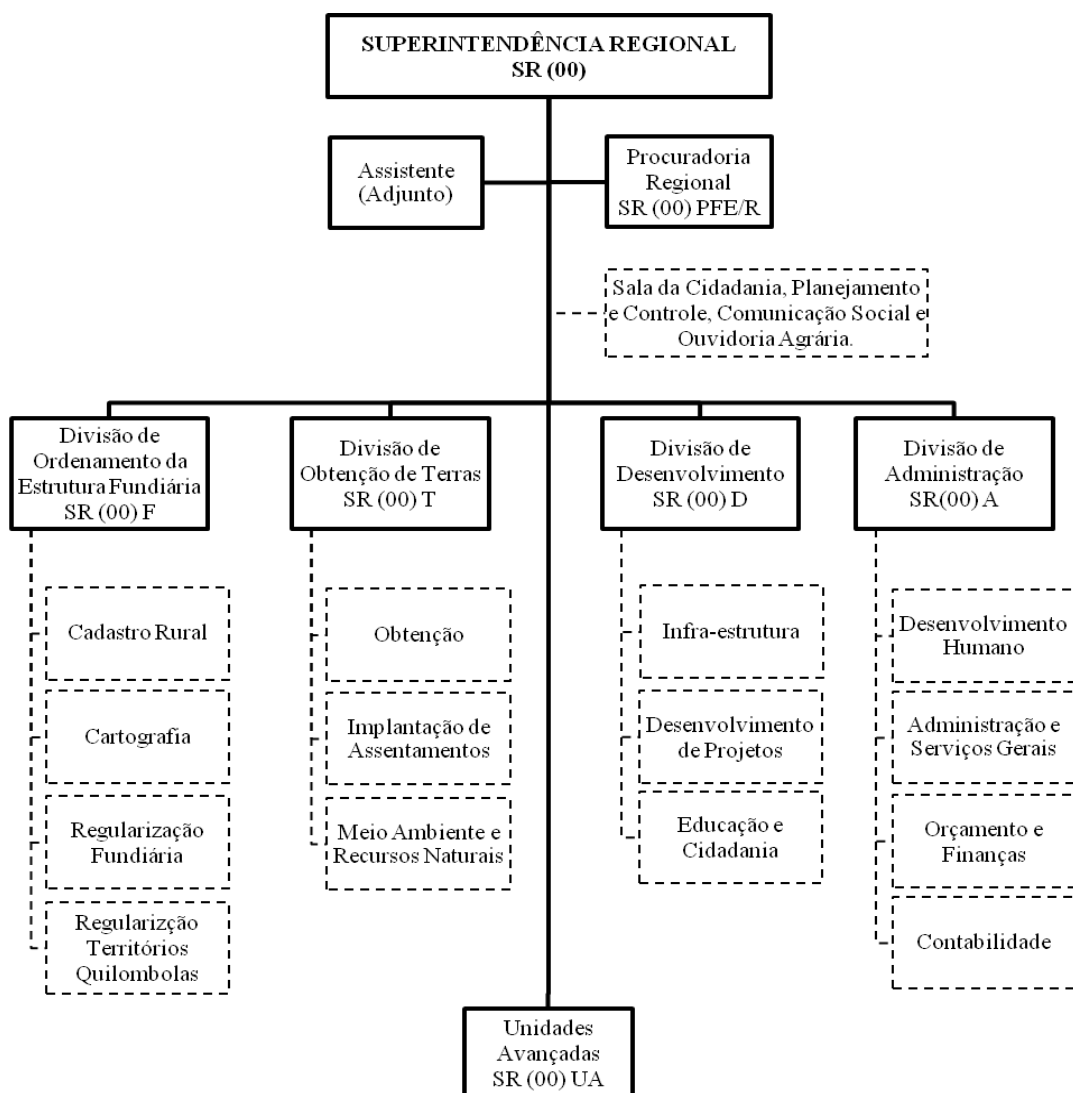
Implementação da infraestrutura (água, saneamento, estradas); acompanhamento e concessão de créditos (nas suas diversas modalidades, desde o Apoio Inicial, passando pelo Fomento até a modalidade de Aquisição de Material de Construção;

Estabelecimento de parcerias para a prestação de assessoria técnica e a capacitação de beneficiários e técnicos da reforma agrária;

Titulação e destinação de imóveis; apoio à agroindustrialização, à comercialização e às atividades pluriativas e solidárias;

Promoção da cidadania e educação no campo, visando à equidade de gênero, raça e etnia.

1.3 Organograma Funcional



A estrutura organizacional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA apresentado através do organograma acima foi definida através dos Decretos nº 5.735 de 27/3/2006 e 5.928 de 13/10/2006 e Portaria MDA/Nº 69 de 19/10/2006, sendo esses normativos alterados pelo Decreto nº 6.812 de 3/4/2009 e Portaria nº 20 de 8/4/2009, onde não estabelece desenho de organograma, mas apresenta nova estrutura, incluindo Divisões Estaduais de Regularização Fundiária na Amazônia Legal (SRFA (00)), no mesmo nível das demais Divisões; estabelecendo as atribuições / competências de cada um dos setores, conforme abaixo:

1)Superintendências Regionais - SR(00) – Órgãos descentralizados, compete coordenar e executar, na sua área de atuação, as atividades homólogas às dos órgãos seccionais e específicos relacionadas ao planejamento, programação, orçamento, informática, modernização administrativa e garantir a manutenção, fidedignidade, atualização e disseminação de dados do cadastro de imóveis rurais e sistemas de informação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

As funções vinculadas ao Gabinete da Superintendência Regional - SR (00)G possuem as seguintes atribuições:

a)Atendimento ao Cidadão (Sala da Cidadania) - Gerenciar as atividades de atendimento ao cidadão; Orientar, pesquisar e recepcionar os documentos afetos ao Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR de acordo com as normas vigentes; Emitir o Certificado de Cadastro de Imóvel Rural - CCIR; Emitir Certidão de Assentado da Reforma Agrária e outros documentos de acordo com as normas vigentes; Buscar parcerias em nível local e regional para facilitar o atendimento ao cidadão; Promover gestões para assegurar condições e funcionalidade de atendimento, inclusive de infraestrutura física que facilite o acesso aos portadores de necessidades especiais, através da sinalização, iluminação, temperatura, acústica, mobiliário e equipamentos, sistemas de informação e pessoal capacitado; Subsidiar o Centro Cultural da Reforma Agrária com documentos e registros históricos; Administrar o acervo bibliográfico, promovendo gestão para assegurar condições para a preservação do mesmo, o acesso e sua consulta de maneira prática e funcional, assim como melhoria, conservação e ampliação; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

b)Planejamento e Controle - Coordenar e acompanhar as unidades da Superintendência Regional, na elaboração dos seus planos, programas, ações e metas, dentro da filosofia e preceitos de planejamento compartilhado; Coordenar e acompanhar a aplicação das diretrizes estratégicas e elaboração dos planos de curto, médio e longo prazo das ações de reforma agrária e ordenamento da estrutura fundiária; Coordenar, orientar e supervisionar a elaboração do Plano Regional de Reforma Agrária da Superintendência Regional; Disseminar, no âmbito de sua competência, as orientações emanadas do órgão central; Coordenar e supervisionar a elaboração e detalhamento da Programação Operacional e suas reformulações; coordenar a elaboração de análises gerenciais e disponibilização de informações referentes à evolução da aplicação dos recursos orçamentários e metas físicas, visando dar suporte ao processo decisório na Superintendência Regional; Coordenar o monitoramento da execução e desempenho das atividades finalísticas das Unidades Regionais; Coordenar, orientar e supervisionar a elaboração dos relatórios mensais e anuais de gestão da Superintendência Regional; Realizar gestão da infraestrutura da rede de comunicação de dados, voz e imagem, inclusive políticas e normas de segurança; Propor os projetos básicos ou termos de referência definindo os critérios de aceitação dos serviços ou produtos relativos à infraestrutura de rede no âmbito da Regional; Gerenciar os contratos de prestação de serviços e controlar a qualidade dos produtos ou serviços relacionados à infraestrutura de rede no âmbito da Regional; Promover a capacitação técnica dos usuários quanto ao uso dos sistemas de informação; Prestar assistência técnica aos usuários da rede local, de forma remota ou presencial, incluindo a instalação e configuração de softwares e componentes físicos nas estações de trabalho e respectivos periféricos; Manter controle dos softwares adquiridos, no âmbito da Regional, incluindo as respectivas mídias, bem como controlar a instalação dos mesmos de acordo com o número de licenças adquiridas; Realizar inventários nos computadores da Superintendência Regional, visando controlar a

configuração de componentes instalados e o uso de produtos homologados; Dar suporte às demandas da Auditoria Interna do INCRA; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

c) Comunicação Social - Assistir o Superintendente Regional nos assuntos relacionados à comunicação social e ao relacionamento com os meios de comunicação internos e externos; Elaborar e executar o plano de comunicação para a Superintendência Regional, em conformidade com as diretrizes emanadas pelo órgão central; Promover a publicação, divulgação e acompanhamento das matérias de interesse da Superintendência Regional e do INCRA; Produzir comunicação interna das atividades da Superintendência Regional; Realizar assessoria de imprensa junto aos veículos de comunicação social; Supervisionar as atividades de comunicação social relacionadas à realização de eventos, cerimonial e relações públicas; Providenciar o registro audiovisual, fotográfico e jornalístico de interesse da Superintendência Regional; Apresentar à administração central contribuições para a atualização e alimentação das informações constantes da página institucional na internet; Produzir e submeter à aprovação da Sede material publicitário para divulgação dos programas e ações da Superintendência Regional; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

d) Ouvidoria Agrária - Prevenir e mediar conflitos agrários; Articular com os órgãos governamentais federais, estaduais, municipais e não-governamentais para garantia dos direitos humanos e sociais das pessoas envolvidas em conflitos agrários; Receber, processar e oferecer encaminhamento às denúncias sobre violência no campo, irregularidades no processo de reforma agrária, desrespeito aos direitos humanos e sociais das partes envolvidas nos conflitos agrários; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

D) À Procuradoria Regional - SR(00)PFE/R - compete promover a apresentação judicial e extrajudicial e realizar as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos cometidos à Procuradoria Federal Especializada e suas Coordenações-Gerais, bem como assistir o Superintendente Regional e os demais dirigentes das unidades no controle interno da legalidade dos atos a serem por estes praticados ou já efetivados.

II) À Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária - SR(00)F - compete coordenar e supervisionar a execução das seguintes atividades, dentre outras:

a) De Cadastro Rural - Executar as atividades de manutenção e atualização dos registros cadastrais no SNCR, assegurando a inclusão dos imóveis oriundos dos projetos de assentamento, da regularização fundiária e da regularização de territórios quilombolas; Analisar e verificar a consistência de atualizações cadastrais; Avaliar e controlar a fidedignidade, qualidade e segurança dos arquivos cadastrais e disseminação de suas informações; Acompanhar, analisar e aplicar a legislação cadastral, inclusive quanto à taxa de serviços cadastrais; Propor e controlar a celebração de termos de cooperação técnica com as prefeituras municipais para implantação das Unidades Municipais de Cadastramento - UMC e sua integração ao SNCR; Propor programa regional de treinamento e capacitação das UMC; Propor celebração de convênios, contratos, ajustes e termos de cooperação técnica para acesso e execução das atividades relativas ao SNCR, incluindo o CNIR; Desenvolver as atividades necessárias à microfilmagem e recuperação de dados e informações cadastrais; Manter registro e controle de máquinas e equipamentos de serviços de microfilmagem; Desenvolver, avaliar e executar as atividades de fiscalização dos imóveis rurais com vistas ao combate da grilagem de terras; Executar as atividades relacionadas à fiscalização de imóveis rurais em conjunto com outras instituições; Executar as atividades de controle do arrendamento e da aquisição de imóveis rurais por estrangeiros residentes no país; Executar as atividades relativas à verificação do cumprimento da função social da propriedade e de combate ao trabalho escravo; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

b) De Cartografia - analisar, aprovar e encaminhar os requerimentos de certificação de imóveis rurais pelo Comitê Regional de Certificação; Executar, controlar, recepcionar e fiscalizar os serviços de georreferenciamento de imóveis rurais, medição e demarcação de projetos de reforma

agrária e de certificação de imóveis rurais; Produzir dados geodésicos referenciais e homologados, como suporte às atividades de georreferenciamento de imóveis rurais, em todo o país; Produzir dados padronizados de natureza cartográfica de interesse do INCRA; Adquirir, produzir, arquivar e tratar plantas, mapas, imagens obtidas por sensores remotos e demais materiais de natureza cartográfica; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

c)De Regularização Fundiária - Realizar discriminação e arrecadação de terras devolutas e terras públicas da União; Propor, acompanhar, fiscalizar e controlar a celebração e a execução de convênios, ajustes, contratos e termos de cooperação técnica para execução das atividades de sua competência; Propor a destinação de imóveis rurais arrecadados e discriminados; Analisar as solicitações, bem como propor as doações e as concessões de terras públicas; Realizar levantamentos dos recursos naturais, vistorias e avaliações dos imóveis da União/INCRA, visando promover a regularização fundiária e as doações e concessões, excetuado os casos de projetos de reforma agrária e de colonização; Executar atividades de destinação, titulação, concessão, doação e de ratificação para fins de regularização fundiária; Elaborar a pauta de valores de imóveis rurais para fins de regularização fundiária; Autorizar a emissão de documentos de titularidade como resultado das ações de regularização fundiária; Elaborar o Plano Ecológico Econômico - PEE; Analisar as solicitações de ratificação das concessões e alienações de terras devolutas federais realizadas pelos Estados na faixa de fronteira; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

d)De Regularização de Territórios Quilombolas - Identificar e orientar as comunidades quilombolas quanto aos procedimentos relativos à regularização do território; Realizar as atividades de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação dos territórios quilombolas; Promover a elaboração do relatório antropológico das áreas remanescentes de quilombos reclamadas pelas comunidades; Efetuar o cadastramento das famílias quilombolas; Executar o levantamento dos ocupantes não-quilombolas nos territórios quilombolas e promover a sua desintração; Promover a publicação do edital e os encaminhamentos do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID; Propor a desapropriação ou a aquisição das áreas particulares incidentes nos territórios quilombolas; Propor, acompanhar, fiscalizar e controlar a celebração e a execução de convênios, ajustes, contratos e termos de cooperação técnica relativos à regularização de territórios quilombolas; Propor o reassentamento das famílias de ocupantes não quilombolas incidentes em território quilombola, suscetíveis de inclusão no Programa de Reforma Agrária; Dar suporte técnico à defesa dos interesses dos remanescentes das comunidades de quilombos nas questões surgidas em decorrência dos procedimentos da titulação de suas terras; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

III)Divisão de Obtenção de Terras - SR(00)T - compete coordenar e supervisionar a execução das seguintes atividades, dentre outras:

a)De Obtenção - Proceder a vistoria e avaliação de imóveis rurais, para fins de desapropriação, aquisição, arrecadação e outras formas de obtenção de terras, destinadas à implantação de projetos de assentamento de reforma agrária; Participar em perícias judiciais e em audiências de conciliação, nas ações de desapropriação de terras; Atualizar semestralmente a Planilha de Preços Referenciais de Terras; Coletar e manter atualizados os dados referentes aos negócios realizados no mercado de imóveis rurais; Acompanhar a evolução do mercado regional de terras e analisar sua dinâmica; Promover discussões da Câmara Técnica e dos Grupos Técnicos de vistoria e avaliação; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

b)De Implantação de Assentamentos - Proceder ao cadastramento, seleção e assentamento de famílias em projetos criados e em áreas retomadas ou vagas em projetos de assentamento de reforma agrária e de colonização; Executar as ações voltadas à desintração de não-índios em terras indígenas; Providenciar os atos de criação e de implantação de projetos de assentamento; Elaborar documentos necessários ao reconhecimento de projetos de assentamento; Gerenciar o sistema de informações referente aos projetos de reforma agrária; Aprovar projetos de

colonização oficial e/ou particular; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

c) De Meio Ambiente e Recursos Naturais - Elaboração de mapeamentos temáticos; Adoção de providências necessárias ao licenciamento ambiental dos projetos de assentamento de reforma agrária criados pelo INCRA; Fomentar a implantação de projetos de assentamento com atividades ambientalmente diferenciadas; Analisar, encaminhar e supervisionar os projetos de recuperação de áreas degradadas em assentamentos de reforma agrária; Monitorar e sistematizar as informações referentes à utilização dos recursos naturais nos assentamentos de reforma agrária; Promover estudos e diagnósticos que subsidiem o planejamento das ações de obtenção de terras, de gestão ambiental e de avaliação da evolução do desenvolvimento sustentável dos projetos de reforma agrária e de colonização oficial; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

IV)À Divisão de Desenvolvimento - SR(00)D - compete coordenar, executar e supervisionar a implementação e o desenvolvimento dos projetos de assentamentos, por meio das seguintes atividades, dentre outras:

a)De Infraestrutura - Acompanhar a execução física e orçamentária para a viabilização do desenvolvimento dos serviços de Assessoria Técnica, Social e Ambiental - ATES; do Crédito Instalação, em todas as suas modalidades; dos Planos para o Desenvolvimento e Recuperação dos Assentamentos e das ações de Formação e Capacitação dos Assentados e Profissionais de ATES, e dos serviços de topografia; Promover a identificação das demandas de formação e capacitação dos beneficiários do Programa de Reforma Agrária e dos profissionais de Assessoria Técnica, Social e Ambiental - ATES; Proceder articulação institucional, interinstitucional e com entidades não-governamentais buscando identificar e potencializar a cooperação e parcerias voltadas para o desenvolvimento dos projetos de reforma agrária; Analisar, aprovar, supervisionar e acompanhar os Planos de Desenvolvimento e Recuperação dos Assentamentos; Nas obras de engenharia, arquitetura, urbanismo e serviços correlatos: a.1. Elaborar os projetos básicos; a.2. Analisar e emitir pareceres técnicos; a.3. Acompanhar, supervisionar e receber as obras e serviços; a.4. Promover a integração e institucionalização de cooperação e parcerias com organizações governamentais e não-governamentais; a.5. Acompanhar a execução física dos créditos destinados à habitação rural e outras edificações; a.6. Acompanhar a aplicação física e financeira dos recursos; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

b)De Desenvolvimento de Projetos - Selecionar os beneficiários para acesso às políticas de crédito voltadas para a produção, com base nos instrumentos normativos; Implementar projetos de apoio à agroindustrialização, comercialização e atividades pluriativas e solidárias nos projetos de assentamento; Executar e monitorar os projetos ambientais, de biodiversidades e de energia alternativa, com foco no desenvolvimento sócio-cultural e econômico dos projetos; Analisar, elaborar, supervisionar e fiscalizar os convênios, contratos, protocolos, parcerias e demais instrumentos congêneres firmados no âmbito de sua competência; Promover estudos e realizar diagnósticos para avaliação da evolução do desenvolvimento sustentável dos projetos de reforma agrária e de colonização; Promover a integração de políticas públicas e ações do INCRA objetivando a consolidação dos projetos de reforma agrária e de colonização; Definir as pautas de valores dos projetos de assentamento, para fins de autorização do respectivo título de domínio; Realizar vistorias, supervisionar a situação ocupacional dos projetos de assentamento e promover as ações de retomada de parcelas irregularmente ocupadas; Emitir Contrato de Concessão de Uso aos beneficiários dos projetos de reforma agrária; Autorizar a emissão de títulos de domínio a beneficiários de projetos de assentamento e de colonização; Promover a destinação de bens remanescentes de projetos de assentamento e de colonização; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

c)De Educação e Cidadania - Promover parcerias com o Governo do Estado, Municípios, movimentos sociais e sindicais de trabalhadores rurais e instituições públicas e/ou comunitárias de

ensino, sem fins lucrativos, para a implementação do PRONERA; Divulgar, articular, programar, acompanhar e supervisionar o PRONERA e as atividades voltadas para a promoção da cidadania, no âmbito da Superintendência Regional; Analisar e emitir parecer técnico sobre as propostas de projetos e de convênios voltadas para a educação e cidadania; Apoiar e participar dos colegiados executivos estaduais; Mobilizar, dinamizar e orientar as atividades afetas ao PRONERA e à cidadania; Apoiar as ações voltadas ao exercício da cidadania da população adulta das áreas de reforma agrária; Articular e propor parcerias para a realização das atividades de cultura e lazer nas áreas de reforma agrária; Promover articulação com diferentes órgãos e políticas públicas nas ações voltadas para o bem-estar das crianças, dos jovens e da população da terceira idade das áreas de reforma agrária; Promover ações de inserção nas políticas públicas das trabalhadoras rurais beneficiárias do programa de reforma agrária e de resgatados em situação de trabalho escravo, objetivando a promoção da igualdade no campo; Articular a interação dos cursos executados no âmbito do PRONERA, ou outro que vier a substituí-lo, com as ações do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental – ATES; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

V)À Divisão de Administração - SR(00)A - compete coordenar e supervisionar a execução das seguintes atividades, dentre outras:

a)De Desenvolvimento Humano - Coletar, sistematizar e manter atualizada a legislação de pessoal; Manter atualizadas as informações relativas ao cadastro, lotação, pagamento de pessoal e registros necessários à homologação dos atos de concessão de aposentadoria e pensão; Instruir consultas e requerimentos que envolvam questões relativas a direitos, deveres, responsabilidades e disciplina de pessoal, despesas de exercícios anteriores e vantagens decorrentes de decisões judiciais; Expedir documentos de identificação funcional, certidões e declarações funcionais; Efetuar o levantamento das necessidades de treinamento e acompanhar, controlar e avaliar a execução das ações de capacitação; Acompanhar a aplicação de instrumentos de avaliação de desempenho, o processo de adaptação do servidor em estágio probatório e identificar e propor alternativas para neutralizar causas de inadequações funcionais; Executar, acompanhar e controlar as atividades relativas ao Programa de Estágio Supervisionado; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

b)De Contabilidade - Executar os lançamentos dos fatos contábeis, dos ajustes das contas da Unidade Gestora em consonância com o plano de contas da União; Orientar e supervisionar as unidades gestoras sob sua jurisdição; manter atualizado o rol de responsáveis; Elaborar o processo de prestação de contas anual da Superintendência e atender às diligências dos órgãos de controle interno e externo; Examinar as prestações de contas diárias, suprimento de fundos, convênios e outros instrumentos congêneres que envolvam transferência de recursos; Controlar a concessão de diárias e passagens, cotação e indicação de reserva de bilhetes de passagens; Instaurar processos de Tomada de Contas Especial; Promover o registro no CADIN e no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI dos órgãos inadimplentes; Controlar e acompanhar convênios, contratos e instrumentos congêneres, que envolvam transferência de recursos; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

c)De Administração e Serviços Gerais - Administrar os serviços de transporte e de manutenção de viaturas oficiais; Administrar as atividades de reprografia e de serviços gráficos; Manter e controlar os serviços de telecomunicação; Supervisionar os serviços de limpeza, manutenção e vigilância; Controlar a autorização para transporte de cargas; Recepcionar, registrar e entregar a correspondência oficial da Superintendência Regional; Expedir e receber a documentação tramitada entre a Superintendência Regional e a sede do INCRA; Manter atualizado o sistema de controle de processos e documentos; Orientar e supervisionar as unidades descentralizadas quanto à execução das atividades de protocolo; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

d)De Orçamento e Finanças - Acompanhar e controlar a execução orçamentária e programação financeira, emitindo os respectivos relatórios gerenciais; Promover emissões de empenhos, anulações, ajustes, ordens bancárias e recolhimentos legais de despesas devidamente liquidadas e autorizadas pelo ordenador de despesas; Movimentar sempre em conjunto com o ordenador de despesas, a Conta Única do INCRA, relacionada a pagamentos e recebimentos, procedendo à conformidade mensal de diárias e operadores dos lançamentos no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI; Registrar, cadastrar e publicar os termos de convênios, contratos e instrumentos congêneres; Registrar, controlar e manter sob guarda, em cofre, os bens e valores representados por títulos, cauções e fianças bancárias; Promover a cobrança e o controle das obrigações financeiras decorrentes de financiamentos e créditos concedidos aos beneficiários da Reforma Agrária; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

VI)À Divisão Estadual de Regularização Fundiária na Amazônia Legal - (SRFA(00))
- compete a coordenação e supervisão da execução das atividades de regularização fundiária e cadastramento dos ocupantes das terras públicas no âmbito estadual, acompanhar e fiscalizar a execução de convênios, ajustes, contratos e termos de cooperação técnica, com execução das seguintes atividades, dentre outras:

a)Ao Serviço Técnico (SRFA(00)T) - Mobilizar, executar, acompanhar e controlar as atividades de cadastramento dos ocupantes das terras públicas; Executar e controlar o ordenamento de dados observados em campo, arquivar, tratar e disponibilizar dados geoespaciais, plantas, mapas, imagens obtidas por sensores remotos e demais materiais de natureza cartográfica, básica e temática, no âmbito institucional; Executar e/ou recepcionar e fiscalizar os serviços de georreferenciamento de imóveis rurais, medição e demarcação de terras públicas para fins de regularização, retomada e destinação; Executar a certificação de perímetros de glebas georreferenciadas; Executar a recepção, análise e homologação de peças técnicas; Executar a alimentação de banco de dados geoespaciais; Executar atividades de alimentação, manutenção e atualização dos registros cadastrais junto ao SNCR, assegurando a inclusão dos imóveis oriundos de regularização fundiária; Analisar e verificar a consistência dos cadastros coletados para fins de atualizações cadastrais; Mobilizar, executar, controlar e acompanhar as atividades de regularização fundiária dos ocupantes das terras públicas; Analisar as solicitações, bem como propor as doações e as concessões de terras públicas; Realizar levantamentos dos recursos naturais, vistorias e avaliações dos imóveis da União e do INCRA, visando promover a regularização fundiária e as doações e concessões, excetuado os casos de projetos de reforma agrária e de colonização; Executar atividades de destinação, titulação, concessão, doação e de ratificação para fins de regularização fundiária; Propor a emissão de documentos de titularidade como resultado das ações de regularização fundiária; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

b)Ao Serviço Administrativo (SRFA(00)A) - Solicitar a concessão de diárias e passagens, realizando cotação e indicação de reserva de bilhetes de passagens; Examinar as prestações de contas diárias e suprimento de fundos; Acompanhar convênios, contratos e instrumentos congêneres, que envolvam transferência de recursos; Solicitar e administrar os serviços de transporte e de manutenção de viaturas oficiais; Solicitar e administrar as atividades de reprografia e de serviços gráficos; Solicitar, manter e controlar os serviços de telecomunicação; Solicitar e supervisionar os serviços de limpeza, manutenção e vigilância; Solicitar e controlar a autorização para transporte de cargas; Recepcionar, registrar e entregar a correspondência oficial ao escritório Regional e Superintendência; Expedir e receber a documentação tramitada entre o Escritório Regional e a Superintendência; Manter atualizado o sistema de controle de processos e documentos; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

VII)Às Unidades Avançadas - SR(00)UA - são órgãos descentralizados, de caráter transitório, subordinados às Superintendências Regionais, e lhes competem executar as atividades finalísticas especialmente supervisionar os projetos de reforma agrária e colonização; executar as

atividades pertinentes as ações de ordenamento da estrutura fundiária; articular-se com os organismos governamentais, não-governamentais e os beneficiários, no sentido de viabilizar a participação e a integração das ações nos projetos de reforma agrária de colonização; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas atribuições.

1.4 Macroprocessos Finalísticos

No Instituto Nacional de Colonização e Reforma – INCRA-SP são considerados três os Macroprocessos Finalísticos: Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento, Ordenamento da Estrutura Fundiária e Desenvolvimento de Projetos de Assentamento.

O Macroprocesso Finalístico Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento tem como meta fundamental a obtenção de imóveis rurais para a criação de projetos de assentamento de famílias rurais trabalhadoras e, entre os principais processos que o compõe estão:

- ✓ Fiscalização da Função Social (vistorias);
- ✓ Obtenção de Imóveis e Destinação de Terras Públicas;
- ✓ Processos de Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias;
- ✓ Licenciamento Ambiental, Criação de Assentamentos; e
- ✓ Gestão dos Recursos Naturais

Para consecução do seu objetivo, este macroprocesso é conduzido pela Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Processos de Assentamento, a qual é responsável, dentre outras atividades que desempenha e que são previstas pelo regimento interno do órgão, pelo planejamento e execução das seguintes ações orçamentárias:

- Ação 8387 – Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais – alcance da execução física de 37% em relação à meta estabelecida para o exercício;
- Ação 20TG – Pagamento de Indenização Complementar nos Processos de Desapropriações de Imóveis Rurais – Não houve descentralização de recursos orçamentários para o exercício;
- Ação 4460 – Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições d Imóveis Rurais – Com os pagamentos efetuados atingiu-se 97% da meta estabelecida para o exercício;
- Ação 8378 – Gestão de Terras Públicas - para o exercício não houve meta física estabelecida – Não houve descentralização de recursos orçamentários para o exercício;
- Ação 8374 – Licenciamento Ambiental dos Projetos da Reforma Agrária – Obteve uma execução física de 200% em relação à meta estabelecida para o exercício; e
- Ação 2B06 – Gestão de Meio Ambiente em Projetos de Assentamento – foram elaborados projetos preliminares para desempenho em 2013.

O Macroprocesso Finalístico Desenvolvimento de Projetos de Assentamento têm um objetivo amplo e muito ambicioso que é o de propiciar às famílias assentadas um desenvolvimento social, econômico e ecologicamente equilibrado, buscando garantir preliminarmente através da concessão do crédito instalação e assistência técnica a subsistência e dignidade dessas famílias. Entre os principais processos que o compõe estão:

- ✓ Disponibilização de Crédito Instalação (incluindo construção e reforma de casas);
- ✓ Implantação de Infraestrutura Básica (água, estradas e luz);
- ✓ Assistência Técnica (ATER);
- ✓ PRONERA;
- ✓ Terra Sol (apoio à agroindustrialização e comercialização);
- ✓ Consolidação de Assentamentos; e
- ✓ Titulação

Este macroprocesso finalístico é conduzido pela Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento que, para atingir suas metas deve planejar, coordenar, executar e fiscalizar atividades definidas pelo regimento interno do órgão, conforme é descrito no item anterior.

Para consecução do macroprocesso finalístico a Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento, dentre outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências é responsável pelo acompanhamento, fiscalização e execução das seguintes ações orçamentárias que individualmente, interagindo ou executadas simultaneamente visam o desenvolvimento em todos os aspectos das famílias assentadas:

- Ação 0000 - Criação de Projetos de Assentamento (não possui orçamento e nem meta física); contudo, procedeu a criação de 4 projetos de assentamento, sendo 1 projeto de assentamento criado a partir de área desapropriada e reconhecimento de 3 projetos de assentamento oriundos do Instituto de Terras do Estado de São Paulo – ITESP;
- Ação 8384 – Cadastramento, Seleção, Homologação e Famílias – Êxito de 107% em relação à meta estipulada para assentamento de famílias no exercício;
- Ação 0427 – Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas – Atendimento de 98% das famílias previstas, incluindo os recursos de Restos a Pagar;
- Ação 08A1 – PRONAF – Não houve metas definidas para o exercício; contudo foram emitidas 1417 DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF;
- Ação 8398 – Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento - Início de demarcação em 210 parcelas de famílias assentadas;
- Ação 20S7 – Supervisão e Fiscalização da Concessão de Crédito Concedido às Famílias Assentadas – Fiscalização de 250 créditos concedidos, o que representa o cumprimento de 106% da meta estabelecida para o exercício;

- Ação 8396 – Implantação e Recuperação da Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento - Atendimento de 1017 famílias, que significa 516% da meta estabelecida para o exercício;
- Ação 4470 – Assistência Técnica, Social e Ambiental às Famílias Assentadas – Contratação de assistência técnica para atender 10387 famílias assentadas, o que representa 100% das famílias assentadas nos assentamentos criados pelo INCRA-SP. A meta estabelecida quando do Plano de Compromissos 2012, referia-se a 18332, estimativa que englobava inclusive os projetos de assentamento do Instituto de Terras do Estado de São Paulo-ITESP, os quais, por recomendação do Ministério Público Federal, foram excluídos do processo de licitação;
- Ação 8870 – Educação de Jovens e Adultos – Alcance de 91% de profissionais capacitados, em relação à meta estabelecida;
- Ação 4474 - Educação de Jovens e Adultos no Campo – Não houve descentralização de recursos orçamentários e nem meta física, estabelecidas para o exercício;
- Ação 6952 - Concessão de Bolsas de Capacitação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social; Não houve descentralização de recursos orçamentários e nem meta física, estabelecidas para o exercício; e
- Ação 4458 – Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento – Concessão de 64 Contratos de Concessão de Uso, o que corresponde a 100% da meta estabelecida para o exercício.

O Macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária têm o objetivo de aumentar a governança sobre a malha fundiária, gerenciar o ordenamento fundiário por meio dos sistemas cadastrais e cartográficos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), realizar a fiscalização das informações cadastrais da propriedade, controlar a aquisição de imóveis por estrangeiros, proceder à certificação dos imóveis rurais e combater a grilagem de terra pública.

Regularização Fundiária e o Gerenciamento da Estrutura Fundiária, inclusive a obtenção de terras para Reforma Agrária. Identificar, discriminar e arrecadar as terras devolutas e executar a regularização fundiária nas terras federais e nas estaduais, em parceria com os respectivos governos, para a democratização do acesso a terra, com condições simplificadas para imóveis rurais pequenos e médios, bem como para a promoção dos direitos territoriais das populações quilombolas, povos indígenas e outras comunidades tradicionais, e contribuir para o combate da pobreza no meio rural.

Realizar a Regularização Fundiária das Comunidades Quilombolas, por meio da Delimitação, Reconhecimento, Indenização das Benfeitorias e Imóveis, Desintrusão e Titulação dos Territórios Quilombolas. Entre os principais processos que o compõe estão:

- ✓ Processos de Cadastro e Certificação de imóveis rurais;
- ✓ Regularização Fundiária, Quilombolas;
- ✓ Fiscalização da Função Social (vistorias); e
- ✓ Obtenção de Imóveis e Destinação de Terras Públicas

Este macroprocesso finalístico é conduzido pela Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária que, para atingir suas metas, deve planejar e coordenar, bem como acompanhar a

execução e ainda fiscalizar atividades definidas pelo regimento interno do órgão, conforme é descrito no item anterior.

Para consecução do macroprocesso finalístico a Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária, dentre outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências é responsável pelo acompanhamento, fiscalização e execução das seguintes ações orçamentárias que individualmente, interagindo ou executadas simultaneamente visam o desenvolvimento e aperfeiçoamento dos sistemas de monitoramento e controle dos serviços; inclusive com a incorporação das atividades demandadas com a regularização de áreas de comunidades quilombolas:

- Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural; Obtendo um êxito de 21.997 Imóveis gerenciados, o que representa em termos de porcentagem a 1.445%, em relação à meta estipulada;
- Ação 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais e Urbanos - Não houve descentralização de recursos orçamentários/financeiros para o exercício;
- Ação 2114 - Estruturação para Implantação e Manutenção dos Sistemas Cadastrais e Cartográficos - trabalhos coordenados e gerenciados pela SEDE/INCRA;
- Ação 4426 - Georreferenciamento de Imóveis Rurais - Não houve meta física para o exercício, contudo, foi efetivado o georreferenciamento de 1 imóvel;
- Ação 20T1 - Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas - A ação depende de vários fatores para sua consecução, conforme descrito no quadro específico; e
- Ação 0859 - Indenização das Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis em Áreas Reconhecidas para as Comunidades Quilombolas – A ação depende de vários fatores para sua consecução, conforme descrito no quadro específico.

1.5 Macroprocessos de Apoio

O INCRA-SP possui dois macroprocessos de apoio, conhecidos como Gestão Administrativa e de Planejamento e Monitoramento da Gestão.

A Divisão de Administração é responsável por ambos e entre os principais processos que compõem o macroprocesso Administração, ao qual compete coordenar e supervisionar a execução das seguintes atividades, dentre outras, estão:

- ✓ Desenvolvimento humano (setor de pessoal);
- ✓ Contabilidade;
- ✓ Administração e Serviços Gerais; e
- ✓ Orçamento e Finanças.

Exerce atividades relacionadas com os sistemas federais de orçamento e finanças, de contabilidade, de recursos humanos e materiais e administração de material e patrimônio e serviços gerais. Os trabalhos desenvolvidos pela referida Divisão estão diretamente relacionadas às ações de atividade meio, dando condições às demais divisões da Autarquia de desenvolverem as atividades fins do órgão, ou seja, os macroprocessos finalísticos.

Relativamente às ações voltadas para as atividades de orçamento e finanças, é a Divisão que efetua fisicamente a execução orçamentária e financeira das dotações aprovadas para a Autarquia na Lei Orçamentária Anual dando suporte às demais divisões da Autarquia no gerenciamento dos recursos que são de suas responsabilidades em razão de suas destinações aprovadas no Orçamento Geral da União.

Para consecução do macroprocesso finalístico a Divisão de Administração, dentre outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências é responsável pelo acompanhamento, fiscalização e execução das seguintes ações orçamentárias que individualmente, interagindo ou executadas simultaneamente visam o desenvolvimento e aperfeiçoamento dos sistemas de monitoramento e controle dos serviços:

- Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação – Embora não tenha sido estipulada nenhuma meta para o período, houve efetivamente a capacitação de 32 servidores, em diversos temas; e
- Ação 2000 – Administração da Unidade – Manutenção da UJ, sem meta estabelecida.
- Ação 2103 – Formulação e Operacionalização de Políticas para o Desenvolvimento Agrário –, sem meta estabelecida.

O macroprocesso de apoio Planejamento e Controle também é acompanhado pela Divisão de Administração, isto ocorre por uma questão de melhor arranjo e adequação dentro da estrutura física e dos trabalhos desempenhados. Dentre os principais processos que o compõe estão:

- ✓ Elaboração dos seus planos, programas, ações e metas, dentro da filosofia e preceitos de planejamento compartilhado;
- ✓ Coordenar e acompanhar a aplicação das diretrizes estratégicas e elaboração dos planos de curto, médio e longo prazo das ações de reforma agrária e ordenamento da estrutura fundiária;

- ✓ Coordenar, orientar e supervisionar a elaboração do Plano Regional de Reforma Agrária;
- ✓ Disseminar, no âmbito de sua competência, as orientações emanadas do órgão central;
- ✓ Coordenar e supervisionar a elaboração e detalhamento da Programação Operacional e suas reformulações;
- ✓ Coordenar a elaboração de análises gerenciais e disponibilização de informações referentes à evolução da aplicação dos recursos orçamentários e metas físicas, visando dar suporte ao processo decisório na Superintendência Regional;
- ✓ Coordenar o monitoramento da execução e desempenho das atividades finalísticas das Unidades Regionais;
- ✓ Coordenar, orientar e supervisionar a elaboração dos relatórios mensais e anuais de gestão da Superintendência Regional;
- ✓ Realizar gestão da infraestrutura da rede de comunicação de dados, voz e imagem, inclusive políticas e normas de segurança;
- ✓ Propor os projetos básicos ou termos de referência definindo os critérios de aceitação dos serviços ou produtos relativos à infraestrutura de rede no âmbito da Regional;
- ✓ Gerenciar os contratos de prestação de serviços e controlar a qualidade dos produtos ou serviços relacionados à infraestrutura de rede no âmbito da Regional;
- ✓ Promover a capacitação técnica dos usuários quanto ao uso dos sistemas de informação;
- ✓ Prestar assistência técnica aos usuários da rede local, de forma remota ou presencial, incluindo a instalação e configuração de softwares e componentes físicos nas estações de trabalho e respectivos periféricos;
- ✓ Manter controle dos softwares adquiridos, no âmbito da Regional, incluindo as respectivas mídias, bem como controlar a instalação dos mesmos de acordo com o número de licenças adquiridas;
- ✓ Realizar inventários nos computadores da Superintendência Regional, visando controlar a configuração de componentes instalados e o uso de produtos homologados;
- ✓ Dar suporte às demandas da Auditoria Interna do INCRA; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

1.6 Principais Parceiros

- **Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA**, órgão fundamental na aprovação/concessão das licenças ambientais - discorram sobre os acertos/acordos no exercício 2012 e se persiste;
- **ECONG (Organização não Governamental em defesa do meio ambiente)** - parceria do

INCRA-SP e, que possibilita levar aos assentados da região de Andradina, conhecimentos e iniciativas voltados para a prática de uma ecologia consciente, cujo enfoque é a produção consciente, preservação, recuperação e manutenção dos recursos naturais, ministrando de cursos de interesses diversos aos jovens e adultos;

- **Advocacia Geral da União - AGU**, ação conjunta na busca de ações a serem adotadas do ponto de vista jurídico, para a retomada de terras públicas;

- **Banco do Brasil/Caixa Econômica Federal**, operacionalização da concessão de Crédito em suas diversas modalidades, para

- **Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB**, participa ativamente do desenvolvimento dos projetos de assentamento do governo federal, com aquisição da produção através do PAA (Programa de Aquisição Antecipada de Alimentos), e redistribui na forma de cestas básicas às famílias em condições precárias.

2. Planejamento Estratégico, Plano de Metas e de Ações

MISSÃO E VISÃO

Missão

Implementar a política de reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável.

Visão de Futuro

Ser referência internacional de soluções de inclusão social.

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

Primeira Diretriz

O INCRA implementará a reforma agrária promovendo a democratização do acesso a terra através da criação e implantação de assentamentos rurais sustentáveis, da regularização fundiária de terras públicas e gerenciará a estrutura fundiária do país, contribuindo para o desenvolvimento sustentável, para a desconcentração da estrutura fundiária, para a redução da violência e da pobreza no campo e promoção de igualdade.

Segunda Diretriz

O INCRA Implementará a reforma agrária de forma participativa reafirmando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, contribuindo para o fortalecimento das parcerias e da sociedade civil organizada.

Terceira Diretriz

O INCRA implementará a reforma agrária de forma a fiscalizar a função social dos imóveis rurais, contribuindo para a capacitação dos(as) assentados(as), o fomento da produção agroecológica de alimentos e a inserção nas cadeias produtivas.

Quarta Diretriz

O INCRA implementará a reforma agrária buscando a qualificação dos assentamentos rurais, mediante o licenciamento ambiental, o acesso a infraestrutura básica, o crédito e a assessoria técnica e social e a articulação com as demais políticas públicas, em especial a educação, saúde, cultura e esportes, contribuindo para o cumprimento das legislações ambiental e trabalhista e para a promoção da paz no campo.

Quinta Diretriz

O INCRA implementará a reforma agrária pela destinação das terras públicas, demarcação e titulação das terras ocupadas por comunidades tradicionais e quilombolas e gerenciará a estrutura fundiária nacional pelo conhecimento da malha fundiária mediante o cadastramento e certificação dos imóveis rurais, contribuindo para as políticas de inclusão social e desenvolvimento sustentável.

Oficialmente, o Planejamento Estratégico é de responsabilidade do INCRA/SEDE – Brasília, porém os programas executados na UJ seguem orientações e ações vinculadas às definições e preceitos contidos no Plano Plurianual 2012-2015.

Confeccionado o Planejamento Institucional preliminar de atuação nacional pelo INCRA/SEDE, ocorre a elaboração dos Planos de Compromissos de cada superintendência regional do INCRA, cujo fundamento principal é a capacidade operacional, demandas e perspectivas de execuções que essas repassaram.

Assim, o Plano de Compromissos contendo as metas físicas e orçamentárias alocadas dentro das ações orçamentárias a serem executadas, é considerado o documento balizador para alcance do que foi estabelecido e para condução dos trabalhos em busca das metas estabelecidas. Toda a estratégia de condução dos trabalhos foi construída com foco no Plano de Compromissos 2012. Tal documento apresentou no início do exercício as metas que deveriam ser perseguidas dentro de cada ação orçamentária a ser executada.

Contudo devemos lembrar que o Plano de Compromissos, assim como qualquer plano estratégico, inclusive o Planejamento Estratégico idealizado pelo INCRA-SEDE é muito dinâmico, normalmente alterado pelo contingenciamento de recursos em razão de mudanças no cenário econômico mundial, portanto, é inevitável redefinições de metas ao longo de todo o exercício, como têm acontecido nos últimos anos, pois a Lei Orçamentária Anual sofre alterações através de decretos.

Com base no Plano de Compromissos 2012, o INCRA-SP por intermédio de cada Divisão, as quais compõem e coordenam os macroprocessos, executou as ações orçamentárias sob sua responsabilidade para consecução dos objetivos institucionais do Órgão.

Cada divisão, responsável pela consecução do seu macroprocesso correspondente coordena, executa e fiscaliza o seu planejamento estratégico, proposto e definido a partir do grupo de ações orçamentárias que interagindo ou simultaneamente quando de suas execuções vão propiciar o cumprimento das metas de acordo com o que foi estabelecido no PC.

Portanto, podemos entender que o Plano de Compromissos estabelecido para a UJ é parte integrante do Planejamento Estratégico Nacional e cumpri-lo, significa atender as diretrizes estratégicas idealizadas e levar a êxito ao estabelecido no Plano Plurianual 2012-2015.

2.1 Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada

Oficialmente, o Planejamento Estratégico é de responsabilidade do INCRA/SEDE – Brasília, porém os programas executados na UJ seguem orientações e ações vinculadas às definições e preceitos contidos no Plano Plurianual 2012-2015.

2.2 Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos

Com o intuito de preservar a necessidade de desenvolver melhor os projetos implantados e **aqueles que se encontram em fase de** implantação, e tendo em vista a missão de implementar a política de reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável, o INCRA-SP, na atual gestão, desenvolveu ações que visaram o desenvolvimento e o debate sobre a importância da Reforma Agrária, em bases atuais tendo como eixos as desigualdades regionais e a exclusão social. Vale ressaltar que, atualmente, no Estado de São Paulo encontram-se **16.336** famílias assentadas, num total de **251** Projetos de Assentamento, sendo que **10.387** famílias são de projetos exclusivos do Governo Federal (PA e PDS - INCRA)¹. **(dados extraídos do SIPRA – 31/12/2012).**

Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária

As ações de gerenciamento da estrutura fundiária revelaram-se de grande relevância no ano de **2012**. Em relação às ações de cadastramento de imóveis rurais, durante todo o ano foram debatidas e lançadas as bases da reforma do cadastro rural multifinalitário brasileiro, com destaque à modernização do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR). Desde dezembro de 2009, o Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR) passou a ser emitido também pela internet.

Em **2010**, o INCRA-SP trabalhou a grande demanda de processos referente às ações de georreferenciamento, tanto em relação às áreas particulares como também às pequenas propriedades (áreas de até quatro módulos fiscais) na qual o georreferenciamento é de responsabilidade do INCRA.

As ações de Regularização Fundiária ganharam uma nova dinâmica com a publicação das Instruções Normativas nº 45 e nº 46, em maio de 2008, que adequaram os procedimentos administrativos às alterações realizadas na Lei nº 8.666/93, possibilitando a ampliação das áreas de

¹ Fonte: Divisão de Desenvolvimento/SIPRA 05-03-2012.

regularização fundiária até o limite de 15 (quinze) módulos fiscais. Tais medidas também deram maior celeridade ao processo de regularização fundiária.

Também foram desenvolvidas as ações referentes ao Programa Brasil Quilombola. Desde 2004 quando o programa foi criado, as ações de Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos passaram a ser estratégicas dentro do INCRA. Atualmente existem **48** processos administrativos de reconhecimento e titulação de territórios quilombolas tramitando no INCRA-SP e que tiveram acompanhamento durante o ano de **2012**.

Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento

O Programa de Reforma Agrária se mantém como de significativa importância, num país de 850 milhões de hectares em que mais de 50% das áreas das grandes propriedades rurais estão concentradas por 3% dos proprietários, associando-se ao crescente agronegócio que de um lado pode acrescentar produtividades maiores, de outro, socialmente, tem-se revelado mais excludente.

O planejamento da estratégia de intervenção fundiária toma por base a forte concentração fundiária do país, a demanda dos movimentos sociais e os dados históricos da execução do programa de reforma agrária: imóveis obtidos (número e área), projetos de assentamento criados, número de famílias atendidas, áreas prioritárias de atuação, custos. A demanda do público alvo muitas vezes constitui-se em conflito que envolve imóveis considerados emblemáticos, para os quais o processo de obtenção é mais complexo, em virtude de situação jurídica de impedimento que exige esforços adicionais para solução.

A estratégia de atuação prioritária para obtenção de imóveis para a implantação de projetos de assentamento é a desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária, instrumento constitucional regulamentado pela Lei 8.629/93. Entretanto em regiões onde não é mais possível encontrar imóveis improdutivos ou passíveis de desapropriação, utiliza-se a opção da aquisição por compra e venda prevista no Decreto nº 433/ 92, que não é atrativa aos proprietários rurais em virtude dos longos prazos para resgate dos Títulos da Dívida Agrária. Há também assentamentos criados a partir da incorporação de terras públicas federais. Em especial, neste caso, cabe mencionar processos já existentes em São Paulo referentes à destinação de mais de **11,5** mil hectares de transferência entre a Secretaria do Patrimônio da União (SPU) e o INCRA-SP das áreas dos Hortos Florestais da extinta Rede Ferroviária Federal S/A, transferida para a União por força da Lei nº 11.483/07.

Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento

Cabe à Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento coordenar, supervisionar e normatizar as ações de desenvolvimento dos Projetos de Assentamento, integrar políticas públicas e ações do INCRA para promover o desenvolvimento dos projetos de assentamento, com base nos princípios da sustentabilidade econômica, social e ambiental do campo e dos homens e mulheres que ali vivem, em consonância ao II Plano Nacional de Reforma Agrária.

A cargo da Divisão estão os **Programas 2066 – Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária; o Programa 2012 – Agricultura Familiar**. Os Programas citados acima, com suas respectivas Ações, são de fundamental importância para o início da estruturação, recuperação e desenvolvimento dos Projetos de Assentamento da Reforma Agrária, pois contribuem para o desenvolvimento rural sustentável. As atividades e serviços disponibilizados pelos Programas possibilitam que os projetos de assentamento se transformem em espaços produtivos de geração de trabalho e renda e de garantia da segurança alimentar, combinando produtos de subsistência com outros voltados à comercialização e ainda, promovendo a introdução de novas culturas e a diversificação da produção e do crescimento da oferta de produtos para o mercado local.

Visando aprimorar a gestão e melhor atender as necessidades das famílias assentadas, durante o ano de **2012**, empenhou esforços no aprimoramento das parcerias institucionais e dos normativos, visando contemplar a promoção da igualdade de gênero, desenvolvimento produtivo e diferenças regionais e as ações de Assistência Técnica, Social e Ambiental (ATES).

No ano de 2010, foi sancionada a Lei nº 12.188, que institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER, regulamentada pelo Decreto nº 7215 e Portaria nº 35 MDA. Tais ações criaram no âmbito do INCRA, um fluxo operacional para seleção, contratação e implementação dos serviços de ATER. Com a publicação do PRONATER esta UJ contratou através de “chamada pública” empresas prestadoras de serviços de ATES/ATER, que atendem as necessidades das famílias assentadas quanto ao tema em questão.

Divisão de Gestão Administrativa

A Divisão de Gestão Administrativa exerce atividades relacionadas com os sistemas federais de orçamento e finanças, de contabilidade, de recursos humanos e materiais e

administração de material e patrimônio e serviços gerais. Os trabalhos desenvolvidos pela referida Divisão estão diretamente relacionadas às ações de atividade meio, dando condições às demais divisões da Autarquia de desenvolverem as atividades fins do órgão, que beneficiam de uma forma direta as famílias beneficiadas pelo programa de Reforma Agrária do Governo Federal.

A administração do quadro funcional do INCRA (servidores, procuradores e estagiários) é efetuada pela Coordenação de Desenvolvimento Humano, que dentre as suas atribuições regimentais tem a competência de propor, implementar e avaliar a política de desenvolvimento de recursos humanos, instruindo pedidos relativos a direitos, deveres e vantagens dos servidores ativos, aposentados e pensionistas, orientando e coordenando as atividades desenvolvidas, bem como a coordenação de todos os procedimentos de avaliação de desempenho para fins de concessão da GDAPA e da GDARA, progressão e promoção funcional, bem como o estágio probatório. Também **foram** realizados cursos de capacitação e aprimoramento para servidores das divisões.

No que tange às atividades relativas à administração e serviços gerais, dentre as competências regimentais consta a de prover as unidades fins da Autarquia de bens, materiais e serviços necessários ao desempenho de suas atividades, efetivando procedimentos licitatórios necessários à aquisição desses bens e materiais e da contratação das prestações de serviços.

Relativamente às ações voltadas para as atividades de orçamento e finanças, é a Divisão que efetua fisicamente a execução orçamentária e financeira das dotações aprovadas para a Autarquia na Lei Orçamentária Anual dando suporte às demais divisões da Autarquia no gerenciamento dos recursos que são de suas responsabilidades em razão de suas destinações aprovadas no Orçamento Geral da União.

No que concerne às atividades da área contábil dentre as suas competências tem a atribuição de analisar as prestações de contas da aplicação dos recursos da Autarquia, que são aplicados via concessão de suprimento de fundos, de transferências voluntárias mediante a celebração de convênios ou de instrumentos congêneres, bem como o controle da concessão de diárias e comprovação de realização de viagens.

2.3 Execução do Plano de Metas ou de Ações

A execução do Plano de Ações foi implementado de acordo com as diretrizes do plano de compromissos, acompanhado e monitorado pelo SIR – Sistema de Informações Rurais – Módulo de Monitoramento e Avaliação da gestão, no qual resultaram as informações e cálculos contemplados no 2.4.

2.4 Indicadores

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Ordenamento da Estrutura Fundiária								
Índice de Cadastramento de imóveis Rurais	Indica o percentual de imóveis cadastrados no SNCR conforme a Lei 5868/72, em relação à superfície total no nível de agregação.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Superfície ocupada por imóveis cadastrados (ha), dividido pela superfície total da área abrangida pela Jurisdição do INCRA, no nível de agregação (ha) multiplicado por 100.	<input type="checkbox"/> Superfície ocupada por imóveis cadastrados – Disponíveis no SNCR.	89,26%
							· Superfície total da área abrangida pela jurisdição no nível de agregação (ha) – Conforme disponível em www.ibge.gov.br .	
Índice de análise de processos de Certificação de imóveis	Indica o percentual de processos de Certificação finalizada no exercício em relação aos processos protocolados no exercício, conforme descrito na IN-INACRA 25/2005 e NE 80/2008, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Número de processos com análise de certificação finalizada [1] no exercício, dividido pelo número de processos de certificação protocolados no exercício, no nível de agregação) multiplicado por 100.	<input type="checkbox"/> Número de processos com análise de certificação finalizada no exercício – conforme indicado nos sistemas SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação Estaduais.	51,8%
							<input type="checkbox"/> Número de processos de certificação protocolados no exercício – Conforme sistema SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação.	
Índice de Regularização Fundiária	Indica o percentual de imóveis regularizados e titulados no exercício nos termos da Lei 11.952/2009, regulamentada pelo Decreto 6992/2009, IN 45/2008 e eventuais legislações estaduais, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Número de imóveis regularizados e titulados no exercício dividido pelo número de imóveis com processos de regularização fundiária iniciado no exercício [2], no nível de agregação) multiplicado por 100.	<input type="checkbox"/> Número de imóveis regularizados e titulados – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG.	0
							<input type="checkbox"/> Número de imóveis com processo de regularização fundiária iniciado – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG.	

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Obtenção de imóveis para Reforma Agrária e Implantação de Projetos de Assentamento								
Índice de gastos com Obtenção de Terras	Indica o gasto com obtenção de terras efetuada pelo INCRA por hectares, no exercício.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Reais/hectare	{ valor total de indenizações (desapropriação) ou pagamento (aquisição) em R\$, no exercício ^[3] , dividido pela respectiva área total dos imóveis indenizados ou pagos em hectares, no exercício}, no nível de agregação ^[4] .	<input type="checkbox"/> Quantidade monetária despendida pela Autarquia em obtenção de terras – Gastos no Programa 135/ação 4460 – SIAFI e SIR.	9.609,40
							<input type="checkbox"/> Quantidade de terras obtidas no nível de agregação – Conforme a publicação do Decreto – SIR e SIPRA.	
Índice de Protocolos de licença ambiental para os Projetos de Assentamento	Indica o percentual de PA(s) com processo de Licenciamento Ambiental protocolado no exercício, em relação ao número de PA(s) com licenças ambientais expedidas, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de Licenças Ambientais Protocoladas no exercício, dividido pelo número de Licenças Ambientais Expedidas no exercício [5], no nível de agregação), multiplicado por 100.	<input type="checkbox"/> Quantidade de PA(s) com Licença ambiental protocolada – SIR e dados do IBAMA e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.	0
						3/0 x 100	<input type="checkbox"/> Quantidade PA(s) com Licença ambiental expedida – SIR e dados do IBAMA e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.	
Índice de Projetos de Assentamentos com licença ambientais em vigor	Indica o percentual de PA(s) com licença ambiental em vigor, em relação ao total de assentamentos federais existentes, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de assentamentos com Licença ambiental em vigor, dividido pelo total de assentamentos Federais [6], no nível de agregação), multiplicado por 100.	<input type="checkbox"/> Quantidade de Projetos de Assentamento com Licença ambiental em vigor – SIR e dados do IBAMA e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.	1,71
						1/118 x 100	<input type="checkbox"/> Quantidade total de PA(s) federais – SIPRA.	

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de acesso à água para consumo doméstico [7]	Expressa o provimento de água potável no exercício (encanada, de poço ou de cisterna) segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente [8].	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Exercício	Porcentagem	(número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico – encanado, de poço ou de cisterna no exercício – dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, no nível de agregação) multiplicada por 100.	<input type="checkbox"/> Número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR; <input type="checkbox"/> Quantidade total de famílias assentadas no exercício – SIPRA.	211
Índice de provimento de PDA/PRA	Expressa a quantidade Projetos de assentamento com PDA/PRA aprovados pelo INCRA	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de Projetos de Assentamento com PDA e PRA aprovados pelo INCRA [9], dividido pela quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados no nível de agregação) multiplicado por 100.	<input type="checkbox"/> Quantidade de Assentamentos com PDA/PRA aprovado pelo INCRA – SIR <input type="checkbox"/> Quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados – SIPRA.	0
Índice de acesso a estradas transitáveis ou outras vias de transporte adequado ao escoamento da produção até as unidades produtivas	Expressa o acesso a estradas transitáveis ou outras vias de acesso adequado ao escoamento da produção no exercício, segundo o total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício, dividido pelo número total de famílias assentadas no exercício [10], no nível de agregação) multiplicada por 100.	<input type="checkbox"/> Número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício – Conforme avaliado pelas equipes de Assistência Técnica atuantes nos PA(s) e SIR. <input type="checkbox"/> Número total de famílias assentadas no exercício – SIPRA.	0

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de acesso à moradia nos assentamentos	Expressa o acesso à moradia nos assentamentos no exercício, segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício, dividido pela quantidade total de famílias assentadas no exercício [11], no nível de agregação) multiplicada por 100.	<input type="checkbox"/> Número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR; <input type="checkbox"/> Número de famílias assentadas no exercício – Conforme constante do Sistema SIPRA.	0
Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao PRONAF ou outra linha de crédito voltada à produção	Expressa a quantidade de contratos firmados pelas famílias que acessaram as linhas de crédito voltadas à agricultura familiar.	Superintendência Regional/Brasil	Processo	Por exercício	Unidades	Número de contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA(s) no exercício, no nível de agregação.	· Quantidade contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA por exercício – Obtido junto ao MDA, instituições financeiras responsáveis e Assistência Técnica responsável pelo Projeto de Financiamento e SIR	1.417

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de provimento de Assistência Técnica	Expressa a quantidade famílias atendidas pela Assistência Técnica.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica, dividida pelo número de famílias no nível de agregação) multiplicado por 100.	· Quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica – Conforme o disposto nos instrumentos contratuais ou de convênio e SIR; Número de famílias dos PA(s) – Conforme constante do Sistema SIPRA.	100
Renda média das famílias (não obrigatório ou por amostragem) [15]	Expressa a renda gerada pelas famílias nas atividades produtivas.	Superintendência Regional	Processo	Ano Safra	Unidade monetária (reais)	Média do valor monetário gerado pelas atividades produtivas por família no nível de agregação.	· Valor monetário gerado pelas atividades produtivas – A ser obtido pelas Entidades de Prestação de Assistência Técnica em conformidade com a tabela constante do item 4 do Manual Operacional de ATEs (pagina 21) disponível em: http://www.incra.gov.br/arquivos/0003602026.pdf em 22/04/2008, ou norma que substituí-la.	-----
Índice de Parcelas Supervisionadas	Expressa a proporção de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008.	Superintendência/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008, dividido pela quantidade total de parcelas por nível de agregação) multiplicada por 100.	□ Quantidade de parcelas supervisionadas – Conforme informação a ser controlada no sistema SIPRA/SIR. Quantidade total de parcelas por nível de agregação – Sistema SIPRA/SIR.	1,80
Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados	Expressa o Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados conforme a definição das Portarias INCRA n.º 268/1996; 477/1999 e 1.141/2003 e 215/2006.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Unidade	Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no exercício no nível de agregação.	□ Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no período – Conforme o Sistema SIPRA e definição das Portarias INCRA n.º 268/1996; 477/1999 e 1.141/2003 e 215/2006.	0

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de consolidação de assentamentos [16]	Expressa a taxa de consolidação dos assentamentos.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, dividido pelo número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA, no nível de agregação), multiplicado por 100.	Número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, conforme NE 09/2001 – Conforme constante do Sistema SIPRA e apurado pela Assistência Técnica. Número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA – SIPRA.	0

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Gestão Administrativa								
Índice de abrangência de capacitação	Expressa o alcance das ações de capacitação em face de todo o corpo funcional.	Superintendência Regional/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação, dividida pela quantidade total de funcionários no nível de agregação.) multiplicado por 100.	□ quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	28
Índice de horas de capacitação	Expressa o número de horas de capacitação por funcionários.	Superintendência Regional/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Horas/funcionário	Número total de horas de treinamentos recebidos pelos funcionários, dividido pela quantidade total de funcionários por nível de agregação.	□ número de horas de treinamentos pela quantidade de funcionários - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	18,45
Índice de aprovação de Convênios	Expressa a capacidade de gestão de convênios firmados pela Autarquia, conforme IN 01/93 e lei 8.666.	Superintendência/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Quantidade de convênios com status “aprovado” no exercício/Quantidade de convênios com status “comprovado” no exercício) multiplicado por 100.	□ SIAFI e SICONV	40,42
Índice de Qualidade de dados	Expressa a quantidade de inconformidades entre os registros eletrônicos e os dados que os deu origem.	Sistema/Superintendência/Diretoria/Brasil.	Resultado	Ano	Porcentagem	(Quantidade de inconformidades/Quantidade de registros analisados pela AUD conforme técnica amostral aplicada) multiplicada por 100.	· Quantidade de inconformidades – Informado pela AUD. · Quantidade de registros analisados – Informado pela AUD.	0

2.4.1 Comentários aos resultados dos indicadores

Ordenamento da Estrutura Fundiária

a) Índice de Cadastramento de Imóveis Rurais

Superintendência Regional do INCRA	Superfície Territorial IBGE (em ha)	Total de imóveis rurais cadastrados no SNCR - em 07/02/2011	Total de área cadastrada no SNCR (em ha) - em 07/02/2011	Indicador TCU (área cadastrada no SNCR/área Territorial)x100
SR 08 - São Paulo	24.820.944,2000	446.180	22.154.831,5045	89,26%

O índice de cadastramento de imóveis rurais em 2012 foi de 89,26%, considerando o total de área cadastrada no SNCR em relação à superfície territorial do Estado de São Paulo. Comparado ao ano de 2011, cujo índice foi de 89%, verifica-se um pequeno aumento de 0,26% do total de área cadastrada.

Segundo dados fornecidos pela Coordenação Geral de Cadastro, em fevereiro de 2013 estavam cadastrados no SNCR 446.180 imóveis rurais e em 07/02/2012, 440.649 imóveis cadastrados, significando um aumento de 5.531 imóveis rurais cadastrados no período de um ano.

Dentre outros motivos, o aumento de imóveis cadastrados no SNCR deve-se ao cumprimento das exigências legais, em especial da Lei 10.267/2001, e aperfeiçoamento da Rede de Cadastro Rural através da qualificação e capacitação dos representantes das Unidades Municipais de Cadastro – UMC's do Estado de São Paulo.

b) Índice de Análise de Processos de Certificação de Imóveis

Número de processos com análise de certificação finalizada	Número de processos de certificação protocolados	Percentual
		%
1616	3116	51,8%

Com o advento da Lei 10.267, de 28 de agosto de 2001, foram criados mecanismos de controle e cadastro nos serviços de registro de imóveis rurais. Em especial, os serviços de registro de imóveis sofreram alterações, incluindo o georreferenciamento e o cadastramento no Sistema Nacional de Cadastro Rural como elementos fundamentais de referência no registro desses imóveis. Assim, o gerenciamento da estrutura fundiária existente, a perfeita delimitação e identificação das dimensões, da disposição física e localização dos imóveis passa a contar com níveis cada vez melhores de precisão e clareza nas referências utilizadas.

Assim, assegurar a qualidade e a conformidade técnica nos serviços de cadastramento de imóveis rurais tem sido uma meta social e institucional, principalmente agora, em que esta nova legislação possibilita compor uma base única de informações a ser compartilhadas por instituições públicas produtoras e usuárias de informações sobre o meio rural do país.

A Superintendência Regional de São Paulo, visando atender às exigências do Decreto 4449/02 que regulamentou a Lei nº 10.267/01, em seu artigo 8º, relativo aos custos financeiros de que tratam o §3º do Artigo 176 e o §3º do Artigo 225 da Lei nº 6.015/73 elaborou um Programa para o georreferenciamento e a certificação de imóveis dos proprietários rurais do Estado de São Paulo. No exercício de 2012 foram certificados 1.616 no total 3.116 processos protocolados em 2012, sendo possível atender a 51,8% da demanda de serviços.

c) Índice de Regularização Fundiária

Número de imóveis regularizados e titulados	Número de imóveis com processo de regularização fundiária iniciado	Percentual
		%
0	320	0

No ano de 2011, iniciou-se procedimento de regularização fundiária no imóvel Fazenda Valformoso, no município de sete Barras, região do Vale do Ribeira neste estado.

Este imóvel foi desapropriado pelo INCRA, ainda nos anos 80 em virtude de conflitos fundiários entre os ocupantes e uma empresa agropecuária. Contudo, após esses anos todos, nunca foi realizado procedimento de regularização fundiária. Esse fato deixou os ocupantes a viverem todos esses anos em insegurança jurídica e sem acesso as políticas públicas voltadas à agricultura familiar.

Em 2011, após levantamento e mapeamento dos ocupantes, realizado pelo Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), iniciou-se a abertura e instrução inicial dos processos de regularização fundiária. No ano de 2012 foi realizado trabalho de gabinete, como abertura de processos de legitimação de posse, verificação de documentos com o objetivo de levantar o perfil dos ocupantes. Foram levantadas áreas que serão objeto de reintegração de posse pelo INCRA. Como não houve descentralização de recursos os trabalhos de campo ficaram para o ano de 2013.

Obtenção de Imóveis para Reforma Agrária e Implantação de Projetos de Assentamento

a) Índice de Gastos com Obtenção de Terras

Liquidado	Realizado	Custo de Obtenção por ha
R\$	Hectare	R\$
33.521.155,99	3.488,37	9.609,40

A obtenção de terras destinada à reforma agrária se dá de três formas: desapropriação (áreas que não cumprem os índices de produtividade), aquisição (operação de compra disciplinada pelo decreto 433/92 a alterações posteriores) e não-onerosa (na prática, terras públicas). Para as duas primeiras modalidades se faz necessário a indenização do proprietário referente ao valor de mercado do imóvel, sendo as benfeitorias pagas em moeda corrente e a terra nua em Títulos da Dívida Agrária (TDA), conforme legislação correlata. Conforme quadro abaixo, foram obtidos 06 (seis) imóveis, com uma média de **R\$ 9.609,40 por hectare**.

IMÓVEIS OBTIDOS EM 2011 - AÇÃO 4460

TDAs / DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS EM 2012 (AÇÃO 4460)								
Proc. 54190.00	Imóvel	Município	Área (Av)	Capac. Fam.	(R\$) Indenizatório			VTI
					Em TDAs (VTN)	Moeda (Benf)	Moeda (Sobra TDAs)	
3095/07SP	Faz. Nossa Senhora Aparecida	Aparecida D'Oeste	611,74	61	5.593.890,00	474.184,22	173,62	6.068.247,84
1245/07SP	Faz. Portal do Paraíso	Gália	868,28	81	5.934.511,98	2.006.279,30	89,04	7.940.880,32
1248/07SP	Faz. Recreio - Gleba 3, Faz. Santa Fé	Gália	404,90	31	2.749.993,88	84.018,13	31,04	2.834.043,05
1208/08SP	Faz. São Vicente	Indiaporã	968,00	104	9.368.437,86	948.234,37	69,42	10.316.741,65
2721/08SP	Faz. São Jorge	José Bonifácio	149,44	18	1.536.116,96	220.944,92	161,51	1.757.223,39
1623/08SP	Faz. Ranchão	Pontalinda	486,00	47	4.184.642,00	419.290,49	87,25	4.604.019,74
Imóveis			3.488,37	342	29.367.592,68	4.152.951,43	611,88	33.521.155,99

b) Índice de Protocolos de Licença Ambiental para os Projetos de Assentamento

Quantidade de PA(s) com Licença ambiental protocolada	Quantidade PA(s) com Licença ambiental expedida	Percentual
		%
3	0	0

Considerando a redução no número de imóveis vistoriados no período, as 3 licenças protocoladas no exercício de 2012 referem-se a casos específicos que apresentavam alguma pendência jurídica ou administrativa. No entanto, há também a demanda por regularizações dos assentamentos existentes. Quanto a este aspecto, cabe esclarecer que, devido a mudanças de procedimentos e de instrução dos processos de licenciamento ambiental – que antes tramitavam junto ao antigo DAIA (Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental) e passaram a ser analisados pela CETESB –, diversos processos estão sendo refeitos pela Assistência Técnica visando a solicitação da licença ambiental junto ao órgão estadual (CETESB) e serão protocolados no exercício de 2013.

c) Índice de Projetos de Assentamentos com Licenças Ambientais em Vigor

Projetos com Licença	Projetos da SR (08)	Percentual
		%
2	117	1,71

O número de licenças expedidas depende do encaminhamento dos processos de licenciamento ambiental pela CETESB, sendo que os procedimentos de licenciamento ambiental de assentamentos foram muito discutidos entre técnicos dos dois órgãos (INCRA e CETESB) durante o ano de 2012, com o objetivo de facilitar e agilizar a obtenção das licenças, especialmente a LP. A expectativa do setor de Meio Ambiente da SR08 é que isso se reflita no exercício de 2013, após a re-instrução dos processos de regularização dos assentamentos existentes, conforme mencionado acima.

Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento**a) Índice de Acesso à Água para Consumo Doméstico**

Número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico	Quantidade total de famílias assentadas	Porcentagem
		%
1017	482	211

As obras executadas no ano de 2012 representam o esforço da Superintendência em sanar o déficit de abastecimento de água de projetos de assentamento criados em outros anos, e que não contavam com a infra-estrutura adequada para tanto.

Nesse sentido, a estratégia de ação se desdobrou em duas etapas: a primeira constitui-se da perfuração de poços, visando obter fontes de água potável; e a segunda será a construção de redes de distribuição, a partir dos poços implantados, para possibilitar o efetivo suprimento de água às famílias, nas suas habitações.

No ano de 2012 houve o desenvolvimento da primeira etapa, com a implantação de 52 poços tubulares profundos em diversos projetos de assentamento. Todos os poços são dotados de componentes necessários à posterior instalação de rede de distribuição, constituídos pelo poço propriamente dito (perfuração), reservatório, equipamento de bombeamento e rede adutora, em estações protegidas por cerca de alambrado (isolamento sanitário). Possibilitarão o abastecimento de água potável às famílias assentadas, visando o uso doméstico, em volume estimado de 1,6 m³ por família por dia.

Isso representou investimento de mais R\$ 6,5 milhões, correspondendo à média de aproximadamente R\$ 6.400,00 por família. Cada poço tendo capacidade para atender, em média, 20 famílias.

b) Índice de Provimento de PDA/PRA

Quantidade de Assentamentos com PDA/PRA	Total PA(s)	Porcentagem
		%
0	115	0

Em 2012 não foram realizados PDA/PRA. Porém, foram firmados 5 (cinco) contratos com entidades prestadoras de Ater com previsão de realização de PDA/PRA, conforme demanda a ser definida pela Divisão de Desenvolvimento. No entanto, a entrega desses PDA/PRA deverá ser feita somente em 2013, após avaliação da equipe de Meio Ambiente.

c) Índice de Acesso a Estradas Transitáveis ou Outras Vias de Transporte Adequado ao Escoamento da Produção até as Unidades Produtivas

Número de unidades produtivas providas com acesso a estradas	Número total de famílias assentadas	Porcentagem
		%
0	482	0

Para o exercício de 2012, não houve a execução de obras de infraestrutura de acesso a estradas transitáveis ou outras vias de transportes adequadas ao escoamento da produção até as unidades produtivas.

d) Índice de Acesso à Moradia nos Assentamentos

Número de unidades habitacionais efetivamente construídas	Número de famílias assentadas	Porcentagem
		%
0	0	0

As casas são construídas a partir da concessão de crédito individual aos assentados da reforma agrária, nas modalidades Aquisição de Material de Construção e Recuperação/materiais de Construção, implementada por meio de contrato e repasse às representações de trabalhadores rurais assentados, de recursos financeiros para construção e recuperação de unidades habitacionais com base legal na Constituição Federal; Lei 4.504, art.73; MP 2.183/2001; Decreto 59.428/1996 e IN/54/2009. Esta também é uma ação que em geral extrapola o prazo de um ano fiscal (janeiro a dezembro) porque a concessão do crédito e a construção de casa não ocorrem no momento seguinte à homologação da família no lote. Por esse motivo muitas famílias assentadas, principalmente no final do ano, terão suas casas construídas num período posterior.

No exercício de 2012, houve casas construídas e reformadas para atendimento as famílias assentadas nos projetos de assentamento no estado de São Paulo.

Todavia devido à ocorrência do período de 60 dias de greve dos servidores da instituição e à rotatividade na mudança administrativa da Superintendência, onde no exercício em referência houve 3 nomeações de superintendentes, comprometendo a programação operacional relativa a realização das vistorias nas parcelas, visando o intuito da elaboração dos termos de recebimentos das obras. Porém tivemos obras concluídas sem o efetivo recebimento das mesmas.

Para que a SR. possa sanar esta pendência, serão instituídas comissões de vistorias de recebimento das obras habitacionais nos projetos de assentamento no estado de São Paulo, com perspectivas para o exercício 2013.

e) Número de Contratos Firmados pelas Famílias com Acesso ao PRONAF ou Linha de Crédito Voltada à Produção

	Quantidade contratos firmados	
	unidade	
	1.417	

Durante o exercício de 2012, em todo o Estado de São Paulo foram firmados 1.417 contratos de operação do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, (sendo deste total, 755 do grupo A e 662 do grupo A/C) totalizando o valor de R\$ 13.644.912,64. O PRONAF destina-se a estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar, por meio dos financiamentos de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas. Os créditos podem ser concedidos de forma individual, coletiva (quando formalizado com um grupo de produtores, para finalidades coletivas) ou grupal (quando formalizado com grupo de produtores, para finalidades individuais). A unidade neste indicador foi extraída do total de DAPs emitidas e enviadas para o banco para a possível contratação.

f) Índice de Provimento de Assistência Técnica

Quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica	Número de famílias dos PA(s)	Porcentagem
		%
10.387	10.387	100%

O programa de Assistência Técnica e Extensão Rural, ATER, tem como premissa aliar o saber tradicional dos assentados aos conhecimentos científicos dos técnicos. Com essa união de experiências, espera-se que os assentamentos tornem-se unidades de produção estruturadas, competitivas e integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional, de forma socialmente justa e ambientalmente sustentável.

Os serviços de ATER são um conjunto de técnicas e métodos constitutivos de um processo educativo, de naturezas solidárias, permanentes, públicas e gratuitas, com ênfase nos enfoques da agroecologia, cooperação e economia popular e solidária. Coordenados pelo INCRA, têm como parceiros instituições públicas, privadas, entidades de representação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, bem como as organizações não-governamentais ligadas à reforma agrária.

Em 2012, após realização de Chamada Pública, foram firmados 5 (cinco) contratos com entidades prestadoras de Ater, para atendimento de 10.387 famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária, assentadas em 115 Projetos de Assentamentos Federais.

Foram contratados e executados os seguintes serviços de ATER: Oficina de Planejamento por Núcleo Operacional, Oficina de Planejamento por Projeto de Assentamento, PDA/PRA, Visita Técnica, Cursos, Dia de Campo, Reuniões, Reuniões de Orientação para Crédito Instalação, Elaboração de Plano de Aplicação do Crédito Instalação, Visita Técnica para Acompanhamento do Crédito Instalação, PAA/PNAE/PPAIS, PRONAF, Memorial de Caracterização do Empreendimento, Atividades Complementares.

g) Renda Média das Famílias (não obrigatório ou por amostragem)

	Valor monetário gerado pelas atividades produtivas	
	R\$	
	0	

h) Índice de Parcelas Supervisionadas

Quantidade de parcelas fiscalizadas	Quantidade total de parcelas	Porcentagem
		%
187	10387	1,80%

No exercício de 2012 foram supervisionadas 187 parcelas. A ação atende a IN 71/2012, que substituiu a IN 47/2008, e que estabelece diretrizes para a supervisão da situação ocupacional em projetos de reforma agrária e retomada de parcelas ocupadas irregularmente. Anualmente há uma diminuição gradual em relação a parcelas irregulares em consequência de um melhor acompanhamento dos Projetos de Assentamento. Houve ainda a retomada de 4 parcelas.

i) Número de Projetos Ambientalmente Diferenciados Implantados

	Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no período	
	unidade	
	0	

No exercício de 2012 o INCRA-SP não criou nenhum projeto de assentamento com características ambientalmente diferenciadas. Embora a autarquia contabilize hoje um quadro com dezoito Projetos de Desenvolvimento Sustentáveis (PDS) criados.

j) Índice de Consolidação de Assentamentos

Número de famílias assentadas em PA(s)	Número total de famílias existentes nos PA(s)	Porcentagem
		%
0	0	0%

No exercício de 2012, não foi consolidado nenhum projeto de assentamento. A consolidação de um PA depende de inúmeros fatores como o pleno desenvolvimento do projeto e independência técnica e financeira dos beneficiários da reforma agrária. Além disso, há necessidade de corpo técnico especializado para realizar a fiscalização e dar encaminhamento ao processo, o que no INCRA ainda é insuficiente.

Gestão Administrativa

a) Índice de Abrangência de Capacitação

Quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação	Quantidade total de funcionários no nível de agregação	Porcentagem
		%
32	115	28%

No exercício de 2012 tivemos um total de 32 servidores capacitados em cursos, palestras, oficinas e mestrado, na modalidade presencial e um evento à distância, representando 28% do número de servidores da Superintendência Regional, sendo que alguns servidores participaram de mais de um evento de capacitação.

As ações de treinamento/capacitação dos servidores do INCRA-SP foram definidas através das demandas das Divisões, solicitação direta dos servidores e programação de Brasília.

Os treinamentos contemplaram os segmentos: Técnico Finalístico, Técnico Administrativo, Gerencial.

b) Índice de Horas de Capacitação

Número total de horas de treinamentos recebidos pelos funcionários	Quantidade total de funcionários no nível de agregação	Porcentagem
		%
2.122	115	18,45 %

De acordo com o quadro em evidência, esses eventos de capacitação totalizaram 2.122 horas-aulas, perfazendo uma média de 18,45% horas-aulas por servidor capacitado.

Cabe ressaltar que conforme determinado por Brasília, houve um período de suspensão da participação de servidores em eventos de treinamento, bem como o recolhimento dos recursos orçamentários e financeiros pela SEDE, já destinados à esta SR, o que prejudicou a execução das atividades de capacitação dos servidores.

Ressaltamos ainda a dificuldade de acompanhar e registrar as ações de capacitação internas ou externas no decorrer do exercício, vez que as informações se apresentam cada vez mais dispersas, não havendo uma interação direta das Unidades Organizacionais e dos servidores com o serviço de Desenvolvimento Humano, inviabilizando, inclusive o acompanhamento futuro dos resultados das ações de treinamento, com possíveis resultados favoráveis a todos os envolvidos.

Assim, ao ser convocado para realização de qualquer tipo de treinamento interno ou externo, deveriam as Unidades, bem como os participantes informarem o Serviço de Desenvolvimento Humano para os devidos registros nas respectivas fichas funcionais e outras providências pertinentes a ação. Inclusive, tal circunstância pode inviabilizar o planejamento futuro de capacitação em determinadas competências, pois pelo desconhecimento de temas ou assuntos já ministrados poderá haver planejamento de temas já abordados.

c) Índice de Aprovação dos Convênios

Quantidade de convênios com status “comprovado” no exercício	Quantidade de convênios analisados com status “aprovado” no exercício	Quantidade de convênios com status “inadimplente” no exercício	Percentual de conclusão no exercício (%)	Quantidade de convênios com status “comprovado” para análise no exercício seguinte
47	14	05	40,42	28

O grande volume de convênios firmados por esta Superintendência Regional se enquadra nos moldes da IN/STN 01/97, anterior ao exercício de 2008. À época da celebração destes convênios foram feitos vários repasses gerando um grande estoque de convênios para a análise da prestação de contas, a redução deste estoque está sendo feita de forma gradativa, ano a ano, isto porque anteriormente apenas (02) dois servidores eram responsáveis pela análise da prestação de contas, servidores estes que acumulavam outras atividades inerentes as atribuições dos cargos e a respectiva lotação.

Com a finalidade de zerar o estoque de convênio foi criado um grupo de trabalho, através de Ordem de Serviço, com a função de efetuar a análise da prestação de contas dos convênios, ocorre que alguns componentes desta Ordem de Serviço tiveram dificuldades em desenvolver os trabalhos, seja por não estarem familiarizado com o serviço ou até mesmo pela falta de capacitação para desenvolver tal trabalho, ainda assim no exercício de 2012 foram analisados/concluídos de 19 (dezenove) convênios.

O resultado da análise da prestação de contas pode gerar: a aprovação do convênio, inadimplência da conveniente com a respectiva tomada de contas especial, quando o dano ao erário for superior ao valor de alçada ou a conveniente poderá ser notificada para apresentar nova documentação.

O passivo de convênios a serem analisados totalizava 47 (quarenta e sete) com *status* de “comprovado” ou “a aprovar” no início do exercício de 2012, sendo que ao final do mesmo se pode contabilizar 14 (quatorze) convênios aprovados e 05 (cinco) inscritos na inadimplência, perfazendo 19 (dezenove) convênios baixados do sistema SIAFI.

A vista dos resultados obtidos com a conclusão dos convênios acima mencionados, a Superintendência Regional de São Paulo alcançou a margem de 40,42% (quarenta vírgula quarenta e dois por cento) de êxito em suas análises quando comparado com o passivo existente.

Resta, ainda, um estoque de 28 (vinte e oito) convênios com o status de “a aprovar”, remanescente dos instrumentos firmados sob a égide da IN/STN 01/97, com prazo de vigência expirada, no qual carecem de análise e parecer conclusivo da prestação de contas final e mais 04

(quatro) convênios formalizados no SICONV, totalizando assim 32 (trinta e dois) convênios para serem analisados quanto ao aspecto formal e aritmético de sua prestação de contas e parecer do Supervisor quanto ao atingimento das metas e do cumprimento do objeto proposto.

A Superintendência Regional do INCRA em São Paulo continuará com os trabalhos de análise conclusiva da prestação de contas destes convênios, no qual elaborará plano de trabalho e cronograma de execução abrangendo o período de março a outubro/13, com vistas a concluir 100% do passivo demonstrado acima, atendendo assim os termos contidos no Acórdão nº. 578/10 - TCU.

3. Estrutura de Governança e de Autocontrole da Gestão

3.1 Estruturas de Governança

Tendo em vista a Auditoria Interna estar inserida exclusivamente na estrutura do INCRA/SEDE em Brasília optou-se por elaborar um documento para subsidiar as superintendências na descrição desse ponto no Relatório de Gestão, tendo como base a estrutura e os principais normativos que regulam as suas ações (Decreto nº 6.812/2009 e Regimento Interno).

Importante então que as regionais relatem em seus respectivos relatórios esse fato, de a Auditoria estar localizada na Sede em Brasília e não fazer parte fisicamente nas regionais,. Assim, toda atividade atrelada à Auditoria Interna é realizada por Brasília, em consonância com seus normativos regulamentadores.

Informações de como está estruturada a área de auditoria interna e de como é feito acompanhamento dos resultados de seus trabalhos, demonstrando, pelo menos.

a) Estrutura e posicionamento da unidade de auditoria no organograma da UJ:

De acordo com a estrutura básica da Autarquia, aprovada pelo Decreto nº 6.812, de 03 de abril de 2009, a Auditoria Interna é órgão seccional integrante da estrutura do órgão e a ela compete:

- I - assessorar o Conselho Diretor para o cumprimento dos objetivos institucionais, avaliando o nível de segurança e qualidade dos controles, processos, sistemas e gestão;
- II - prestar apoio aos órgãos de Controle Interno e Externo da União no campo de suas atribuições;
- III - planejar, acompanhar e controlar o desenvolvimento de auditorias preventivas e corretivas; e
- IV - subsidiar as Diretorias na proposição de padrões, sistemas e métodos de avaliação e acompanhamento da qualidade e produtividade das atividades do INCRA, bem como nas ações voltadas para a modernização institucional.

O Regimento Interno do INCRA, aprovado pela Portaria MDA nº 20 de 08 de abril de 2009, estabelece em seu art. 56 à Auditoria a competência de assessorar o Conselho Diretor quanto à realização e acompanhamento das atividades e dos programas de trabalho, orientando e fiscalizando as diversas unidades organizacionais do INCRA quanto à exatidão e correção das medidas técnicas, administrativas, financeiras e contábeis, especialmente:

- I - assessorar o Conselho Diretor para o cumprimento dos objetivos institucionais, avaliando o nível e segurança e qualidade dos controles, processos, sistemas e gestão;
- II - prestar apoio aos órgãos de controle interno e externo da União no campo de suas atribuições;
- III - planejar, acompanhar e controlar o desenvolvimento de auditorias preventivas e corretivas, inclusive nos órgãos e unidades descentralizadas do INCRA;

IV - subsidiar as Diretorias na proposição de padrões, sistemas e métodos de avaliação e acompanhamento da qualidade e produtividade das atividades do INCRA e nas ações voltadas para a modernização institucional;

V - examinar e emitir parecer sobre prestação de contas e tomada de contas especiais;

VI - elaborar relatórios sobre exames realizados, bem como promover o acompanhamento da regularização das ocorrências apontadas ou verificadas; e

VII - analisar as contas e o balanço do INCRA a serem submetidos ao Conselho Diretor.

3.2 Avaliação e Funcionamento dos Controles Internos

Quadro A.3.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1.A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				x	
2.Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			x		
3.A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			x		
4.Existe código formalizado de ética ou de conduta.			x		
5.Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				x	
6.Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			x		
7.As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				x	
8.Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				x	
9.Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					x
Avaliação de Risco					
10.Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					x
11.Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			x		
12.É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			x		
13.É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			x		
14.A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			x		
15.Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				x	
16.Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			x		
17.Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				x	
18.Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				x	

Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19.Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				x	
20.As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			x		
21.As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			x		
22.As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.			x		
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23.A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				x	
24.As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.			x		
25.A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			x		
26.A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			x		
27.A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				x	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28.O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				x	
29.O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				x	
30.O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					x
Análise Crítica: No ano de 2012 ocorreram 03(três) mudanças de gestão, tais transições prejudicaram em muito a avaliação e o funcionamento dos controles internos pela ausência de metodologia.					
Escala de valores da Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria . (3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria . (5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

3.3 Remuneração Paga a Administradores

Conteúdo não cobrado da Unidade Jurisdicionada, segundo o disposto na DN TCU N° 119, de 18 de janeiro de 2012.

3.4 Sistema de Correição

A atividade correicional é exercida, na autarquia, de forma descentralizada, uma vez que são autoridades instauradoras: o Presidente do INCRA, o Chefe de Gabinete, os Diretores e os Superintendentes Regionais.

A estrutura organizativa contempla, na Sede, uma unidade administrativa denominada Divisão de Procedimentos Disciplinares - GABT-1 (vinculada ao Gabinete da Presidência da Autarquia - órgão de assistência direta e imediata ao Presidente) que, exerce as atribuições descritas no artigo 16 do Regimento Interno da autarquia.

No âmbito das superintendências regionais não existe uma unidade organizativa específica responsável pelas atividades disciplinares. Contudo o artigo 132 do Regimento Interno da autarquia atribui aos Superintendentes Regionais a competência para instauração de procedimentos disciplinares, dentro da sua área de atuação.

Assim, o sistema vigente não permite que a gestão da apuração das denúncias e das representações contra servidores da Autarquia seja exercida plenamente, uma vez que não existe uma unidade seccional, conforme preconiza o Decreto 5.480, de 30.06.2005.

Não obstante, a autarquia tem se esforçado para registrar nos sistemas informatizados disponíveis - CGU-PAD e SisPAD - as informações relativas ao andamento das apurações disciplinares, em busca de obter o maior controle possível sobre as diversas apurações e seus resultados.

Ademais, a autarquia tem proporcionado eventos de capacitação, junto à CGU, para atuação em procedimentos disciplinares. Desta forma, atualmente, há na autarquia, 338 servidores capacitados.

Destaca-se a realização, em dezembro de 2012, de capacitação destinada a aperfeiçoamento de Presidentes e membros de Comissões Disciplinares do INCRA e do MDA, promovida em conjunto com o MDA e a CGU, na Escola de Governo da AGU, cuja programação contemplou assuntos espe Nacional de Cadastro Rural - SNCR, tema no qual há grande volume de denúncias que ensejam apurações e que, devido ao funcionamento descentralizado desdobra a ocorrência a mais de um local.

Dadas estas circunstâncias e, pela relevância do assunto, por meio do art. 6º. da Portaria INCRA/P/N.191, de 30.06.2009 , foi delegada competência ao Chefe de Gabinete para instaurar procedimentos apuratórios, julgar e aplicar penalidades de advertência e suspensão até o limite de 30 dias, em relação a irregularidades que envolvam acesso não autorizado ou inclusão indevida de dados no Sistema nacional de Cadastro Rural - SNCR e expedição fraudulenta de Certificados de Cadastro de Imóveis Rurais - CCIR, independente do local da ocorrência dos fatos. Por este motivo, há uma concentração de apurações instauradas pelo Gabinete da Presidência, em face das denúncias apresentadas relacionadas ao tema.

Assim, embora a atual estrutura apresente avanços no tocante à apuração de irregularidades administrativas cometidas por seus servidores, ainda não abarca a dimensão e a relevância das atividades correcionais. E, por esta razão, o assunto tem sido pautado pela Direção da autarquia, para que sejam retomados os estudos que visem à estruturação de uma unidade de Corregedoria, com o propósito de tornar mais efetiva a vigilância, orientação e correção das atividades funcionais, bem como a conduta dos seus agentes, em busca de dar efetivo atendimento às recomendações dos órgãos de controle e do Decreto 5.480/2005.

I.registrar, cadastrar e controlar os processos administrativos disciplinares e de sindicâncias instaurados pelo Gabinete da Presidência, Diretorias, Procuradoria Federal Especializada, assim como os recursos administrativos e judiciais interpostos;
II.encaminhar os processos administrativos disciplinares e de sindicância para os respectivos responsáveis pela condução dos trabalhos apuratórios;
III.expedir e controlar os atos de constituição, prorrogação e continuidade das comissões instauradas pelo Gabinete da Presidência;
IV.elaborar despachos interlocutórios e decisões em procedimentos disciplinares afetos ao Gabinete da Presidência;
V.controlar o pagamento de diárias e passagens e a descentralização de recursos destinados aos membros de comissões instauradas pelo Gabinete da Presidência;
VI.buscar alternativas de recursos humanos, dentro do perfil estabelecido pela Lei nº. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, em articulação com as Diretorias, Superintendências e Procuradoria Federal Especializada, objetivando à composição de comissões disciplinares, sob o enfoque e o dever de priorizar o atendimento às demandas do INCRA;
VII.manter sob sua responsabilidade o registro dos profissionais qualificados para atuar em comissões disciplinares e de sindicâncias;
VIII.controlar o prazo de entrega dos relatórios finais oriundos das comissões, constituídas pelo Gabinete da Presidência, assim como os demais prazos estabelecidos pela Lei nº. 8.112/90; e
IX.outras atividades compatíveis com suas atribuições.

Art. 132. Aos Superintendentes Regionais incumbe:

...

XIV - instaurar procedimentos disciplinares e aplicar penas de advertência e de suspensão de até quinze dias, segundo sua área de atuação;

Portaria Incra/P/nº 191 de 30 de junho de 2009.

Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados nas Comissões Disciplinares, bem como no Sistema de Acompanhamento de Procedimentos Disciplinares SISPAD, no âmbito do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA

3.5 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

O INCRA conta com 2 servidores por superintendência regional, ou seja 60 servidores, treinados para o uso do Sistema de Gestão de Processos Disciplinares - CGU-PAD e, na Sede, 4 servidores estão capacitados para sua utilização.

Contudo, devido às deficiências de estrutura e pessoal nas superintendências regionais, há dificuldades em manter os dados atualizados no sistema.

No entanto, nos casos em que o julgamento deve ser proferido pelo Chefe de Gabinete ou pelo Presidente, a Divisão de Procedimentos Disciplinares tem preenchido esta lacuna e providenciado a atualização das informações.

Já nos processos instaurados pela Sede, as informações são lançadas nos momentos de instauração e de conclusão dos processos, com anexação das peças principais no referido sistema.

A CGU, freqüentemente, monitora o lançamento das informações e peças processuais, sendo que a autarquia tem atendido todas as solicitações efetuadas.

Ademais, no intuito de obter informações mais específicas foi criado o SISPAD, sistema informatizado desenvolvido na autarquia, que permite obter relatórios sobre os apuratórios de forma mais adequada aos interesses do INCRA.

Para dar mais agilidade a esta atividade, encontra-se em estudo uma proposta para incumbir as próprias comissões de realizar os lançamentos das informações intermediárias, tais como portarias de prorrogação, continuidade e alteração e até mesmo o Relatório Final.

4. Programação e Execução da Despesa Orçamentária e Financeira

4.1 Informações Sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ

4.1.1 Informações Sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Quadro A.4.1 – Programa de Governo constante do PPA – Temático – Programa 2066

Identificação do Programa de Governo					
Código Programa		2066			
Título		Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária			
Órgão Responsável		Ministério do Desenvolvimento Agrário			
Fontes de Recursos (PPA e LOA) (em R\$ 1,00)					
Fontes de Recursos			Valores do Exercício 2012		a) Valor Remanescente (d – e)
			e) Previsto no PPA	f) Fixado na LOA	
a) Orçamento Fiscal e da Seguridade Social			2.674.035.000	1.351.073.356	8.423.771.000
b) Outras Fontes					
c) Subtotais (a + b)			2.674.035.000	1.351.073.356	
d) Valor Global Previsto no PPA			11.097.806.000		
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)					
Provisão Recebida	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar		Valores Pagos
			Processados	Não Processados	
40.324.255,57	27.236.399,89	8.463.496,86	475.040,41	18.769.403,03	7.991.956,45
Objetivos Relacionados ao Programa					
Código	Descrição				Órgão ou Unidade Responsável Pelo Gerenciamento
0418	Aumentar a governança sobre a malha fundiária, gerenciar o ordenamento fundiário por meio dos sistemas cadastrais e cartográficos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), realizar a fiscalização das informações cadastrais da propriedade, controlar a aquisição de imóveis por estrangeiros, proceder a certificação dos imóveis rurais e combater a grilagem de terra pública.				INCRA
0419	Identificar, discriminar e arrecadar as terras devolutas, destinar as terras públicas e executar a regularização fundiária nas terras federais e nas estaduais, em parceria com os respectivos governos, para a democratização do acesso a terra, com condições simplificadas para imóveis rurais pequenos e médios, bem como para a promoção dos direitos territoriais das populações quilombolas, povos indígenas e outras comunidades tradicionais, e contribuir para o combate da pobreza no meio rural.				INCRA
0420	Assentar famílias, público da reforma agrária, por meio da obtenção de imóveis rurais, criar e implantar projetos de assentamento sustentáveis com infraestrutura, crédito instalação e licenciamento ambiental, proceder a supervisão ocupacional dos lotes e contribuir com igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.				INCRA

0421	Qualificar e consolidar os projetos de assentamento sustentáveis desenvolvendo-os com gestão ambiental, financiamento produtivo, acesso aos mercados, agroindustrialização e assistência técnica para a autonomia socioeconômica das famílias, promovendo a titulação conjunta, a igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.	INCRA
0422	Proporcionar o acesso à capacitação profissional e educação formal em todos os níveis, à cultura, à alimentação básica, à saúde, esporte e lazer ao público da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares beneficiários da regularização fundiária.	INCRA

O INCRA possui apenas uma unidade orçamentária para todo o Órgão. A Sede ao receber os recursos orçamentários e financeiros, repassa tais valores para as Superintendências, as quais assumem a responsabilidade pela execução apenas das ações de sua responsabilidade.

Diante deste fato entendemos que este quadro deve ser preenchido exclusivamente no Relatório de Gestão - RG da Sede, uma vez que a Superintendência Regional não acompanha a execução dos programas e nem tampouco tem elementos para escrever qualquer análise crítica sobre os mesmos.

Oficialmente, o Planejamento Estratégico é de responsabilidade do INCRA/SEDE – Brasília, porém os programas executados na UJ seguem orientações e ações vinculadas às definições e preceitos contidos no Plano Plurianual 2012-2015.

4.1.2 Informações Sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Neste item estão elencados os objetivos do Plano Plurianual – PPA 2012-2015 que possuem ações orçamentárias cuja execução é de responsabilidade do INCRA. Cabe ressaltar que não foram listadas as metas às quais não está atrelada nenhuma ação orçamentária, tendo em vista a impossibilidade de auferir sua execução física e orçamentária.

Também não foram consideradas metas do PPA que não possuem meta anual específica no Plano de Compromissos. Algumas metas, ainda, foram aglomeradas nos campos de metas financeiras, tendo em vista a impossibilidade de separar a execução orçamentária para diferentes metas dentro de uma mesma ação orçamentária.

4.1.2.1 Objetivos Vinculados ao Programa 2066

Quadro A.4.2.1.a – Objetivos de programa temático – Objetivo 0418

Identificação do Objetivo			
Código	0418		
Descrição	Aumentar a governança sobre a malha fundiária, gerenciar o ordenamento fundiário por meio dos sistemas cadastrais e cartográficos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), realizar a fiscalização das informações cadastrais da propriedade, controlar a aquisição de imóveis por estrangeiros, proceder a certificação dos imóveis rurais e combater a grilagem de terra pública.		
Programa	2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária		
Órgão Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário		
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)			
Provisão Recebida	Despesa	Restos a Pagar	Valores Pagos

		Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
27.400,00		26.503,81	23.301,33	0	3.202,48	23.301,33
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição (Meta PPA 2012-2015)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Realizar 1,2 milhão de atualizações cadastrais de imóveis rurais no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) (Ação 2105)	Imóvel gerenciado	1.522	21.997	27.400,00	23.301,33
2	Emitir 2 milhões de Certificados de Cadastro de Imóveis Rurais (CCIR) (Ação 2105)	CCIR emitido	-	273.039		

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária deste objetivo diz respeito à Ação **2105** - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Unidade de Medida	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Imóvel gerenciado*	-	50.000,00	0	0	50.000,00
2	CCIR emitido*	-				

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

Quadro A.4.2.1.b – Objetivos de programa temático – Objetivo 0419

Identificação do Objetivo						
Código	0419					
Descrição	Identificar, discriminar e arrecadar as terras devolutas, destinar as terras públicas e executar a regularização fundiária nas terras federais e nas estaduais, em parceria com os respectivos governos, para a democratização do acesso a terra, com condições simplificadas para imóveis rurais pequenos e médios, bem como para a promoção dos direitos territoriais das populações quilombolas, povos indígenas e outras comunidades tradicionais, e contribuir para o combate da pobreza no meio rural.					
Programa	2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária					
Órgão Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
1.925.565,00	1.925.565,00	215,00	0	1.925.350,00	215,00	
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição (Meta PPA 2012-2015)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Emissão de certidão de certificação de 100 milhões de há (Ação 4426)	Hectare certificado	-	1	-	215,00
2	Georreferenciamento de 4 milhões de ha, reservadas as	Imóvel georreferenciado	0	-		

	competências da Lei 1.952/2009 - Terra Legal (Ação 4426)					
3	Encaminhar 200.000 imóveis rurais para a regularização fundiária (Ação 2110)	Imóvel regularizado	-	0	-	0
4	Identificação, discriminação, arrecadação e destinação de 8 milhões de ha de terras públicas, reservadas as competências da Lei 11.952/2009 - Terra Legal (Ação 8378)	Área diagnosticada	0	0	-	0

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária deste objetivo diz respeito à soma das Ações **4426** - Georreferenciamento de Malha Fundiária Nacional; **2110** - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais e Urbanos; **8378** - Gestão de Terras Públicas e **2114** - Estruturação, Implantação e Manutenção dos Sistemas Cadastrais e Cartográficos.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Unidade de Medida	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Hectare certificado*	53	479.972,40	0	119.587,40	360.385,00
2	Imóvel georreferenciado*	-				
3	Imóvel regularizado*	0	0	0	0	0
4	Área diagnosticada*	0	0	0	0	0

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

Quadro A.4.2.1.c – Objetivos de programa temático – Objetivo 0420

Identificação do Objetivo						
Código	0420					
Descrição	Assentar famílias, público da reforma agrária, por meio da obtenção de imóveis rurais, criar e implantar projetos de assentamento sustentáveis com infraestrutura, crédito instalação e licenciamento ambiental, proceder a supervisão ocupacional dos lotes e contribuir com igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.					
Programa	2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária					
Órgão Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
36.494.852,45	24.349.768,92	9.485.568,92	1.438.803,91	16.303.003,91	8.046.765,01	
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição (Meta PPA 2012-2015)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Criar 800 projetos de assentamento (Não possui ação orçamentária)	Projeto criado	-	4	-	-
2	Verificar o cumprimento da Função Social da Propriedade mediante a vistoria de 16 milhões de hectares, com	Área vistoriada	21.300	7.005,80	248.100,00	413.818,72

	prioridade para o conjunto de imóveis acima de 15 módulos fiscais cadastrados no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) (Ação 8387)					
3	Obter 1 milhão de hectares (Ação 4460)	Área obtida	3.596	3.488	33.550.705,00	6.775.309,54
4	Assentar 200 mil famílias (Ação 8384)	Família assentada	450	482	95.594,68	73.521,74
5	Protocolar licença ambiental para 3.200 Projetos de Assentamentos (Ação 8374)	Licença protocolada	2	4	28.215,00	13.049,68
6	Atender 300 mil famílias dentro das distintas modalidades de crédito instalação, sendo 30 mil contratos na modalidade Apoio Mulher (Ação 0427)	Crédito disponibilizado	1162	70	26.144.673,00	688.800,00
7	Conceder Crédito Fomento a 50 mil famílias assentadas no âmbito do Plano Brasil sem Miséria (Ação 0427)	Crédito disponibilizado	-	-		
8	Construir e/ou reformar 120 mil casas (Ação 0427)	Casa construída	-	0		
9	Beneficiar 50 mil famílias com acesso à água (Ação 8396)	Família atendida	-	298	1.519.901,00	82.265,33
10	Construir e/ou reformar 25 mil km de estradas (Ação 8396)	Km construídos/reformados	-	0		

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária deste objetivo diz respeito à soma das Ações **8387** - Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais; **4460** - Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária; **20TG** - Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária; **8384** - Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária; **8374** - Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária; **0427** - Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas; **20S7** - Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária; **8398** - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento e **8396** - Implantação e Recuperação de Infra-estrutura Básica em Projetos de Assentamento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Unidade de Medida	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Projeto criado*	-	-	-	-	-
2	Área vistoriada*	0	21.305,17	2.530,17	14.450,00	4.325,00
3	Área obtida*	0	3.292.944,14	0	2.208.593,33	1.084.350,81
4	Família assentada*	-	66.102,28	14.225,96	48.512,82	3.363,50
5	Licença protocolada*	0	635.878,00	620.062,43	2.627,84	13.187,73
6	Crédito disponibilizado*	884	34.370.400,00	6.400,00	22.968.200,00	11.395.800,00
7	Crédito disponibilizado*	-				
8	Casa construída*	-				
9	Família atendida*	719	13.989.704,57	560.306,16	7.088.993,50	6.340.404,91
10	Km construídos/reformados*	0				

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

Quadro A.4.2.1.d – Objetivos de programa temático – Objetivo 0421

Identificação do Objetivo						
Código	0421					
Descrição	Qualificar e consolidar os projetos de assentamento sustentáveis desenvolvendo-os com gestão ambiental, financiamento produtivo, acesso aos mercados, agroindustrialização e assistência técnica para a autonomia socioeconômica das famílias, promovendo a titulação conjunta, a igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.					
Programa	2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária					
Órgão Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
987.105,90	86.993,38	1.993,38	0	85.000,00	1.993,38	
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição (Meta PPA 2012-2015)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Conceder 50 mil títulos às famílias assentadas e às entidades públicas ou privadas na forma de doação, cessão ou concessão de uso (Ação 4358)	Documento de titulação expedido	64	64	2.105,90	1.993,38
2	Promover ações de gestão ambiental em 1.000 projetos de assentamento (Ação 2B06)	Assentamento beneficiado	13	0	85.000,00	0
3	Atender 50 mil famílias em projetos de agroindustrialização e comercialização (Ação 4320)	Família beneficiada	-	0	-	0

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária deste objetivo diz respeito à soma das Ações **4358** - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento; **2B06** - Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária e **4320** - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Unidade de Medida	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Documento de titulação expedido*	0	1.262,30	24,80	0	1.237,50
2	Assentamento beneficiado**	0	6.099.455,95	1.003.471,95	1.547.154,89	3.548.829,11
3	Família beneficiada*	0	-	-	-	-

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

**Meta Física Realizada (ação continuada): que tiveram início em anos anteriores com execução e/ou conclusão em 2012.

Quadro A.4.2.1.e – Objetivos de programa temático – Objetivo 0422

Identificação do Objetivo						
Código	0422					
Descrição	Proporcionar o acesso à capacitação profissional e educação formal em todos os níveis, à cultura, à alimentação básica, à saúde, esporte e lazer ao público da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares beneficiários da regularização fundiária.					
Programa	2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária					
Órgão Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
281.699,90	280.495,92	3.295,92	0	277.200,00	3.295,92	
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição (Meta PPA 2012-2015)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Atender 8.000 jovens e ou adultos (Ação 4474)	Trabalhador escolarizado	-	0	-	-
2	Capacitar 3.000 profissionais com bolsas para a formação complementar técnica e especializada, com vistas à atuação na assistência técnica, pedagógica e social (Ação 6952)	Profissional capacitado	-	0	-	-
3	Manter 2.000 alunos em formação profissional de nível médio e superior, anualmente (Ação 8370)	Profissional formado	56	0	281.699,90	3.295,92

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária deste objetivo diz respeito à soma das Ações **4474** - Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA); **6952** - Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social e **8370** - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Unidade de Medida	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Trabalhador escolarizado**	0	-	-	-	-
2	Profissional capacitado**	0	-	-	-	-
3	Profissional formado**	0	289.800,00	5.400,00	277.200,00	7.200,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

**Meta Física Realizada (ação continuada): que tiveram início em anos anteriores com execução e/ou conclusão em 2012.

4.1.2.2 Objetivo Vinculado ao Programa 2012

Quadro A.4.2.2 – Objetivos de programa temático – Objetivo 0412

Identificação do Objetivo						
Código	0412					
Descrição	Ampliar o acesso e qualificar os serviços de assistência técnica e extensão rural e de inovação tecnológica, de forma continuada e permanente, para os agricultores e agricultoras familiares, assentados e assentadas da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais.					
Programa	2012 – Agricultura Familiar					
Órgão Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
18.914.523,68	18.911.193,74	12.213.301,91	427.520,09	6.697.891,83	11.785.781,82	
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição (Meta PPA 2012-2015)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para 750 mil assentados e assentadas da reforma agrária (Ação 4470)	Família assistida	18.332	10.387	18.918.740,00	12.213.301,91
2	Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para atendimento a 203 mil famílias de agricultores e 50 mil famílias assentadas da reforma agrária no âmbito do Plano Brasil sem Miséria, com acompanhamento diferenciado (Ação 4470)	Família assistida	-	0		
3	Qualificar 37.500 agentes de desenvolvimento rural para atendimento a famílias da agricultura familiar e assentadas da reforma agrária, 300 agentes para atuação junto às comunidades indígenas e 250 agentes para atuação junto às comunidades quilombolas, garantindo participação de pelo menos 35% de mulheres (Ação 4448)	Agente formado	-	0	-	-

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária deste objetivo diz respeito à soma das Ações **4470** - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados e **4448** - Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Unidade de Medida	Meta física realizada (exercícios)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar

		anteriores)				
1	Família assistida**	16.516	12.486.580,21	2.025.943,68	7.561.897,50	2.898.739,03
2	Família assistida**	0				
3	Agente formado*	0	-	-	-	-

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

**Meta Física Realizada (ação continuada): que tiveram início em anos anteriores com execução e/ou conclusão em 2012.

O INCRA possui apenas uma unidade orçamentária para todo o Órgão. A Sede ao receber os recursos orçamentários e financeiros, repassa tais valores para as Superintendências, as quais assumem a responsabilidade pela execução apenas das ações de sua responsabilidade.

Diante deste fato entendemos que este quadro deve ser preenchido exclusivamente no Relatório de Gestão - RG da Sede, uma vez que a Superintendência Regional não acompanha a execução dos programas e nem tampouco tem elementos para escrever qualquer análise crítica sobre os mesmos.

Oficialmente, o Planejamento Estratégico é de responsabilidade do INCRA/SEDE – Brasília, porém os programas executados na UJ seguem orientações e ações vinculadas às definições e preceitos contidos no Plano Plurianual 2012-2015.

4.1.2.3 Objetivo Vinculado ao Programa 2034

Quadro A.4.2.3 – Objetivos de programa temático – Objetivo 0987

Identificação do Objetivo						
Código	0987					
Descrição	Realizar a Regularização Fundiária das Comunidades Quilombolas, por meio da Delimitação, Reconhecimento, Indenização das Benfeitorias e Imóveis, Desintrusão e Titulação dos Territórios Quilombolas.					
Programa	2034 - Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial					
Órgão Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
3.607.634,70	3.607.111,81	106.688,78	0	3.500.423,03	106.688,78	
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição (Meta PPA 2012-2015)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Vistoriar e avaliar 520 mil hectares de terras inseridos nos territórios quilombolas, indenizando 250 mil hectares (Ação 0859)	Área indenizada	3187	0	3.187.049,00	0
2	Publicar 140 portarias, reconhecendo 64 mil hectares e beneficiando 14 mil famílias (Ação 20T1)	Área reconhecida	351	0	140.321,00	106.688,78
3	Publicar 190 RTIDs, identificando 660 mil hectares,	RTID publicado	-	-		

	beneficiando 13 mil famílias (Ação 20T1)					
4	Demarcar, certificar e titular os territórios desintrusados em nome das comunidades quilombolas (Ação 20T1)	Título expedido	-	-		

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária deste objetivo diz respeito à soma das Ações **0859** - Indenização de Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis Demarcados e Titulados aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos e **20T1** - Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Unidade de Medida	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Área indenizada*	0	-	-	-	-
2	Área reconhecida*	0	-	-	-	-
3	RTID publicado*	1	-	-	-	-
4	Título expedido*	0	-	-	-	-

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

O INCRA possui apenas uma unidade orçamentária para todo o Órgão. A Sede ao receber os recursos orçamentários e financeiros, repassa tais valores para as Superintendências, as quais assumem a responsabilidade pela execução apenas das ações de sua responsabilidade.

Diante deste fato entendemos que este quadro deve ser preenchido exclusivamente no Relatório de Gestão - RG da Sede, uma vez que a Superintendência Regional não acompanha a execução dos programas e nem tampouco tem elementos para escrever qualquer análise crítica sobre os mesmos.

Oficialmente, o Planejamento Estratégico é de responsabilidade do INCRA/SEDE – Brasília, porém os programas executados na UJ seguem orientações e ações vinculadas às definições e preceitos contidos no Plano Plurianual 2012-2015.

4.1.3 Informações Sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Neste item estão elencadas as iniciativas do Plano Plurianual – PPA 2012-2015 que possuem ações orçamentárias cuja execução é de responsabilidade do INCRA. Cabe ressaltar que não foram listadas as iniciativas e metas às quais não está atrelada nenhuma ação orçamentária, tendo em vista a impossibilidade de auferir sua execução física e orçamentária.

4.1.3.1 Iniciativas Vinculadas ao Objetivo 0418

Quadro A.4.3.1 – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01DV

Identificação da Iniciativa						
Código		01DV				
Descrição		Fiscalização cadastral das propriedades rurais.				
Objetivo		0418				
Órgão ou Unidade Responsável		Ministério do Desenvolvimento Agrário				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
		Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
27.400,00		26.503,81	23.301,33	0	3.202,48	23.301,33
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Imóvel Gerenciado (Ação 2105)	Imóvel	1522	21.997	27.400,00	23.301,33

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária desta iniciativa diz respeito à Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Imóvel Gerenciado*	0	50.000,00	0	0	50.000,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

4.1.3.2 Iniciativas Vinculadas ao Objetivo 0419

Quadro A.4.3.2.a – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01E6

Identificação da Iniciativa						
Código	01E6					
Descrição	Georreferenciamento e certificação de imóveis rurais					
Objetivo	0419					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
1.925.565,00	1.925.565,00	215,00	0	1.925.350,00	215,00	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

1	Imóvel Georreferenciado (Ação 4426)	Imóvel	-	1	-	215,00
---	-------------------------------------	--------	---	---	---	--------

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária desta iniciativa diz respeito à Ação 4426 - Georreferenciamento de Malha Fundiária Nacional

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Imóvel Georreferenciado*	53	479.972,40	0	119.587,40	360.385,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

Quadro A.4.3.2.b – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01E7

Identificação da Iniciativa						
Código		01E7				
Descrição		Gestão das terras públicas federais e apoio à gestão das estaduais, realizando a fiscalização do cumprimento da função social das propriedades rurais, georreferenciamento e certificação de imóveis rurais, regularização Fundiária e titulação, ratificação de títulos em faixa de fronteira e apoio à legalização de imóveis rurais, modernização do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), implantação do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR), ampliação da inserção de dados geográficos ao acervo fundiário do Incra e a sua integração com outras bases geográficas, e promover a massificação do seu acesso.				
Objetivo		0419				
Órgão ou Unidade Responsável		Ministério do Desenvolvimento Agrário				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
		Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
0		0	0	0	0	0
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Imóvel Regularizado (Ação 2110)	Imóvel	-	0	-	-
2	Sistema Mantido (Ação 2114)	Sistema	-	0	-	-
3	Área Diagnosticada (Ação 8378)	Ha	-	0	-	-

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária desta iniciativa diz respeito às Ações 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais e Urbanos; 2114 - Estruturação, Implantação e Manutenção dos Sistemas Cadastrais e Cartográficos e 8378 - Gestão de Terras Públicas.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Imóvel Regularizado*	0	-	-	-	-
2	Sistema Mantido*	0	-	-	-	-

3	Área Diagnosticada*	0	-	-	-	-
----------	---------------------	---	---	---	---	---

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

4.1.3.3 Iniciativas Vinculadas ao Objetivo 0420

Quadro A.4.3.3.a – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01EK

Identificação da Iniciativa						
Código	01EK					
Descrição	Criação de projetos de assentamento para o público da Reforma Agrária, prioritariamente de projetos de assentamento diferenciados ambientalmente, na Amazônia Legal, tais como o Projeto de Assentamento Extrativista (PAE), o Projeto de Assentamento Florestal (PAF) e o Projeto de Assentamento Sustentável (PDS).					
Objetivo	0420					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
8.740.318,18	7.189.318,59	7.189.128,26	475.040,41	190,33	6.714.087,85	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Área Vistoriada (Ação 8387)	Ha	21.300	7.005,80	248.100,00	413.818,72
2	Área Obtida (Ação 4460)	Ha	3.596	3.488	33.550.705,00	6.775.309,54
3	Área Indenizada (Ação 20TG)	Ha	-	0	-	-

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária desta iniciativa diz respeito às Ações **8387** - Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais; **4460** - Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária e **20TG** - Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Área Vistoriada*	0	21.305,17	2.530,17	14.450,00	4.325,00
2	Área Obtida*	0	3.292.944,14	0	2.208.593,33	1.084.350,81
3	Área Indenizada*	0	-	-	-	-

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

Quadro A.4.3.3.b – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01EL

Identificação da Iniciativa	
Código	01EL
Descrição	Gerenciamento e manutenção do cadastro das famílias candidatas e beneficiárias da reforma agrária, visando à seleção, à homologação e à supervisão ocupacional dos

	lotes em projetos de assentamento.					
Objetivo	0420					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
75.745,59	74.694,74	73.521,74	0	1.173,00	73.521,74	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família assentada (Ação 8384)	Família	450	482	95.594,68	73.521,74

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária desta iniciativa diz respeito à Ação **8384** - Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família assentada*	0	66.102,28	14.225,96	48.512,82	3.363,50

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

Quadro A.4.3.3.c – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01EO

Identificação da Iniciativa						
Código	01EO					
Descrição	Promover a regularização ambiental dos assentamentos no âmbito do Programa Mais Ambiente e demais procedimentos de regularização.					
Objetivo	0420					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
14.215,10	13.049,68	13.049,68	0	0	13.049,68	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Assentamento Licenciado (Ação 8374)	Assentamento	2	4	28.215,00	13.049,68

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária desta iniciativa diz respeito à Ação **8374** - Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar

		(exercícios anteriores)				
1	Assentamento Licenciado*	0	635.878,00	620.062,43	2.627,84	13.187,73

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

Quadro A.4.3.3.d – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01EP

Identificação da Iniciativa						
Código	01EP					
Descrição	Propiciar as condições básicas de acesso, saneamento, crédito, moradia, subsistência e convivência para as famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária.					
Objetivo	0420					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
28.167.541,58	17.545.707,05	1.128.064,83	0	16.417.642,22	1.128.064,83	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família atendida (Ação 0427)	Família	1162	70	26.144.673,00	688.800,00
2	Crédito Supervisionado (Ação 20S7)	Família	236	250	106.348,00	125.432,50
3	Família atendida (Ação 8398)	Família	835	0	306.620,00	231.567,00
4	Família atendida (Ação 8396)	Família	197	298	1.519.901,00	82.265,33

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária desta iniciativa diz respeito às Ações **0427** - Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas; **20S7** - Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária; **8398** - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento e **8396** - Implantação e Recuperação de Infra-estrutura Básica em Projetos de Assentamento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família atendida*	884	34.370.400,00	6.400,00	22.968.200,00	11.395.800,00
2	Crédito Supervisionado*	0	-	-	-	-
3	Família atendida*	0	1.687,02	1.687,02	0	0
4	Família atendida*	719	13.989.704,57	560.306,16	7.088.993,50	6.340.404,91

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

4.1.3.4 Iniciativas Vinculadas ao Objetivo 0421

Quadro A.4.3.4.a – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01ES

Identificação da Iniciativa						
Código	01ES					
Descrição	Concessão de títulos às famílias assentadas e destinação de áreas remanescentes dos projetos de assentamento.					
Objetivo	0421					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
2.105,90	1.993,38	1.993,38	0	0	1.993,38	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Documento de Titulação Expedido (Ação 4358)	Documento	64	64	2.105,90	1.993,38

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária desta iniciativa diz respeito à Ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Documento de Titulação Expedido*	0	1.262,30	24,80	0	1.237,50

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

Quadro A.4.3.4.b – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01EU

Identificação da Iniciativa					
Código	01EU				
Descrição	Desenvolvimento dos projetos de assentamento, assegurando condições sustentáveis através da gestão ambiental.				
Objetivo	0421				
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)					
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
85.000,00	85.000,00	0	0	85.000,00	0

Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Assentamento Beneficiado (Ação 2B06)	Assentamento	13	0	85.000,00	0

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária desta iniciativa diz respeito à Ação 2B06 - Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Assentamento Beneficiado**	0	6.099.455,95	1.003.471,95	1.547.154,89	3.548.829,11

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

**Meta Física Realizada (ação continuada): que tiveram início em anos anteriores com execução e/ou conclusão em 2012.

Quadro A.4.3.4.c – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01EW

Identificação da Iniciativa						
Código	01EW					
Descrição	Proporcionar aos projetos de assentamento condições necessárias ao desenvolvimento econômico, social e produtivo das famílias, e fortalecer os grupos produtivos de mulheres.					
Objetivo	0421					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
900.000,00	0	0	0	0	0	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família Beneficiada (Ação 4320)	Família	-	0	-	-

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária desta iniciativa diz respeito à Ação 4320 - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família Beneficiada*	0	-	-	-	-

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

4.1.3.5 Iniciativas Vinculadas ao Objetivo 0422

Quadro A.4.3.5 – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01F1

Identificação da Iniciativa						
Código	01F1					
Descrição	Proporcionar ao público alvo o acesso à educação formal em todos os níveis e à capacitação profissional.					
Objetivo	0422					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
281.699,90	280.495,92	3.295,92	0	277.200,00	3.295,92	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Trabalhador Rural escolarizado (Ação 4474)	Trabalhador	-	0	-	-
2	Profissional capacitado (Ação 6952)	Profissional	-	0	-	-
3	Profissional capacitado (Ação 8370)	Profissional	56	51	281.699,90	3.295,92

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária desta iniciativa diz respeito às Ações **4474** - Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA); **6952** - Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social e **8370** - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Trabalhador Rural escolarizado**	0	-	-	-	-
2	Profissional* capacitado**	0	-	-	-	-
3	Profissional capacitado**	0	289.800,00	5.400,00	277.200,00	7.200,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

**Meta Física Realizada (ação continuada): que tiveram início em anos anteriores com execução e/ou conclusão em 2012.

4.1.3.6 Iniciativa Vinculada ao Objetivo 0412

Quadro A.4.3.6 – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01CB

Identificação da Iniciativa						
Código	01CB					
Descrição	Prestação dos serviços qualificados e continuados de Assistência Técnica e Extensão Rural, articulados com concessão de investimentos, para o público da agricultura familiar, reforma agrária, mulheres rurais, indígenas, quilombolas e povos e comunidades tradicionais e para a organização da produção de empreendimentos da agricultura familiar, com formação dos agentes de desenvolvimento e fiscalização dos contratos; apoio à estruturação das entidades públicas executoras dos serviços de ATER e à implementação de serviços direcionados à gestão e formalização de organizações econômicas de agricultoras rurais.					
Objetivo	0987					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
18.914.523,68	18.911.193,74	12.213.301,91	427.520,09	6.697.891,83	11.785.781,82	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família Assistida (Ação 4470)	Família	18.332	10.387	18.918.740,00	12.213.301,91
2	Agente Formado (Ação 4448)	Agente	-	-	-	-

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária desta iniciativa diz respeito às Ações **4470** - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados e **4448** - Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família Assistida**	16.516	12.486.580,21	2.025.943,68	7.561.897,50	2.898.739,03
2	Agente Formado**	-	-	-	-	-

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

**Meta Física Realizada (ação continuada): que tiveram início em anos anteriores com execução e/ou conclusão em 2012.

4.1.3.7 Iniciativas Vinculadas ao Objetivo 0987

Quadro A.4.3.7 – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 047A

Identificação da Iniciativa	
Código	047A
Descrição	Ampliação da regularização fundiária dos territórios quilombolas por meio do seu Reconhecimento, Desintrusão e Titulação.
Objetivo	0987

Órgão ou Unidade Responsável		Ministério do Desenvolvimento Agrário				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
		Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
3.607.634,70		3.607.111,81	106.688,78	0	3.500.423,03	106.688,78
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Área indenizada (Ação 0859)	Ha	3187	0	3.187.049,00	0
2	Área reconhecida (Ação 20T1)	Ha	351	0	140.321,00	106.688,78

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária desta iniciativa diz respeito à Ação **0859** - Indenização de Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis Demarcados e Titulados aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos; **20T1** - Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas.

O INCRA possui apenas uma unidade orçamentária para todo o Órgão. A Sede ao receber os recursos orçamentários e financeiros, repassa tais valores para as Superintendências, as quais assumem a responsabilidade pela execução apenas das ações de sua responsabilidade.

Diante deste fato entendemos que este quadro deve ser preenchido exclusivamente no Relatório de Gestão - RG da Sede, uma vez que a Superintendência Regional não acompanha a execução dos programas e nem tampouco tem elementos para escrever qualquer análise crítica sobre os mesmos.

Oficialmente, o Planejamento Estratégico é de responsabilidade do INCRA/SEDE – Brasília, porém os programas executados na UJ seguem orientações e ações vinculadas às definições e preceitos contidos no Plano Plurianual 2012-2015.

4.1.4 Informações sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

4.1.4.1 Ações Vinculadas ao Programa 2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária

Quadro A.4.4. 1.1 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 2105

Identificação da Ação					
Código	2105				
Descrição	Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural				
Iniciativa	01DV				
Unidade Responsável	INCRA				
Unidade Orçamentária	22201				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)					
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
27.400,00	26.503,81	23.301,33	0	3.202,48	23.301,33

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Imóvel Gerenciado	Imóvel	1522	21.997	27.400,00	23.301,33

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Imóvel Gerenciado*	0	50.000,00	0	0	50.000,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

De acordo com as informações extraídas do Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR, no período de janeiro a dezembro de 2012, foram gerenciados 21.997 imóveis rurais localizados neste estado de São Paulo. A meta prevista para o ano de 2012 foi estimada em 1.522 imóveis e o executado 21.997, resultando em 20.475 imóveis gerenciados acima da meta, com um percentual de 1.445,27% de meta realizada.

É necessário ressaltar que a meta estabelecida para o ano de 2012 de 1.522 imóveis, muito abaixo da média de 23.000 imóveis/ano registrada nos últimos 3 anos, deve-se ao corte orçamentário ocorrido em função do Decreto nº 7.680/2012.

Tendo em vista que há fixação de valor unitário por imóvel gerenciado no Plano Pluri-Anual - PPA 2011-2014, a redução de orçamento da Regional, que era inicialmente de R\$ 468.000,00 (meta física de 26 mil imóveis gerenciados) reduziu linearmente a meta física conforme a redistribuição do orçamento após o corte.

Por outro lado, a execução física ficou próxima à média histórica, uma vez que o Serviço de Cadastro Rural conta com o apoio das Unidades Municipais de Cadastramento - UMC, que executam atualizações cadastrais de imóveis com dimensão de até 4 Módulos Fiscais, sem oneração para o orçamento da Autarquia. Neste caso, o instrumento de vinculação entre o INCRA e a UMC é o Termo de Cooperação Técnica, que não implica em repasse de recursos.

Em 2012 foram firmados 15 Termos de Cooperação Técnica com Prefeituras Municipais, para implantação de Unidades Municipais de Cadastro – UMC, mantendo-se desta forma a mesma média de UMC's do ano anterior.

Finalizando, cabe destacar que no ano de 2012 foram emitidos 273.039 Certificados de Cadastro de Imóvel Rural – CCIR.

Quadro A.4.4. 1.2 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 2110

Identificação da Ação	
Código	2110
Descrição	Regularização Fundiária de Imóveis Rurais e Urbanos
Iniciativa	01E7
Unidade Responsável	INCRA
Unidade Orçamentária	22201

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
-	-	-	-	-	-	-
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Imóvel Regularizado	Imóvel	-	0	-	-

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Imóvel Regularizado*	0	-	-	-	-

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

Para o exercício de 2012, não houve programação orçamentária e tampouco descentralização orçamentária/financeira, não havendo, portanto, programação de atividades para execução da demanda Física.

Quadro A.4.4. 1.3 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 2114

Identificação da Ação						
Código	2114					
Descrição	Estruturação, Implantação e Manutenção dos Sistemas Cadastrais e Cartográficos					
Iniciativa	01E7					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
-	-	-	-	-	-	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Sistema Mantido	Sistema	-	0	-	-

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar

1	Sistema Mantido*	0	-	-	-	-
----------	------------------	---	---	---	---	---

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

Para o exercício de 2012, não houve programação orçamentária e tampouco descentralização orçamentária/financeira, não havendo, portanto, programação de atividades para execução da demanda Física.

Quadro A.4.4. 1.4 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4426

Identificação da Ação						
Código	4426					
Descrição	Georreferenciamento de Malha Fundiária Nacional					
Iniciativa	01E7					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
1.925.350,00	1.925.350,00	215,00	0	1.925.350,00	215,00	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Imóvel Georreferenciado	Imóvel	-	1	-	215,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Imóvel Georreferenciado*	53	479.972,40	0	119.587,40	360.385,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

No decorrer do ano de 2012, o setor de cartografia teve como uma de suas metas a ação 4426, onde conseguimos cumprir 1 imóvel georreferenciado de propriedade da União Federal para atendimento a demanda da SPU.

Entre outras atividades desempenhamos papel fundamental na análise de processos de certificação de imóveis rurais, atingindo um total de 1616 imóveis certificados em um total de 5068 de imóveis no exercício 2012, ou seja, 28,81% dos imóveis que ingressaram na SR no decorrer do ano de 2012.

Analisando a produção em números de imóveis certificados o número apresentado é considerável, uma vez que o numero de imóveis certificados é superior a este, pois não estão contabilizados os números de imóveis certificados de exercícios anteriores, o que aumentaria

exponencialmente o que de fato foi finalizado, tais números, também não foram maiores em virtude do encerramento do contrato 17/2011, de análise de processos de certificação de imóveis rurais que impactava significativamente principalmente na resposta ao contribuinte uma vez que o contrato previa não somente os analistas que conferiam os documentos necessários a certificação, bem como oferecia suporte administrativo ao atendimento direto ao cidadão.

O setor desempenhou apoio as demais divisões disponibilizando recursos humanos e financeiros para execução direta de demarcação de um projeto de assentamento e levantamento georreferenciado de 2 quilombos que constituem o RTID e por termos esta demanda alta necessitávamos da manutenção de nossos equipamentos e para isto fizemos um empenho para tal.

Quadro A.4.4.5 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8378

Identificação da Ação						
Código	8378					
Descrição	Gestão de Terras Públicas					
Iniciativa	01E7					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
-	-	-	-	-	-	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Área Diagnosticada	Ha	-	0	-	-

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Área Diagnosticada*	0	-	-	-	-

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

Para o exercício de 2012, não houve programação orçamentária e tampouco descentralização orçamentária/financeira, não havendo, portanto, programação de atividades para execução da demanda Física.

Quadro A.4.4.1.6 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8387

Identificação da Ação						
Código	8387					
Descrição	Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais					
Iniciativa	01EK					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
427.613,20	414.009,05	413.818,72	682,57	190,33	413.136,15	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Área Vistoriada	Ha	21.300	7.005,80	248.100,00	413.818,72

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Área Vistoriada*	0	21.305,17	2.530,17	14.450,00	4.325,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

Conforme-se verifica nos dados acima lançados, a meta física de vistoria e avaliação alcançou somente 32,89% do total proposto para o exercício.

Este desempenho muito abaixo do que foi programado tem, no entanto, determinantes muito fortes para sua ocorrência.

As normas administrativas que regem o andamento administrativo dos processos de desapropriação foi em muito modificada no final de 2011 início de 2012, fazendo com que no início de 2012 fossem devolvidos a esta Superintendência aproximadamente 30 processos que se encontravam no INCRA/Sede para decreto ou emissão de TDA's. Dentre estes processos 09 deles já decretados de interesse social, e com o prazo de caducidade dos decretos em andamento.

Esta devolução em função de que a novas diretrizes administrativas para o prosseguimento da proposta de desapropriação determinavam um valor limite para o custo de assentamento por família e ainda se fazia necessário elaborar estudo econômico/agronômico que verificasse a viabilidade econômica das parcelas a serem criadas, quando respeitado o custo máximo por família assentada. Face a inovação, foram encaminhadas uma série de discussões em como proceder a esse estudo, o qual em um primeiro momento estava muito influenciado por convicções pessoais.

Traçado um rumo para estes estudos debruçamo nos inicialmente sobre os imóveis já decretados de interesse social para evitarmos a caducidade dos decretos. Estes estudos relativos a 09 processos foram então integralmente concluídos e preservados os decretos, no entanto esta providencia em muito impactou o atingimento da meta proposta de novas vistorias já que comprometeu a capacidade operativa do quadro técnico da Divisão de Obtenção de Terras.

Também em muito impactou o atingimento da meta a greve de servidores que nesta Superintendência ocorreu que por quase três meses o que por si só impacta em 25% a meta proposta .

No Estado de São Paulo o INCRA é muito demandado pelo Ministério Público Estadual assim como pelo Poder Judiciário para realização de vistorias fundiárias que buscam constatar a alteração do uso do solo rural para uso urbano em loteamentos clandestinos e esta atividade apesar de onerar os recursos da Divisão não são lançadas para o atingimento de metas. Estas vistorias estão relacionadas em quadro abaixo denominado “VISTORIA - DENÚNCIA - INDÍCIOS DE LOTEAMENTO DE IMÓVEIS RURAIS CLANDESTINOS “

Outro ocorrência que merece ser comentada neste tópico foi que apesar do atingimento incipiente da meta o valor que consta como utilizado neste objetivo foi 66,79% maior que o custo estimado. Isto no entanto em função de prática administrativa já antiga, e ainda adotada neste exercício, de que os recursos disponibilizados pela sede são utilizados por todas as divisões da Superintendência que demandam recursos financeiros para execução de suas atividades.

Restos a pagar, de pequeno valor, não tem significância nos resultados obtidos.

META FINANCEIRA

DISCREPANCIA DA META FINANCEIRA DE 2012 EM RELAÇÃO AO GASTO NO EXERCÍCIO DE 2011

Custo por hectare em 2011 – R\$ 10,80

Custo por hectare em 2012 - R\$ 59,07

Aumento de 446,95%

Metas do Exercício Para a Ação - EXERCÍCIO 2012						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Área Vistoriada	Ha	21.300	7.005,80	248.100,00	413.818,72

Metas do Exercício Para a Ação - EXERCÍCIO 2011						
Ordem	Descrição (Meta PC 2011)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2011)		Meta Financeira (PC 2011)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Área Vistoriada	Ha	23.000	23.845,58	166.000,00	257.428,82

NÃO CONTROLAMOS OS RECURSOS FINANCEIROS – TODOS CENTRALIZADOS NO SETOR ADMINISTRATIVO

META FÍSICA

VISTORIA INICIADAS NO EXERCÍCIO DE 2012 (VISTORIA “IN LOCO”)

VISTORIA PARA AVALIAÇÃO - 1ª FASE (CAMPO)				
PROC.	IMÓVEL	MUNICIPIO	ÁREA (registrada)	ÁREA (medida)
1876/02-82-SP	FAZ. MACAÉ	ANDRADINA	1.451,2600	1.523,0891
0611/02-67-SP	FAZ SÃO PEDRO	NOVA INDEPENDENCIA	592,9201	585,2811
4303/05-53-SP	FAZ BOA VISTA	AMERICANA	103,4500	103,4500
4173/12-88-SP	AREA - MARINHA	IPERÓ	99,3819	99,3819
4756/06-61-SP	FAZ TROPICAL	PAULISTÂNEA	435,6000	487,9800
1892/09/41-SP	CHAC. STO ANGELO	MOGI DAS CRUZES	843,3500	532,2719
5462/09-07-SP	FAZ DAS COBRAS	DRACENA	440,40	448,45
4889/06-37-SP	FAZ. TANGARÁ/ STA LÚCIA	AGUDOS	786,04	778,70
0296/10-88-SP	FAZ OBA	MIRANDOPOLIS	919,75	923,76
			5.672,1439	5.482,3672

VISTORIA PARA FINS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL			
PROC.	IMÓVEL	MUNICIPIO	ÁREA (ha)
1068/09-91-SP	PA SANTA ADELAIDE	AVARÉ	701,9714
5404/11-90-SP	PDS HUGO MAZZILLI	CACONDE	126,45
4416/05-59-SP	FAZ. MACUCO/SÍTIOS REUNIDOS	PINDAMONHANGABA	692,0873
1823/12-33-SP	IMÓVEL DA UNIÃO FEDERAL	PAULÍNIA	2,9224
			1.523,4311

VISTORIAS REALIZADAS PELA DIVISÃO, POREM, QUE NÃO SÃO CONTABILIZADAS COMO META

VISTORIA - DENÚNCIA - INDÍCIOS DE LOTEAMENTO DE IMÓVEIS RURAIS CLANDESTINOS			
PROC.	IMÓVEL	MUNICIPIO	ÁREA (ha)
1270/12-09-SP	FAZ. SÃO JOÃO	PEREIRAS	108,80
4031/08-34-SP	FAZ. SURUBAIA	GUAREÍ	106,00
1333/01-84-SP	FAZ. VICTORIA	PORANGABA	64,19
0467/09-35-SP	FAZ. LEOCADIA	TORRE DE PEDRA	241,20
0104/07-38-SP	FAZ. FOFURA	BOFETE	294,30
3184/06-10-SP	FAZ. CAMPO ALEGRE III	BOFETE	262,66

0549/09-80-SP	FAZ. S. MARCO I E II	BOFETE	250,50
1146/10-91-SP	FAZ. PALMEIRAS	ANHEMBI	154,67
21490.017700/83-21	SITIO RIO NEGRO	INDAITUBA	174,12
2889/12-41-SP	GLEBA 5	MATÃO	13,97
2890/12-75-SP	SITIO TREVO IV	MATÃO	2,55
2888/12-04-SP	RECANTO S. FRANCISCO	MATÃO	14,25
2891/12-10-SP	SITIO S. BENTO	MATÃO	2,70
0542/03-72-SP	FAZ. N.S. APARECIDA	MATÃO	296,80
			1.986,7126

Quadro A.4.4. 1.7 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4460

Identificação da Ação						
Código	4460					
Descrição	Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária					
Iniciativa	01EK					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
8.312.704,98	6.775.309,54	6.775.309,54	474.357,84	0	6.300.951,70	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Área Obtida	Ha	3.596	3.488	33.550.705,00	6.775.309,54

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Área Obtida*	0	3.292.944,14	0	2.208.593,33	1.084.350,81

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

Conforme se verifica no quadro de metas para esta ação atingimos 96,99 % da meta proposta para o exercício. Poderíamos ainda ter tido resultado muito superior se todo o recurso financeiro solicitado para esta modalidade tivesse sido atendido, conforme se verifica no quadro adiante denominado “TDAs/ Pedido de descentralização de Recursos em 2012 - Ação 4460 – Não Atendido”

Ressalto ainda como angustiante a não disponibilização de recursos para indenização de benfeitorias no tempo adequado, conforme quadro abaixo, que fragiliza nossa posição junto ao judiciário. O imóvel Fazenda São Pedro apesar de ajuizado já a longo tempo ainda aguarda a emissão de TDA e liberação dos recursos financeiros, enfrentando por isto situação jurídica bastante delicada quanto ao sucesso de nossa pretensão.

META FÍSICA (ha)

Imóveis com TDAs emitidas em 2012

TDAs / DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS EM 2012 (AÇÃO 4460)								
Proc. 54190.00	Imóvel	Município	Área (Av)	Capac. Fam.	(R\$) Indenizatório			
					Em TDAs (VTN)	Moeda (Benf)	Moeda (Sobra TDAs)	VTI
3095/07SP	Faz. Nossa Senhora Aparecida	Aparecida D'Oeste	611,74	61	5.593.890,00	474.184,22	173,62	6.068.247,84
1245/07SP	Faz. Portal do Paraíso	Gália	868,28	81	5.934.511,98	2.006.279,30	89,04	7.940.880,32
1248/07SP	Faz. Recreio - Gleba 3, Faz. Santa Fé	Gália	404,90	31	2.749.993,88	84.018,13	31,04	2.834.043,05
1208/08SP	Faz. São Vicente	Indiaporã	968,00	104	9.368.437,86	948.234,37	69,42	10.316.741,65
2721/08SP	Faz. São Jorge	José Bonifácio	149,44	18	1.536.116,96	220.944,92	161,51	1.757.223,39
1623/08SP	Faz. Ranchão	Pontalinda	486,00	47	4.184.642,00	419.290,49	87,25	4.604.019,74
Imóveis			3.488,37	342	29.367.592,68	4.152.951,43	611,88	33.521.155,99

TDAs / PEDIDO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS EM 2012 (AÇÃO 4460) - NÃO ATENDIDO							
Proc	Imóvel	Município	Área (Av)	(R\$) Indenizatório			
				Em TDAs (VTN)	Moeda (Benf)	Moeda (Sobra TDAs)	VTI
1106/98SP	Faz. Colômbia, Água Fria	Colômbia	1.939,76	40.819.356,56	3.823.081,14	-	44.642.437,70
0611/02SP e outras	Faz. São Pedro e outras	Nova Independência	583,17	7.051.844,77	884.158,54	-	7.936.003,31
Imóveis			2.522,94	47.871.201,33	4.707.239,68	-	52.578.441,01

Quadro A.4.4. 1.8 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 20TG

Identificação da Ação						
Código	20TG					
Descrição	Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária					
Iniciativa	01EK					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
-	-	-	-	-	-	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Área Indenizada	Ha	-	0	-	-

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Área Indenizada*	0	-	-	-	-

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

Para o exercício de 2012, não houve programação orçamentária e tampouco descentralização orçamentária/financeira, não havendo, portanto, programação de atividades para execução da demanda Física.

Quadro A.4.4. 1.9 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8384

Identificação da Ação					
Código	8384				
Descrição	Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária				
Iniciativa	01EL				
Unidade Responsável	INCRA				
Unidade Orçamentária	22201				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)					
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
75.745,59	74.694,74	73.521,74	0	1.173,00	73.521,74
Metas do Exercício Para a Ação					
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de	Meta Física (PC 2012)	Meta Financeira (PC 2012)	

		Medida	Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família Assentada	Família	450	482	95.594,68	73.521,74

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família Assentada*	0	66.102,28	14.225,96	48.512,82	3.363,50

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

O recurso foi utilizado no cadastramento de famílias no interior do estado de São Paulo, e também no deslocamento de servidores da Divisão e Desenvolvimento de projetos de Assentamento, participantes no processo de seleções. Referente aos candidatos homologados no exercício de 2012.

Quadro A.4.4. 1.10 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 0427

Identificação da Ação						
Código	0427					
Descrição	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas					
Iniciativa	01EP					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
26.144.673,00	15.553.000,00	688.800,00	0	14.864.200,00	688.800,00	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família Atendida	Família	1162	70	26.144.673,00	688.800,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família Atendida*	884	34.370.400,00	6.400,00	22.968.200,00	11.395.800,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

No exercício de 2012 houve a execução financeira de R\$ 23.657.000,00 em diversas modalidades de crédito, atendendo 6.226 famílias assentadas, ficando assim discriminado:

RAP 2010: 14 projetos de assentamento, 820 famílias atendidas perfazendo o montante executado em R\$ 7.822.000,00, nas modalidades Aquisição de Materiais de construção e Aquisição de Materiais de Construção – Complemento. Aquisição de Materiais de construção e Aquisição de Materiais de construção – Complemento, Recuperação Materiais de Construção, Fomento, Adicional de Fomento, Apoio Mulher Integral e Apoio Mulher – Complemento.

RAP 2011: 82 Projetos de assentamento, 5.140 famílias atendidas perfazendo o montante de R\$ 15.146.200,00 nas modalidades Apoio Inicial.

Orçamento do exercício de 2012: 8 projetos de Assentamento, 266 famílias atendidas perfazendo o montante de R\$ 688.800,00 nas modalidades, Aquisição de Materiais de Construção (complementação), Apoio Mulher Integral e Apoio Mulher Complementar.

Devido à rotatividade na administração da Superintendência Regional do INCRA São Paulo, sendo que no exercício de 2012 tivemos 3 (três) mudanças administrativas, impedimentos ambientais, dificuldades nos procedimentos de aberturas de contas correntes, entre elas: escolhas de procuradoras impossibilitadas de representação junto aos agentes financeiros, documentos ilegíveis das procuradoras, fazendo com que o recurso orçamentário de 26.144.673,00 não fosse totalmente executado, onde fomos possibilitados de executar valor R\$ 15.553.000,00, culminando na impossibilidade de executarmos o valor de R\$ 10.591.673,00.

Durante o exercício de 2012, em todo o Estado de São Paulo foram firmados 1.417 contratos de operação do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, (sendo deste total, 755 do grupo A e 662 do grupo A/C) totalizando o valor de R\$ 13.644.912,64. O PRONAF destina-se a estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar, por meio dos financiamentos de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas. Os créditos podem ser concedidos de forma individual, coletiva (quando formalizado com um grupo de produtores, para finalidades coletivas) ou grupal (quando formalizado com grupo de produtores, para finalidades individuais). A unidade neste indicador foi extraída do total de DAPs emitidas e enviadas para o banco para a possível contratação.

As dificuldades encontradas na operacionalização do PRONAF devem-se principalmente a falta de conhecimento do programa e aspectos legais do mesmo por parte das agências locais do Banco do Brasil, que em alguns casos recusam-se a conceder o financiamento aos beneficiários devido ao desconhecimento das normas emitidas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário relacionadas às declarações de Aptidão ao PRONAF (DAP). Há ainda o problema de não haver um canal de comunicação com um técnico especializado em PRONAF no Banco do Brasil no qual os técnicos da ATER ou do INCRA possam levantar os problemas e dúvidas encontrados nas agências locais a fim de solucioná-los.

Não há disponibilização de informações do Banco do Brasil para o INCRA quanto ao número de contratos firmados do PRONAF, por modalidade mensalmente, dificultando o monitoramento desta ação por parte do INCRA.

Quadro A.4.4. 1.11 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 20S7

Identificação da Ação	
Código	20S7
Descrição	Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária
Iniciativa	01EP
Unidade Responsável	INCRA
Unidade Orçamentária	22201
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)	

Provisão Recebida		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
		Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
176.348,00		146.446,68	125.432,50	0	21.014,18	125.432,50
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Crédito Supervisionado	Família	236	250	106.348,00	125.432,50

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Crédito Supervisionado*	0	-	-	-	-

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

Em relação à supervisão da aplicação de crédito instalação foram realizadas fiscalização de crédito nos seguintes PEs.:

Santa Tereza 46 famílias, crédito apoio inicial- janeiro de 2012

São Camilo 25 famílias, crédito apoio inicial-janeiro de 2012

Onde se lê “136 famílias”, leia-se “92 famílias” no mês de janeiro de 2012 e onde se lê 13 projetos de assentamento, leia-se 02 projetos de assentamento.

Asa Branca 21 famílias, crédito apoio inicial- fevereiro de 2012

Carlos Lamarca: Onde se lê “93 famílias”, leia-se “47 famílias atendidas pela modalidade fomento e 48 famílias” atendidas com a modalidade recuperação materiais de Construção-março de 2012.

Contudo, vale esclarecer que devido à capacidade operacional reduzida, impossibilitou que a SR realizasse as supervisões do crédito em todos os PAs. atendidos com as modalidades de crédito instalação no exercício em referência e em exercícios anteriores.

Quadro A.4.4. 1.12 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8396

Identificação da Ação					
Código	8396				
Descrição	Implantação e Recuperação de Infra-estrutura Básica em Projetos de Assentamento				
Iniciativa	01EP				
Unidade Responsável	INCRA				
Unidade Orçamentária	22201				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)					
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.519.900,58	1.519.705,91	82.265,33	0	1.437.440,58	82.265,33
Metas do Exercício Para a Ação					
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de	Meta Física (PC 2012)	Meta Financeira (PC 2012)	

		Medida	Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família Atendida	Família	197	298	1.519.901,00	82.265,33

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família Atendida*	719	13.989.704,57	560.306,16	7.088.993,50	6.340.404,91

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

Foram implantados poços tubulares profundos em diversos projetos de assentamento do Estado, no âmbito do Contrato CRT/SP Nº 000030/2010 – Primeiro e Segundo Termo Aditivo (Processos 54190.003594/2010-20 e 54190.001775/2011-01), através de perfuração, a partir de estudo geológico prévio, contemplando os seguintes serviços e materiais:

- Diâmetros de perfuração: solos argilosos / arenitos – 20”; arenitos / sedimentares – 12 ¼”; rocha sá / rocha cristalina – 6”;
- Tubos de revestimento, filtros e pré-filtro: revestimento com 16” em tubos de aço preto, revestimento com 6” em tubos e filtros geomecânicos e pré-filtro com seixos selecionados de origem fluvial;
- Cimentação do espaço anular;
- Construção de laje de proteção;
- Desinfecção do conjunto;
- Instalação de equipamento de bombeamento – moto bomba submersa, p/ vazão de 8,0 a 18,0 m³/h, com acionamento automático;
- Instalação de cavalete, contendo registro de gaveta, válvula de retenção e hidrômetro;
- Instalação de reservatório metálico, tubular, com 10.000 l de capacidade;
- Instalação de tubulação de recalque em PVC 60mm, aterrada;
- Instalação de quadro de comando, em mureta de alvenaria;
- Instalação de poste padrão para ligação à rede de energia elétrica;
- Instalação de cerca de alambrado ao redor do conjunto;
- Cobertura do espaço interno com lastro de pedra britada.
- Requerimentos para Outorga de Licença de Execução de Poço Tubular Profundo e Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos, protocolados junto ao DAEE;
- Laudo técnico de teste de bombeamento;
- Laudo de análise físico-química e microbiológica da água.

Foram os seguintes projetos de assentamento contemplados, com os respectivos quantitativos de unidades implantadas e de famílias atendidas.

Metas do Exercício Para a Ação			
PA	Município	Nº poços	Nº Famílias
Da Barra	Ribeirão Preto	04	162
Horto Brasília	Cabrália Paulista	03	60
Ipanema	Iperó	01	24
Maraci	Agudos	01	20
Zumbi dos Palmares	Iaras	02	32
		11	298

Execução de Restos a Pagar (RAP)			
PA	Município	Nº poços	Nº Famílias
II de Janeiro	Descalvado	01	14
Aimorés	Bauru	03	56
Antonio Lafaiete	Gália	02	20
Arizona	Andradina	02	23
Com. Agrária Aurora	Descalvado	01	14
Córrego Rico	Jaboticabal	01	47
Eldorado dos Carajás	Pereira Barreto	02	35
Esperança de Luz	Castilho	03	71
Fortaleza	Bocaina	01	10
Guarany	Pradópolis	01	16
Josué de Castro	Andradina	03	52
Loiva Lurdes	Borebi	03	50
Margarida Alves	Gália	02	12
Nova São Carlos	São Carlos	05	76
Nova Vila	Guaraçai	01	15
Pendengo	Castilho	04	79
Roseli Nunes	Itapura	01	25
Zumbi dos Palmares	Iaras	05	104
		41	719

As obras implementadas possibilitam o abastecimento de água potável às famílias assentadas, visando o uso doméstico, em volume estimado de 1,6 m³ por família por dia.

Quadro A.4.4. 1.13 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8398

Identificação da Ação						
Código	8398					
Descrição	Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento					
Iniciativa	01EU					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
326.620,00	326.554,46	231.567,00	0	94.987,46	231.567,00	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família Atendida	Família	835	0	306.620,00	231.567,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família Atendida*	0	1.687,02	1.687,02	0	0

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

No exercício de 2012, foi realizada a demarcação topográfica de 210 parcelas de famílias assentadas do Projeto de Assentamento Fazenda Retiro, localizado no município de Mirandópolis.

Embora não fosse de competência da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária – Setor de Cartografia, os serviços foram executados de forma direta pelos técnicos do setor, e isso ocorreu a pedido da Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento, pela urgência da situação.

Quadro A.4.4. 1.14 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 2B06

Identificação da Ação						
Código	2B06					
Descrição	Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária					
Iniciativa	01EU					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
85.000,00	85.000,000	0	0	85.000,00	0	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Assentamento Beneficiado	Assentamento	13	0	85.000,00	0

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Assentamento Beneficiado**	0	6.099.455,95	1.003.471,95	1.547.154,89	3.548.829,11

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

**Meta Física Realizada (ação continuada): que tiveram início em anos anteriores com execução e/ou conclusão em 2012.

Para a “Execução Orçamentária e Financeira da Ação” (provisão recebida nesta Superintendência Regional do INCRA do Estado de São Paulo no ano de 2012 de R\$ 85.000,00) foi formalizado o Processo Administrativo/INCRA/SR-08/SP/nº 54190.003511/2012-64 na data de

31/07/2012 tendo como objetivo a aquisição de 18.274 mudas, no valor total provisionado, junto à Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) – Secretaria de Agricultura e Abastecimento, para implantação de Sistemas Agroflorestais em Áreas de Preservação Permanente em Projetos de Assentamento Rurais no Estado de São Paulo sob jurisdição do INCRA/SP a fim de atender Termos de Compromisso de Recuperação Ambiental (TCRA), firmados com a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB.

As mudas visam atender 07 (sete) Projetos de Assentamento (PA Arizona em Andradina/SP, PA Hugo Herédia em Araçatuba/SP, PA Nova Vila em Guaraçai/SP, PA Santa Cristina em Murutinga do Sul/SP, PA União da Vitória em Suzanópolis/SP, PA Celso Furtado em Castilho/SP, PA Reunidas em Promissão/SP) envolvendo 131 famílias em 66,36 hectares de áreas de preservação permanente degradadas.

O valor de R\$ 85.000,00 foi empenhado em 19/09/2012, após as devidas análises e atendimento dos requisitos formais para contratação daquela coordenadoria por meio de dispensa de licitação, fundamentada no art. 24, inciso VIII da Lei Federal nº 8.666/1993. Conforme cronograma apresentado pela CATI contendo previsão de entrega das mudas adquiridas pelo INCRA-SP, quase a totalidade somente poderá ser entregue a partir do mês de setembro do ano de 2013, justificando o não processamento da execução orçamentária e financeira da ação no ano de 2012.

Em relação à “Execução dos Restos a Pagar (RAP)”, temos a esclarecer que o valor de R\$ 1.547.154,89 de “RAP Pagos” refere-se a pagamentos das Notas Fiscais de nº 5.836 e 6.088 do Contrato CRT 051/2009 tendo como favorecido a Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo – CODASP (Processo Administrativo/INCRA/SR-08/SP/nº 54190.006893/2009-82).

A quantia de R\$ 786.154,89 refere-se a pagamento complementar da Nota Fiscal nº 5.836 com data de emissão em 12/07/2010, no valor total de R\$ 1.505.610,32 tendo como serviços executados obras de infra-estrutura em 03 (três) Projetos de Assentamento, sendo eles: PA Maracy em Agudos/SP – execução de 100% da destoca e enleiramento de 98 hectares, valor contratado de R\$ 1.000.493,00; PA Zumbi dos Palmares em Iaras/SP – execução de 30% da destoca em plantio de manejo de pinus em 100 hectares, valor contratado de R\$ 1.222.911,00 e executado de R\$ 366.873,30; PA Horto Aimorés em Bauru/SP – execução de 4% de abertura de 35 km de estradas com revestimento, recuperação de 5 km de estradas com revestimento e destoca em 90 hectares na área da estrada, valor contratado de R\$ 3.456.100,50 e executado de 138.244,02.

O restante do valor de R\$ 761.000,00 dos R\$ 1.547.154,89, refere-se a dois pagamentos do tipo parcial e complementar da Nota Fiscal nº 6.088, data de emissão em 01/12/2010, no valor total de R\$ 850.690,39 tendo como serviço executado 38,25% da adequação de 33,36 km de estradas com revestimento, drenagem de águas correntes pluviais, drenagem profunda, aterros e construção de estrutura de armazenamento no PDS Professor Luiz David de Macedo, localizado em Apiaí/SP, valor contratado de R\$ 2.224.027,16.

O “RAP a Pagar” no valor de R\$ 3.548.829,11 será utilizado como parte do pagamento de 06 (seis) Ordens de Serviço assinadas em 19/12/2012 pelo Superintendente Regional do INCRA-SP, do Contrato CRT 051/2009, sendo eles: nº 01/12 - PA Antônio Lafaiete de Oliveira em Gália/SP no valor de R\$ 269.508,87 para execução de serviços para recuperação de erosão causada por rompimento de represa; nº 02/2012 - PA Simon Bolívar em Getulina/SP no valor de R\$ 86.302,14 para execução de topografia de locação e construção de terraços em 135,8565 hectares; nº 03/12 - PA Margarida Alves em Mirante do Paranapanema/SP no valor de R\$ 211.485,07 para execução de topografia de locação e construção de terraços em 156,00 hectares; nº 04/12 - PDS Luiz David de Macedo em Apiaí/SP no valor de R\$ 1.753.839,59 para adequação do sistema viário com revestimento primário; nº 05/12 - PA Loiva Lurdes em Borebi-Agudos/SP no valor de R\$ 867.734,53 para execução de serviços para construção de estradas com revestimento primário; nº 06/12 - PA Horto Aimorés Gleba II em Bauru/SP no valor de R\$ 1.906.737,28 para pagamento de serviços para construção de estradas (acessos internos) com revestimento primário.

Relatamos a celebração, no final do ano de 2011, de 03 (três) parcerias não envolvendo transferência de recurso orçamentário do INCRA-SP, em andamento no ano de 2012, para recuperação ambiental em 04 (quatro) Projetos de Assentamento sob jurisdição do INCRA-SP.

A primeira parceria tem como objetivo o plantio de 25.000 mudas em áreas de preservação permanente e parte da área de reserva legal do PA São Pedro em Rancharia/SP, firmado com a Concessionária Auto Raposo Tavares S/A visando atendimento de Termos de Compromisso de Recuperação Ambiental firmados entre a Concessionária e a CETESB.

Outra parceria firmada foi com a Prefeitura Municipal de Presidente Alves visando à recuperação de áreas de preservação permanente e de reserva legal e o desenvolvimento de ações de educação ambiental no PA São Francisco II no mesmo município com mudas doadas pelo Correios e tendo como parceiros outras instituições (IBAMA, ITESP, Via Rondon, SABESP e outros não especificados). No final do ano de 2011 foram plantadas na primeira etapa 8.000 mudas entre nativas e frutíferas para implantação de sistemas agroflorestais. A segunda etapa foi desenvolvida no ano de 2012 em continuidade às ações iniciadas.

A terceira parceria foi celebrada com a OSCIP Iniciativa Verde para implantação de projeto denominado “Adequação Ambiental e Agroecologia” no PA 23 de Maio, em Itapetininga/SP desenvolvido com recursos do Itaú Fundos Ecomudanças, programa de investimentos em projetos ambientais. No ano de 2011 foi iniciada a implantação de sistemas agroflorestais em 10 hectares para recuperação de áreas degradadas, sendo 05 hectares em áreas de preservação permanente e 05 hectares em reserva legal e desenvolvido programa de educação ambiental e capacitação das famílias envolvidas com o projeto. A organização desenvolveu também ações no PA Milton Santos, em Americana/SP com recursos do Programa *Carbon Free* tendo como objetivo a restauração de 3 hectares de áreas de preservação permanente (mata ciliar) com sistemas agroflorestais.

Relatamos ainda que no ano de 2012 foram apresentadas, por 07 (sete) diferentes instituições, propostas de acordo de cooperação técnica para implantação de projetos de recuperação ambiental em 08 (oito) Projetos de Assentamento sob jurisdição do INCRA-SP (PA Pasto do Planalto em Guarantã/SP, PA Reunidas em Promissão/SP, PA Horto Guarany em Pradópolis e Guataporã/SP, PA Nova São Carlos em São Carlos/SP, PA 23 de Maio em Itapetininga/SP, PA Bela Vista do Chibarro em Araraquara/SP, PA Zumbi dos Palmares em Iaras/SP e PA Tremembé em Tremembé/SP) que se encontram em diferentes fases do procedimento administrativo.

Por fim, esclarecemos que o cumprimento da meta de atuação em 13 (treze) Projetos de Assentamento no ano de 2012 na ação de gestão ambiental foi parcialmente atingida pelo Setor de Meio Ambiente da SR-08/SP, principalmente por falta de recursos humanos capacitados e disponíveis para atender minimamente e de forma digna as famílias assentadas nos seus anseios em relação a essa ação, ressaltando que o setor também é responsável pela ação de licenciamento ambiental. Destacamos ainda a escassez de recursos orçamentários para execução da meta e das inúmeras atividades externas e internas que a ação de gestão ambiental demanda, dificultando, sobremaneira, a articulação, o planejamento, a execução e o acompanhamento das ações necessárias para implementação dessa ação de forma satisfatória. Ademais, salientamos a ocorrência no ano de 2012 de um longo período de greve nacional dos servidores do INCRA além de ocupações no prédio do INCRA em São Paulo/SP por movimentos sociais de trabalhadores do meio rural que prejudicaram a atuação do setor.

Quadro A.4.4. 1.15 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4320

Identificação da Ação					
Código	4320				
Descrição	Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol				
Iniciativa	01EU				
Unidade Responsável	INCRA				
Unidade Orçamentária	22201				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)					
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não	

					Processados	
900.000,00		0	0	0	0	0
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família Beneficiada	Família	-	0	-	-

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família Beneficiada*	0	-	-	-	-

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

No exercício de 2012, os recursos orçamentários descentralizados pelo INCRA/SEDE, referente à Ação, somente ocorreram em meados de dezembro, referentes a 3 emendas parlamentares, cada uma no valor de 300.000,00.

Duas das três emendas destinavam-se a convênios, para serem repassados às prefeituras e uma era destinada à execução direta. Nos casos dos convênios, a Diretoria de Desenvolvimento do INCRA abriu o programa no SICONV, para que as prefeituras lançassem os projetos a serem analisados pela SR, sobre o aspecto técnico, contábil e jurídico.

As prefeituras foram indicadas pelos parlamentares: um deles indicou a Prefeitura Municipal de Andradina, e o outro foi dividido entre a Prefeitura de Mirante do Paranapanema e a Prefeitura de Populina.

A proposta apresentada pela Prefeitura de Mirante foi desclassificada, porque a prefeitura ainda está inadimplente com o INCRA. A proposta da Prefeitura de Populina, foi apresentada e analisada pelo setor técnico da UJ, porém não foi concretizada por falta de tempo hábil.

A proposta da Prefeitura de Andradina foi apresentada e analisada pelo setor técnico da UJ, contudo por falta de tempo hábil para conclusão no portal Convênio – SICONV, não foi concretizada.

O convênio para execução direta gerou o processo 54190.005.353/2012-87 – tinha como objeto a Aquisição de equipamentos para complementação de grãos de Promissão. Seria um projeto para a compra de 2 silos graneleiros, para fazer parte de um “complexo de grãos”, que atenderia as 1.245 famílias assentadas da região de Promissão. O objetivo seria permitir que a produção de grãos fosse processada na região, aproximando a produção de ração para o rebanho leiteiro dos assentamentos.

Foi realizado o pregão eletrônico 017/2012, que foi cancelado, pela inexistência prévia de obras civis e elétricas, necessárias para a montagem dos equipamentos.

Em razão da contextualização da análise crítica os recurso não foram utilizados e, portanto ao final do exercício foram recolhidos.

Quadro A.4.4. 1.16 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4358

Identificação da Ação						
Código	4358					
Descrição	Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento					
Iniciativa	01EU					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
2.105,90	1.993,38	1.993,38	0	0	1.993,38	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Documento de Titulação Expedido	Documento	64	64	2.105,90	1.993,38

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Documento de Titulação Expedido*	0	1262,30	24,80	0	1.237,50

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

A não expedição dos títulos de CCU (Contrato de Concessão de Uso) e CCDD (Contrato de Concessão de Direito de Uso), referente ao exercício de 2012. Foi em decorrência da necessidade de alimentação de dados nos módulos de beneficiário, titulação e projeto no Sistema de Informação de Projeto de Assentamento (SIPRA) dos processos de beneficiário e como também da parcela. Diante do exposto informamos que as expedições dos citados títulos possivelmente deveram ser expedidas no exercício de 2013.

Quadro A.4.4. 1.18 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8374

Identificação da Ação					
Código	8374				
Descrição	Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária				
Iniciativa	01EU				
Unidade Responsável	INCRA				
Unidade Orçamentária	22201				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)					
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	

14.215,10		13.049,68	13.049,68	0	0	13.049,68
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Assentamento Licenciado	Assentamento	2	4	28.215,00	13.049,68

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Assentamento Licenciado*	0	635.878,00	620.062,43	2.627,84	13.187,73

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

No que se refere ao Licenciamento Ambiental dos assentamentos do Estado, o Exercício de 2012 foi um período no qual a obtenção de Licenças propriamente dita não teve avanços, pois nenhuma licença prévia ou de instalação foi obtida nesse período, encerrando o período com apenas duas licenças em vigor.

Por outro lado, durante o ano de 2012 o setor de Meio Ambiente da SR08 realizou algumas reuniões com diretores e técnicos da CETESB, órgão estadual responsável pelo licenciamento ambiental dos assentamentos em São Paulo, o que tem levado a um significativo avanço no sentido de se simplificar e agilizar a análise dos processos e o licenciamento ambiental de assentamentos.

Mesmo com esses avanços persiste a necessidade de se refazer os processos de licenciamento que foram instruídos por bacias hidrográficas (UGRHIs – Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos), conforme já foi esclarecido no Relatório de Gestão do Exercício de 2011. Em razão das mudanças internas ocorridas na estrutura dos órgãos ambientais estaduais responsáveis pelo licenciamento ambiental, grande parte dos processos de licenciamento ambiental dos assentamentos, que haviam sido instruídos dessa forma – agrupados por UGRHIs – estão sendo refeitos por solicitação da CETESB. Quanto aos demais assentamentos, que não estavam sendo licenciados de forma agrupada, esses também necessitam enquadrar-se nas exigências atuais da CETESB, apresentando, por exemplo, o chamado MCE – Memorial de Caracterização do Empreendimento e algumas certidões das prefeituras municipais.

Nesse contexto, cabe salientar que as dificuldades enfrentadas atualmente pelo setor de Meio Ambiente para que os processos de licenciamento possam ter prosseguimento junto à CETESB consistem no acúmulo de solicitações de informações complementares recebidas agora do órgão estadual em curto período de tempo aliado à falta de técnicos para atendê-las, especialmente as informações referentes à mapeamentos. Ressaltamos, ainda, a ocorrência de um longo período de greve no exercício de 2012 também prejudicou os trabalhos de atendimento das informações complementares para o licenciamento ambiental.

Por fim, com o objetivo de demonstrar a avanço resultante das discussões realizadas com o órgão ambiental durante o Exercício de 2012, ressaltamos que, nos primeiros meses deste ano de 2013, o setor de Meio Ambiente da SR 08 já acumulou 34 MCEs (Memoriais de Caracterização de Empreendimento), elaborados através dos contratos de Assistência Técnica, aguardando apenas o fornecimento de certidões das respectivas prefeituras e matrículas atualizadas dos cartórios de registro de imóveis para que as novas solicitações de licença possam ser protocoladas.

Assentamentos com LP em vigor no Exercício de 2012:

Assentamento	Município	Data final de vigência
PDS Luis David Macedo	Apiáí	24/02/2015
Chácara Santo Ângelo	Mogi das Cruzes	15/12/2012

PAs / Fazendas com Licenças Prévias (LP) solicitadas no Exercício de 2012:

Assentamento	Município	Protocolada em
Fazenda Colômbia	Colômbia	Outubro / 2012
PA Pendengo	Castilho	Novembro / 2012
Fazenda das Cobras	Dracena	Dezembro / 2012

PA com renovação de LP solicitada no Exercício de 2012:

PA	Município	Solicitada em
Chácara Santo Ângelo	Mogi das Cruzes	Dezembro / 2012

Quadro A.4.4. 1.19 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4474

Identificação da Ação						
Código	4474					
Descrição	Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA)					
Iniciativa	01F1					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
-	-	-	-	-	-	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Trabalhador Rural Escolarizado	Trabalhador	-	0	-	-

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Trabalhador Rural Escolarizado**	0	-	-	-	-

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

****Meta Física Realizada (ação continuada):** que tiveram início em anos anteriores com execução e/ou conclusão em 2012.

Para o exercício de 2012, não houve programação orçamentária e tampouco descentralização orçamentária/financeira, não havendo, portanto, programação de atividades para execução da demanda Física.

Quadro A.4.4. 1.20 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 6952

Identificação da Ação						
Código	6952					
Descrição	Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social					
Iniciativa	01F1					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
-	-	-	-	-	-	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Profissional Capacitado	Profissional	-	0	-	-

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Profissional Capacitado**	0	-	-	-	-

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

****Meta Física Realizada (ação continuada):** que tiveram início em anos anteriores com execução e/ou conclusão em 2012.

Para o exercício de 2012, não houve programação orçamentária e tampouco descentralização orçamentária/financeira, não havendo, portanto, programação de atividades para execução da demanda Física.

Quadro A.4.4. 1.21 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8370

Identificação da Ação	
Código	8370
Descrição	Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária
Iniciativa	01F1
Unidade Responsável	INCRA
Unidade Orçamentária	22201

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
281.699,90	280.495,92	3.295,92	0	277.200,00		3.295,92
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Profissional Capacitado	Profissional	56	51	281.699,90	3.295,92

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Profissional Capacitado**	0	289.800,00	5.400,00	277.200,00	7.200,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

**Meta Física Realizada (ação continuada): que tiveram início em anos anteriores com execução e/ou conclusão em 2012.

O PRONERA opera por meio de uma parceria do INCRA, com movimentos sociais e sindicais de trabalhadores e trabalhadoras rurais, instituições públicas de ensino, entidades privadas sem fins lucrativos e com governos estaduais e municipais.

Os cursos de Ensino superior destinam-se ao cumprimento da garantia de formação profissional, mediante cursos de graduação ou pós-graduação, em diversas áreas do conhecimento que qualifiquem as ações dos sujeitos que vivem e/ou trabalham para a promoção do desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Promovem o diálogo e a pesquisa científica entre as comunidades e as universidades, desenvolvendo metodologias apropriadas para as diversidades territoriais. Para promover o desenvolvimento sustentável, as ações do programa têm como base a diversidade cultural e sócio-territorial, os processos de interação e transformação do campo, a gestão democrática e o avanço científico e tecnológico. Já as práticas educacionais têm como princípios o diálogo, a práxis e a transdisciplinaridade.

Em 2012, a SR(08) encerrou o ano com 01 curso superior em andamento, convênio CRT/SP/84.000/2007, Processo: Nº 54.190.002784/2007-24, celebrado com a Universidade Federal de São Carlos, UFSCar e a Fundação de Apoio Institucional ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico, FAI. Trata-se de Bacharelado em Agronomia, oferecido a 51 alunos oriundos de Projetos de Assentamento, com duração de 5 anos. Teve início em outubro de 2007, com vigência até dezembro de 2013. No entanto, a conveniente pretende solicitar a prorrogação do instrumento até dezembro de 2015.

Todos os cursos tiveram as demandas das famílias beneficiárias da reforma agrária contempladas na construção do projeto pedagógico, sendo que os mesmos seguiram as diretrizes curriculares estabelecidas pelo Ministério da Educação e atenderam simultaneamente a legislação específica de cada universidade. Os cursos são desenvolvidos na modalidade de alternância, com os tempos distribuídos em Tempo Escola e etapas à distância, denominadas Tempo Comunidade, onde os educandos colocam em prática, os conteúdos adquiridos na escola e assim sucessivamente.

Em relação aos gastos, a maioria das despesas, concentra-se em: consumo (aquisição de material didático e pedagógico, material de expediente, combustível, manutenção de veículos); pagamento de pessoa jurídica (locação de espaço, hospedagem, alimentação, fotocópias e aquisição de livros); pagamento de diárias aos professores para acompanhamento do tempo comunidade; pagamento de serviço de terceiro pessoa física (monitores e serviço técnico de apoio); despesa de

locomoção (aquisição de passagens aéreas e/ou terrestre e locação de veículos) e encargos sociais (monitores e serviço técnico de apoio).

Não houve celebração de novos convênios, apesar da demanda existente, em função das diretrizes impostas pela Portaria Interministerial nº 507/2011, que fez com que as entidades demandantes se adequassem ao solicitado, tais como: a comprovação de experiência de 03 anos no objeto do convênio e a necessidade em se realizar o chamamento público com entidade privada sem fins lucrativos.

Outro ponto que dificultou a implantação de novos projetos foi a demora na edição de nova norma de execução que reajustasse o valor aluno/ano do PRONERA, o que ocorreu somente com a NE 101/2012. Lembrando que este valor já se encontra defasado, tendo em vista os índices de inflação, medidos pelo IPC (Índice de Preços do Consumidor – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE/USP) nos últimos anos. Também são fatores que tem dificultado a elaboração de novos projetos, a própria fragilidade das organizações de famílias assentadas e o impedimento do pagamento de remuneração aos professores, situação esta, resolvida parcialmente no final de 2012 com a publicação pelo INCRA da Instrução Normativa nº 75, de 19/11/2012.

Em relação aos problemas, o maior deles refere-se à desistência de alguns alunos no decorrer dos períodos. Em grande parte dos casos, trata-se de alunos que constituem força de trabalho nos lotes de seus pais, tendo dificuldades para ausentar-se durante parte do ano, mesmo adotando-se a metodologia da alternância. Observe-se, no entanto, que a média de desistência é menor nos cursos do PRONERA do que nos cursos regulares.

Outros problemas enfrentados referem-se à liberação, pelo INCRA, dos recursos orçamentários fora dos prazos previstos, afetando o cumprimento dos cronogramas inicialmente acordados, inclusive causando a suspensão das aulas. No exercício de 2012 não houve repasse de recursos orçamentários e financeiros, devido à problemas internos entre os alunos e à greve realizada pelas universidades federais, o que impossibilitou a realização dos módulos do curso no período. As aulas retornaram no início do exercício de 2013, normalizando a situação.

4.1.4.2 Ações Vinculadas ao Programa 2012 – Agricultura Familiar

Quadro A.4.4.2.1 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4470

Identificação da Ação						
Código	4470					
Descrição	Assistência Técnica e Capacitação de Assentados					
Iniciativa	01CB					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
18.914.523,68	18.911.193,74	12.213.301,91	427.520,09	6.697.891,83	11.785.781,82	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família Assistida	Família	18.332	10.387	18.918.740,00	12.213.301,91

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família Assistida**	16.516	12.486.580,21	2.025.943,68	7.561.897,50	2.898.739,03

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

**Meta Física Realizada (ação continuada): que tiveram início em anos anteriores com execução e/ou conclusão em 2012.

O Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES) tem como premissa aliar o saber tradicional dos assentados aos conhecimentos científicos dos técnicos. Com essa união de experiências, espera-se que os assentamentos tornem-se unidades de produção estruturadas, competitivas e integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional, de forma socialmente justa e ambientalmente sustentável. O Programa tem como objetivos promover a viabilidade econômica, a segurança alimentar e nutricional, a sustentabilidade socioambiental e a promoção da igualdade nas relações de gênero, geração, raça e etnia nas áreas de assentamento. Essas ações estão presentes em todas as fases de desenvolvimento dos Projetos de Assentamento, desde sua implantação.

Os serviços de ATES são um conjunto de técnicas e métodos constitutivos de um processo educativo, de naturezas solidárias, permanentes, públicas e gratuitas, com ênfase nos enfoques da agroecologia, cooperação e economia popular e solidária. Em 2011 o contrato CRT/SP 55.000/2010 foi encerrado e, para evitar a interrupção dos serviços de Ater, foram firmados dois contratos emergenciais, com vigência de 3 meses, para atendimento de 16.516 famílias.

Nesse período a Superintendência Regional de São Paulo realizou Chamamento Público para seleção da entidade executora dos serviços de ATES, resultando na contratação, em abril de 2012, de 3 (três) entidades prestadoras de ATES, para atendimento de 10.387 (dez mil, trezentas e oitenta e sete) famílias beneficiárias, em 115 projetos de assentamento federais no estado de São Paulo.

Para o lote 01 – Pontal do Paranapanema, foi selecionada, para execução dos serviços de Ater, a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP); para o lote 02 – Andradina, foi selecionada a Cooperativa de Assessoria Técnica e Extensão Rural (COATER); para os lotes 03 – Promissão, 04 – Araraquara e 05 – São Paulo, foi selecionado o Instituto Biosistêmico (IBS). A vigência de todos os contratos deverá estender-se até abril de 2013.

São os seguintes os valores dos contratos e número de famílias atendidas em cada lote:

VALOR DA CHAMADA PÚBLICA			
Lote	Nº de PAs	Nº de famílias	Valor do Lote
01 – Pontal do Paranapanema	17	1.414	R\$ 2.253.673,16
02 – Andradina	39	3.397	R\$ 4.860.964,63
03 – Promissão	18	1.652	R\$ 2.416.418,64

04 – Araraquara	22	2.675	R\$ 3.951.319,26
05 – Grande São Paulo	19	1.249	R\$ 1.709.776,52
TOTAL	115	10.387	R\$ 15.192.152,21

Os serviços de ATES contratados foram organizados em 14 metas e devem contemplar a atuação em três eixos: ações de caráter individual, ações de caráter coletivo e as atividades complementares e devem ser executados por equipe multidisciplinar, composta por profissionais da área agrária, social, econômica e ambiental, sendo integrada por membros com formação acadêmica de nível superior e de membros com formação técnica intermediária. As entidades deverão buscar potenciais parcerias locais, como Prefeituras, Universidades e outras entidades, de forma a agregar conhecimentos, tecnologias, inovações, sempre visando a inserção do assentamento nas cadeias produtivas regionais.

Durante o ano de 2012, a Superintendência enfrentou dificuldades na liberação de recursos orçamentários e financeiros, que ocorreu na maior parte das vezes, fora dos prazos previstos, ameaçando a continuidade dos serviços prestados, na medida em que gera insegurança às entidades contratadas, considerando os altos valores dos contratos.

Quadro A.4.4.2.2 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4448

Identificação da Ação						
Código	4448					
Descrição	Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural					
Iniciativa	01CB					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
-	-	-	-	-	-	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Agente Formado	Agente	-	0	-	-

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar

		anteriores)				
1	Agente Formado**	0	-	-	-	-

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

**Meta Física Realizada (ação continuada): que tiveram início em anos anteriores com execução e/ou conclusão em 2012.

Para o exercício de 2012, não houve programação orçamentária e tampouco descentralização orçamentária/financeira, não havendo, portanto, programação de atividades para execução da demanda Física.

4.1.4.3Ações Vinculadas ao Programa 2034 - Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial

Quadro A.4.4.3.1 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 0859

Identificação da Ação						
Código	0859					
Descrição	Indenização de Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis Demarcados e Titulados aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos					
Iniciativa	047A					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
3.500.000,00	3.500.000,00	0		3.500.000,00	0	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Área Indenizada	Ha	3187	0	3.187.049,00	0

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Área Indenizada*	0	-	-	-	-

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

Foram empenhados R\$3.500.000,00, que não foram ainda liquidados pela UJ. O valor recebido pela UJ foi superior ao previsto como meta financeira pelo PC 2012. A diferença resultante é consequência de ajustes progressivos nas estimativas de gastos necessários à indenização de benfeitorias e terras inseridas no território quilombola que se encontra sob avaliação da UJ.

Os valores recebidos pela UJ para a execução da Ação foram empenhados, mas não puderam ser ainda liquidados, **porque não foi concluída no exercício a avaliação do imóvel que compõe o território da comunidade remanescente de quilombo de Morro Seco (Iguape-SP)**. A situação foi

devidamente explanada à Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas (DFQ) em dezembro de 2012. Trata-se de área de grande complexidade, com a inserção de mais de 30 posseiros não quilombolas, cujos conjuntos de benfeitorias devem ser avaliados individualmente pelo Perito Federal Agrário responsável, o que exige grande detalhamento na execução do Laudo de Vistoria e Avaliação. **A UJ está empreendendo os esforços necessários à conclusão do Laudo de Vistoria e Avaliação, que determinará o valor exato a ser liquidado para a indenização das terras e benfeitorias devidas aos ocupantes inseridos no território quilombola em tela.** Tão logo este valor seja apurado, será devidamente liquidado para os fins de indenização e depósito judicial para ajuizamento da ação de desapropriação correspondente.

Feitas estas considerações, deve-se sublinhar que os valores constantes dos campos **Meta Física (PC 2012)** e **Meta Financeira (PC 2012)** **não foram informados, indicados ou estipulados pelo Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas da UJ. Os ajustes de metas feitos ao PC 2012 não foram informados a este Serviço e não são compatíveis com as metas estipuladas e os processos trabalhados ao longo do exercício.**

A meta física originalmente estipulada pela equipe técnica para o exercício de 2012 correspondia à área do território do quilombo Morro Seco, que se encontra em avaliação e consiste de **164,6869 hectares**. Quanto à meta financeira, que só pode ser adequadamente precisada ao final do LVA, foi estimada em R\$ 18.000,00/hectare, resultando uma estimativa total de R\$ 2.970.000,00 para este imóvel.

Adicionalmente, a equipe técnica da UJ estipulou para o exercício de 2012 a avaliação de um conjunto de benfeitorias, pertencentes a ocupantes não quilombolas, inseridas no território da comunidade de Ivaporunduva (Eldorado-SP), que já se encontra titulado e registrado em nome da comunidade. Não obstante, dada a indisponibilidade de Peritos Federais Agrários da Divisão responsável (SR 08/T) para a execução deste serviço, esta avaliação não foi realizada no presente exercício. Havia sido estimada em R\$60.000,00 a meta financeira para tal avaliação (não foi informada qualquer meta física neste caso, pois a área atualmente ocupada por tais posseiros é desconhecida), perfazendo uma meta financeira total de **R\$3.030.000,00**, valor que foi apresentado pela equipe técnica da UJ como meta para o exercício.

Deve-se informar ainda que, dentro da Ação 0859, a UJ empenhou e depositou judicialmente, em exercícios anteriores, outros valores que ainda não foram convertidos em meta física. Isso porque, segundo os índices de monitoramento empregados, para que valores liquidados possam ser convertidos em **“Meta física realizada”**, é necessário que os imóveis correspondentes tenham sido integralmente **indenizados e desintrusados**, o que depende, fundamentalmente, do trânsito em julgado das respectivas ações de desapropriação. Assim, em que pese o depósito judicial dos valores descritos na tabela abaixo, ainda são aguardadas as decisões judiciais que determinem o pagamento das indenizações aos legítimos detentores dos títulos e aos posseiros detentores de benfeitorias de boa-fé, além da completa desintrusão dos imóveis.

Tabela: Ações judiciais para titulação de comunidades quilombolas ajuizadas pela UJ:

Comunidade	Imóvel	Nº da ação judicial	Valor avaliado, empenhado e depositado em juízo
Caçandoca	Fazenda Maranduba	0003150-27.2006.4.03.6121	R\$ 4.175.670,31
Cafundó	“Gleba A”	0008290-02.2011.4.03.6110	R\$ 1.056.499,21
Cafundó	“Gleba B”	0009767-60.2011.4.03.6110	R\$ 190.510,90

Cafundó	“Gleba C”	0006463-53.2011.4.03.6110	R\$ 144.219,16
Cafundó	“Gleba D”	0009322-42.2011.4.03.6110	R\$ 1.248.536,28
Brotas	“Sítio Brotas”	0016129-93.2011.4.03.6105	R\$ 360.881,60
Brotas	“Nascente”	0016128-11.2011.4.03.6105	R\$ 61.103,86
TOTAL			R\$ 7.237.421,32

Dentro do Programa Brasil Quilombola, do Governo Federal, o INCRA foi incumbido da competência para a regularização fundiária dos territórios ocupados pelas comunidades remanescentes de quilombolas e tem as seguintes atribuições e ações a desempenhar:

- Identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sem prejuízo da competência concorrente dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios” (art 3º do Decreto 4.887/03). Isso significa que, uma vez identificados e descritos os regimes de domínio de determinado território, caberá ao INCRA a regularização das terras públicas federais e dos territórios particulares (desapropriação); a transferência do domínio das terras devolutas (estaduais) aos remanescentes de quilombo é de competência dos respectivos órgãos estaduais. Para essa atribuição, segue-se o procedimento atualmente estabelecido na Instrução Normativa nº 57 do INCRA, que inclui tarefas como: executar o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) dos territórios pleiteados; notificar seus ocupantes e confinantes; acolher e analisar as manifestações referentes à identificação territorial realizada; analisar, junto aos demais órgãos competentes, as situações em que os territórios identificados se sobreponham a unidades de conservação, terras indígenas ou outras áreas de interesse da União e dos Estados; analisar a dominialidade dos imóveis incidentes sobre o território identificado; propor a edição de decreto-desapropriação, quando for o caso, sobre as áreas particulares incidentes nos territórios remanescentes de quilombo identificados e formalmente reconhecidos pela Presidência do INCRA.
- Quanto à publicação dos Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID), muitas comunidades remanescentes de quilombo já possuem estudos de reconhecimento realizados pela Fundação ITESP, órgão do governo do Estado de São Paulo, com base em lei estadual específica. Acolhidos pela equipe técnica do INCRA, estes estudos são complementados e adequados à legislação federal pertinente (Decreto nº 4.887/03 e Instrução Normativa INCRA nº57/09), permitindo assim sua publicação.
- Após analisadas e julgadas eventuais contestações aos RTIDs (em duas instâncias), encaminha-se o processo para a Presidência do INCRA em Brasília, para a publicação de Portaria de Reconhecimento do território identificado. É após a etapa de reconhecimento que podem ser tomadas as ações necessárias à titulação dos territórios – avaliação dominial; proposta de edição de decreto desapropriatório para as áreas particulares; avaliação de terra nua e benfeitoria para as áreas particulares, visando o ajuizamento das ações de desapropriação e **pagamento de indenizações (Ação 0859)**.

Quadro A.4.4.3.2 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 20T1

Identificação da Ação						
Código	20T1					
Descrição	Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas					
Iniciativa	047A					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
107.634,70	107.111,81	106.688,78	0	423,03	106.688,78	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Área Reconhecida	Ha	351	0	140.321,00	106.688,78

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Área Reconhecida*	0	-	-	-	-

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

Foram empenhados R\$ 107.111,81 e liquidados R\$ 106.688,78 – o que representa, respectivamente, 99,51% e 99,12% das provisões recebidas. Os valores recebidos, empenhados e liquidados pela UJ foram superiores aos inicialmente estimados pela equipe técnica do Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas (R\$94.498,22), mas inferiores aos estipulados como meta financeira do PC 2012 (R\$ 140.321,00).

Os gastos da ação se dividiram entre diárias, locação de veículos e aquisição de combustível para diligências e trabalhos de campo, além de pagamento de publicações necessárias no Diário Oficial da União e do Estado e em jornais de grande circulação. Além disso, uma parcela considerável da provisão orçamentária recebida foi utilizada para financiar a realização do *Seminário Integrado do Programa Brasil Quilombola: Políticas Públicas para as Comunidades Quilombolas do Estado de São Paulo*, conforme detalhado adiante.

Ressalte-se que, igualmente ao ocorrido na Ação 0859, os valores constantes da **Meta Física** (PC 2012) e da **Meta Financeira** (PC 2012) da Ação 20T1 **não foram informados, indicados ou estipulados pelo Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas da UJ. Os ajustes de metas feitos ao PC 2012 não foram informados a este Serviço e não são compatíveis com as metas estipuladas e os processos trabalhados ao longo do exercício.**

Feitas tais considerações, apresentamos abaixo as principais atividades desenvolvidas pelo Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas no âmbito da Ação 20T1:

- Nos dias 28 e 29 de março de 2013, foi publicado o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (**RTID**) da Comunidade Remanescente de Quilombo de **São Pedro** (cuja execução fora iniciada em exercício anterior), localizada nos municípios de Eldorado e Iporanga, com área de **4.692,3416 hectares e 39 famílias**;
- Além dessa publicação, seguem em execução os RTIDs dos territórios das comunidades de **Porto Velho** (municípios de Iporanga e Itaoca-SP) e **José Joaquim Camargo** (Votorantim e Salto de Pirapora). Os trabalhos técnicos têm sido realizados pelo Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas, com o apoio de servidores do Serviço de Cartografia. Ambos os RTIDs têm previsão de publicação para o exercício de 2013;
- No que se refere a áreas com RTID já publicado, em março de 2012 foram enviadas à Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas (DFQ) as peças necessárias à resolução da sobreposição do território quilombola de **Cambury** (município de Ubatuba) com unidade de conservação federal (Parque Estadual da Serra da Bocaina). Aguarda-se decisão acerca dessa sobreposição para prosseguimento do processo e reconhecimento do território quilombola;
- Também com RTID já publicado, o território da comunidade de **Mandira** foi objeto de trabalhos técnicos e cartográficos ao longo do exercício, após constatação de pequenas sobreposições de área com a Reserva Extrativista do Mandira, administrada pelo ICM-Bio. Como neste caso não há conflito de interesses, mas apenas ajustes técnicos para definir com maior grau de precisão a divisa entre o território quilombola e a UC, foram feitas gestões juntos a técnicos do ICM-Bio e da Gerência Regional do Patrimônio da União (GRPU) para obtenção de informações e ratificação dos limites. Os ajustes necessários estão a cargo do Serviço de Cartografia da UJ e, uma vez prontos e apresentados à comunidade, permitirão o prosseguimento do processo e o envio ao INCRA-Sede para publicação da Portaria de Reconhecimento, no exercício de 2013;
- O RTID da comunidade do **Galvão**, publicado no exercício de 2011, foi objeto de contestações por parte dos interessados, que foram devidamente analisadas e respondidas pelo Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas ao longo do exercício. As análises técnica e jurídica foram encaminhadas ao Comitê de Decisão Regional (CDR) da Superintendência para julgamento e procedimento do feito, visando a posterior publicação de Portaria de Reconhecimento do Território;
- Além desses andamentos processuais, o Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas também atua no monitoramento e acompanhamento de todas as ações judiciais que envolvem a regularização de comunidades quilombolas no Estado de São Paulo. Estas incluem as seis ações de desapropriação, referentes aos territórios de **Cafundó** e **Brotas**, que se encontram em andamento (ver detalhes acima, na **Ação 0859**), além de Ações Cíveis Públicas demandando maior celeridade do INCRA nos trâmites de regularização territorial das comunidades (caso das comunidades de **José Joaquim Camargo**, **Cangume** e **Carmo**) e das ações envolvendo a defesa da posse exercida pelas comunidades (caso da ação de reintegração de posse sofrida pela comunidade de **Porcinos** e da ação de usucapião movida pelo INCRA junto à comunidade de **André Lopes**). Os trâmites judiciais demandam o envolvimento dos servidores em diligências específicas, como atos de imissão de posse, acompanhamento de oficiais de justiça, participação em audiências e reuniões, entre outras atividades. Além disso, eventualmente são encaminhadas demandas específicas do Ministério Público Federal e Estadual, quando há procedimentos administrativos que envolvam comunidades remanescentes de quilombo – foi o caso, por exemplo, da comunidade de **Sertão de Itamambuca**, notificada pelo MPE acerca de construções irregulares em áreas de proteção ambiental. Neste caso, a intervenção do Serviço

de Regularização de Territórios Quilombolas permitiu a dilatação dos prazos disponíveis para a remoção das habitações quilombolas localizadas em áreas de preservação permanente;

- Finalmente, no exercício 2012, a Superintendência do INCRA em São Paulo, por meio de seu Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas, em parceria com a DFQ (INCRA-Sede) e com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), promoveu o **Seminário Integrado do Programa Brasil Quilombola: Políticas Públicas para as Comunidades Quilombolas do Estado de São Paulo**. O evento, que ocorreu entre os dias 02 e 05 de julho de 2012, no município de Registro (SP), contou com a participação de 79 representantes de comunidades quilombolas de todo o Estado, além de 68 representantes de instituições públicas e do terceiro setor. Mais de vinte instituições públicas apresentaram, através de seus representantes, políticas públicas direcionadas à população quilombola, em cinco mesas temáticas e duas oficinas realizadas ao longo do evento. Ao todo, a realização do *Seminário* envolveu gastos de R\$ 47.184,00 (sendo R\$33.600,00 destinados à locação de espaço e equipamento para o evento, hospedagem e alimentação dos representantes quilombolas; e R\$ 13.584,00 destinados à locação de micro-ônibus e vans para transporte dos representantes quilombolas), o que representa 43,83% da provisão orçamentária recebida pela UJ para a ação.
- Quanto à publicação dos Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) dos demais territórios, aguarda-se a alocação de novos servidores junto ao Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas desta Superintendência, no exercício de 2013, que deve permitir que estas publicações ocorram em maior número e com maior celeridade, especialmente nos casos de comunidades já contempladas com estudos de reconhecimento previamente realizados por outros órgãos relacionados à questão quilombola (por exemplo, Fundação ITESP, Ministério Público Federal). Para estes casos, será fundamental a alocação de Peritos Federais Agrários (Engº Agrônomos) na equipe multidisciplinar que deverá executar a complementação dos relatórios antropológicos para a completa instrução do RTID.

Dentro do Programa Brasil Quilombola, do Governo Federal, o INCRA foi incumbido da competência para a regularização fundiária dos territórios ocupados pelas comunidades remanescentes de quilombolas e tem as seguintes atribuições e ações a desempenhar:

- Identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sem prejuízo da competência concorrente dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios” (art 3º do Decreto 4.887/03). Isso significa que, uma vez identificados e descritos os regimes de domínio de determinado território, caberá ao INCRA a regularização das terras públicas federais e dos territórios particulares (desapropriação); a transferência do domínio das terras devolutas (estaduais) aos remanescentes de quilombo é de competência dos respectivos órgãos estaduais. Para essa atribuição, segue-se o procedimento atualmente estabelecido na Instrução Normativa nº 57 do INCRA, que inclui tarefas como: executar o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) dos territórios pleiteados; notificar seus ocupantes e confinantes; acolher e analisar as manifestações referentes à identificação territorial realizada; analisar, junto aos demais órgãos competentes, as situações em que os territórios identificados se sobreponham a unidades de conservação, terras indígenas ou outras áreas de interesse da União e dos Estados; analisar a dominialidade dos imóveis incidentes sobre o território identificado; propor a edição de decreto-desapropriação, quando for o caso, sobre as áreas particulares incidentes nos territórios remanescentes de quilombo identificados e formalmente reconhecidos pela Presidência do INCRA.

- Quanto à publicação dos Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID), muitas comunidades remanescentes de quilombo já possuem estudos de reconhecimento realizados pela Fundação ITESP, órgão do governo do Estado de São Paulo, com base em lei estadual específica. Acolhidos pela equipe técnica do INCRA, estes estudos são complementados e adequados à legislação federal pertinente (Decreto nº 4.887/03 e Instrução Normativa INCRA nº57/09), permitindo assim sua publicação.
- Após analisadas e julgadas eventuais contestações aos RTIDs (em duas instâncias), encaminha-se o processo para a Presidência do INCRA em Brasília, para a publicação de Portaria de Reconhecimento do território identificado. É após a etapa de reconhecimento que podem ser tomadas as ações necessárias à titulação dos territórios – avaliação dominial; proposta de edição de decreto desapropriatório para as áreas particulares; avaliação de terra nua e benfeitoria para as áreas particulares, visando o pagamento de indenizações (Ação 0859).
- Além disso, conforme o Artigo 15 do Decreto nº 4.887/03: “Durante o processo de titulação, o INCRA garantirá a defesa dos interesses dos remanescentes das comunidades dos quilombos nas questões surgidas em decorrência da titulação das suas terras”. A Procuradoria do INCRA, respaldada pela equipe técnica do Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas desta Superintendência, atua em qualquer pólo (ativo ou passivo) e em qualquer instância, na defesa dos interesses dos remanescentes das comunidades dos quilombos, inclusive antes da existência de processo de desapropriação, na defesa da posse de seus territórios.
- Durante o exercício de 2012, a equipe da Superintendência do INCRA em São Paulo, deu encaminhamento aos trabalhos da ação, de acordo com as diversas fases em que se encontram. Segue abaixo o quadro com todos os 49 (quarenta e nove) processos de reconhecimento e titulação de comunidades remanescentes de quilombos em trâmite na UJ. As comunidades listadas em *itálico* já tiveram seu Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) publicado pela SR-08:

Ord.	Nº Processo	Data de abertura	Comunidade	Município
1	54190.002551/2004-89	08/10/04	Cafundó	S. Pirapora
2	54190.003179/2004-28	09/12/04	Mandira	Cananéia
3	54190.003180/2004-52	09/12/04	Sapatu	Eldorado
4	54190.003181/2004-05	09/12/04	Jaó	Itapeva
5	54190.003183/2004-96	09/12/04	Capivari	Capivari
6	54190.003184/2004-31	09/12/04	Pedro Cubas de Cima	Eldorado
7	54190.003185/2004-85	09/12/04	André Lopes	Eldorado
8	54190.000476/2005-01	23/02/05	Ivaporunduva	Eldorado
9	54190.000474/2005-11	23/02/05	Galvão	Eldor./Ipor.
10	54190.000475/2005-58	23/02/05	São Pedro	Eldor./Ipor.
11	54190.000473/2005-69	23/02/05	Pilões	Iporanga
12	54190.000477/2005-47	24/02/05	Caçandoca	Ubatuba
13	54190.001044/2005-17	05/04/05	Poço Grande	Iporanga
14	54190.001218/2005-33	02/05/05	Cambury	Ubatuba

15	54190.001212/2005-88	02/05/05	Fazenda	Ubatuba
16	54190.001267/2005-76	09/05/05	Brotas	Itatiba
17	54190.001281/2005-70	10/05/05	Porto Velho	Iporanga
18	54190.001485/2005-19	31/05/05	Cangume	Itaoca
19	54190.001541/2005-15	07/06/05	Morro Seco	Iguape
20	54190.001655/2005-57	30/06/05	Bombas	Iporanga
21	54190.001694/2005-54	12/07/05	Maria Rosa	Iporanga
22	54190.001696/2005-43	12/07/05	Pedro Cubas	Eldorado
23	54190.001697/2005-98	12/07/05	Nhungara	Eldor./Ipor.
24	54190.001698/2005-32	12/07/05	Praia Grande	Iporanga
25	54190.003820/2005-13	25/10/05	Varadouro	Cananéia
26	54190.003821/2005-50	25/10/05	Santa Maria	Cananéia
27	54190.003822/2005-02	25/10/05	Taquari	Cananéia
28	54190.003823/2005-43	25/10/05	Reginaldo	Barra do Turvo
29	54190.003824/2005-93	25/10/05	Porto Cubatão	Cananéia
30	54190.000360/2006-44	17/02/06	Boa Esperança	Eldorado
31	54190.001641/2006-14	06/04/06	Sertão do Itamambuca	Ubatuba
32	54190.002985/2006-41	17/07/06	José Joaquim Camargo	Votorantim
33	54190.002991/2006-06	17/07/06	Carmo	São Roque
34	54190.004013/2006-91	11/08/06	Fazenda Pilar	Pilar do Sul
35	54190.004014/2006-35	11/08/06	Caxambu	Sarapuí
36	54190.004092/2006-30	14/08/06	Terra Seca/Rib. Grande	Barra do Turvo
37	54190.004094/2006-29	14/08/06	Cedro	Barra do Turvo
38	54190.004095/2006-73	14/08/06	Pedra Preta/Paraíso	Barra do Turvo
39	54190.001189/2007-71	05/04/07	Piraporinha	Salto de Pirapora
40	54190.001645/2007-83	09/05/07	Abobral	Eldorado
41	54190.001719/2007-81	17/05/07	Fazendinha dos Pretos	Salto de Pirapora
42	54190.000475/2008-09	25/02/08	Piririca	Iporanga
43	54190.002771/2008-36	07/07/08	Poça	Jacupir./ Eldor.
44	54190.003295/2008-71	28/08/08	Caçandoquinha	Ubatuba
45	54190.003805/2008-18	30/09/08	Porcos	Agudos
46	54190.003810/2010-37	05/08/10	Bairro Retiro	Cananéia
47	54190.006064/2010-33	13/12/10	Peropava	Registro

48	54190.001984/2011-46	25/04/11	Biguazinho	Miracatu
49	54190.004366/2012-39	28/09/12	Aldeia	Iguape

4.1.5 Informações sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

Quadro A.4.5 – Programa de Governo constante do PPA – Programa 2120

Identificação do Programa de Governo					
Código Programa	2120				
Título	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Agrário				
Órgão Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário				
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)					
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.890.923,07	2.879.019,86	2.596.401,34	16.610,53	282.618,52	2.579.790,81

Fonte: PPA 2012-2015 e SIAFI.

4.1.6 Informações sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

Quadro A.4.6.1 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ – Ação 2000

Identificação da Ação						
Código	2000					
Descrição	Administração da Unidade					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
2.492.416,19	2.488.978,53	2.219.440,01	16.610,53	269.538,52	2.202.829,48	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	-	-	-	-	2.217.095,00	2.219.440,01

Fonte: PPA 2012-2015 e SIAFI.

De acordo com o Regimento Interno, compete a Divisão Administrativa da UJ a execução das atividades da ação 2000, conforme transcrevemos:

- a) administrar os serviços de transporte e de manutenção de viaturas oficiais;

- b) administrar as atividades de reprografia e de serviços gráficos;
- c) manter e controlar os serviços de telecomunicação;
- d) supervisionar os serviços de limpeza, manutenção e vigilância;
- e) controlar a autorização para transporte de cargas;
- f) recepcionar, registrar e entregar a correspondência oficial da Superintendência Regional;
- g) expedir e receber a documentação tramitada entre a Superintendência Regional e a sede do INCRA;
- h) manter atualizado o sistema de controle de processos e documentos;
- i) orientar e supervisionar as unidades descentralizadas quanto à execução das atividades de protocolo; e
- j) outras atividades compatíveis com suas atribuições.

Como avanço, nossas programações, nas aquisições diversas, efetuadas nesta UJ, destacando aquelas relacionadas com materiais de expediente, visto que as aquisições são realizadas através de Pregões Eletrônicos - Sistema de Registro de Preços, evitando assim a segregação de despesas com o mesmo objeto, trazendo um maior controle bem como a redução de custos.

Continuamos com problema referente à manutenção e conservação do imóvel, visto que o edifício sede do INCRA em São Paulo tem mais de 30 anos de uso, necessário se faz reparos e obras, destacando a parte hidráulica entre outras, pois toda a tubulação existente é de ferro, precisa ser substituída por tubulação de PVC. No exercício de 2012, em caráter emergencial, conseguimos executar pequenos reparos nas tubulações sanitárias.

Como esta UJ é uma unidade executora, as transferências são efetuadas pela UO – Unidade Orçamentária - INCRA SEDE/Brasília. De acordo com o plano de compromissos desta UJ, a execução física depende da descentralização dos recursos financeiros, que não ocorre de acordo com a programação orçamentária, em razão da vinculação com STN – Secretaria do Tesouro Nacional, fator este que no exercício de 2012 limitou nossa execução, outro fator foi o contingenciamento com despesas de custeio por parte do Governo Federal.

Quadro A.4.6.2 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ – Ação 4572

Identificação da Ação						
Código	4572					
Descrição	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
32.271,58	29.445,26	29.365,26	0	80,00	29.365,26	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Servidor Capacitado	-	-	32	-	29.365,26

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

No âmbito da Administração Pública Federal, as ações de capacitação seguem as diretrizes estabelecidas pelo Decreto 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, o qual instituiu as bases para o desenvolvimento de pessoal da Administração Pública Federal, e trouxe o modelo de Gestão por Competência, cuja metodologia é a capacitação orientada para o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias ao desempenho das funções dos servidores, visando o alcance dos objetivos da instituição.

Foram oferecidas oportunidades de participação em eventos presenciais e à distância.

As ações de capacitação da Superintendência foram definidas através de levantamentos orientados pela Administração Central, bem como por demandas pontuais.

Ressaltamos que no transcorrer do exercício houve um período de suspensão quanto à participação de servidores em eventos de treinamento e ainda o recolhimento, pela SEDE, dos recursos de capacitação destinados a esta Superintendência Regional o que prejudicou o planejamento e execução das atividades de capacitação dos servidores.

Relacionamos a seguir as capacitações realizadas no exercício de 2012:

AÇÃO 4572 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO				
		EXERCÍCIO 2012		
CURSO	PARTIC	PERÍODO	HORAS	LOCAL
Fundamentos da agricultura biológico-dinâmica Ext. Univ. mód.4: O ser humano	1	28/01 a 03/02	60	Universidade de Uberaba e Instituto Elo-Botucatu/SP
Projeto Final individual-MBA em Gestão Empresarial	1	09/01 a 07/04	60	Universidade Anhembí Morumbi - São Paulo/SP
Fórum Nacional de Planejamento e Gestão do INCRA	6	06/02 a 10/02	40	Gabinete da Presidência do INCRA-Brasília/DF
Seminário Nacional sobre práticas agro ecológicas em assentamentos de reforma agrária	2	27/02 a 29/02	24	Brasília/DF

Conferencia temática de ATER para a reforma agrária e agroecologia	2	19/02 a 22/02	24	Brasília/DF
VII Congresso Brasileiro de Pregoeiros	1	19/03 a 22/03	26	NP Eventos e Serviços Ltda - Foz do Iguaçu-PR
Curso Novo SIAFI-WEB	1	12/03 a 13/03	16	Brasília/DF
VIII Curso de Formação em Direito do Estado	1	mar/abr/mai/jun	14	Escola Da AGU
Legislação aplicada à gestão a pessoas	1	14/04 a 17/05	30	ENAP
Curso de Planejamento Estratégico Participativo	1	09/04 a 13/04	30	Fortaleza/Ce
Fundamentos da agricultura biológico-dinâmica Ext. Univ. mód.3: O Animal	1	05/05 a 11/05	60	Universidade de Uberaba e Instituto Elo-Botucatu/ SP I
Rumo a uma cultura de acesso á informação	1	04/06 a 19/06	10	À distancia
Encontro Nacional de Geógrafos	1	22/07 a 28/07	13	Associação dos Geógrafos Brasileiros
MESTRADO Comunicação Pública no Governo Federal- INCRA e o papel da informação em prol do interesse público	1	09/03/2011 a 09/08/2012	1129	USP/SP
Curso Banco de dados Geográficos	1	09/09 a 14/09	40	São José dos Campos
Oficina Sistema SISAC	2	26/09 a 27/09	11	CGU/SP
NOVO SIAFI-CPR VIA WEB	1	17/10 a 18/10	16	São Paulo
Capacitação em SICONV	2	20/11 a 23/11	30	Brasília/DF
Capacitação na Elaboração de Mapas Temáticos com a Ferramenta Quantum-Gis	5	03/12 a 07/12	40	Florianópolis/SC
TOTAL	32		2122	

O total de horas/aula foi obtido multiplicando-se o nº de horas/aula pela quantidade de participantes.

Quadro A.4.6.3 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ – Ação 2103

Identificação da Ação						
Código	2103					
Descrição	Formulação e Operacionalização de Políticas para o Desenvolvimento Agrário					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
366.235,30	360.596,07	347.596,07	0	13.000,00	347.596,07	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	-	-	-	-	-	347.596,07

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

A ação de Formulação e Operacionalização de Políticas para o Desenvolvimento Agrário dá suporte a outras atividades-meio da autarquia e que são necessárias à gestão e administração de

programas como a implantação e instalação das famílias assentadas, garantindo as condições iniciais de sua subsistência, garantia da segurança alimentar e ao suprimento de suas necessidades básicas, através da aquisição de bens de consumo essenciais e indispensáveis à qualidade de vida. Os recursos inseridos na ação visam atendimento às ações administrativas como, pagamento de diárias, passagens, publicações, suprimento de fundos que não estejam ligadas diretamente a cada uma das ações compreendidas no Programa e/ou àquelas que envolvam mais de uma ação.

4.2 Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa

Não se aplica no âmbito da UJ

4.2.1 Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

Quadro A.4.7 – Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
-	-	-
-	-	-

Não se aplica no âmbito da UJ

4.2.2 Programação de Despesas

Não se aplica no âmbito da UJ

4.2.2.1 Programação de Despesas Correntes

Quadro A.4.8 – Programação de Despesas Correntes

Valores em
R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesas Correntes					
			1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO		-	-	-	-	-	-
	PLOA		-	-	-	-	-	-
	LOA		-	-	-	-	-	-
CRÉDITOS	Suplementares		-	-	-	-	-	-
	Especiais	-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados		-	-	-	-	-	-

Outras Operações	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-

Fonte:

Não se aplica no âmbito da UJ

4.2.2.2 Programação de Despesas de Capital

Quadro A.4.9 – Programação de Despesas de Capital

Valores em
R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa de Capital					
			4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO		-	-	-	-	-	-
	PLOA		-	-	-	-	-	-
	LOA		-	-	-	-	-	-
CRÉDITOS	Suplementares		-	-	-	-	-	-
	Especiais	-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados		-	-	-	-	-	-
Outras Operações			-	-	-	-	-	-
Total			-	-	-	-	-	-

Fonte:

Não se aplica no âmbito da UJ

4.2.2.3 Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

Quadro A.4.10 – Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

Valores em
R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO		-	-	-	-	-	-
	PLOA		-	-	-	-	-	-
	LOA		-	-	-	-	-	-
CRÉDITOS	Suplementares		-	-	-	-	-	-
	Especiais	-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-	-

	Extraordinários	-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados		-	-	-	-	-	-
Outras Operações			-	-	-	-	-	-
Total			-	-	-	-	-	-

Fonte:

Não se aplica no âmbito da UJ

4.2.2.4Análise Crítica

Não se aplica no âmbito da UJ

4.2.3Programação de Despesas

Quadro A.4.11 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
		Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	0,00	0,00	0,00
	Recebidos			09272008901810001	37.661,51	-	-
-	-	-	-	21121212021030001	-	-	366.235,30
-	-	-	-	21122212020000001	-	-	2.378.977,19
-	-	-	-	21125206621050001	-	-	27.400,00
-	-	-	-	21127203420T10001	-	-	107.634,70
-	-	-	-	21127206644260001	-	-	1.925.565,00
-	-	-	-	21128212045720001	-	-	32.271,58
-	-	-	-	21363206683700001	-	-	281.699,90
-	-	-	-	21606201244700001	-	-	18.914.523,68
-	-	-	-	21631206620S70001	-	-	176.348,00
-	-	-	-	21631206643580001	-	-	2.105,90
-	-	-	-	21631206683740001	-	-	14.215,10
-	-	-	-	21631206683840001	-	-	75.745,59
-	-	-	-	21631206683870001	-	-	427.613,20
-	-	-	-	21631206683960001	-	-	87.460,00
-	-	-	-	21631206683980001	-	-	326.620,00
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-	-
Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		

		Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	0,00	0,00	0,00
	Recebidos	-	-	21122212020000001	113.439,00	-	-
-	-	-	-	21631203408590001	-	3.500.000,00	-
-	-	-	-	21631206604270001	-	26.144.673,00	-
-	-	-	-	2163120662B060001	85.000,00	-	-
-	-	-	-	21631206644600001	-	8.312.704,98	-
-	-	-	-	21631206683960001	1.432.440,58	-	-
-	-	-	-	21691206643200001	300.000,00	-	-
-	-	-	-	21691206643200035	600.000,00	-	-
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI

4.2.4 Execução Orçamentária da Despesa

Não se aplica no âmbito da UJ

4.2.4.1 Execução da Despesa com Créditos Originários

4.2.4.1.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários

Quadro A.4.12 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	-	-	-	-
a) Convite	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	-	-	-	-
c) Concorrência	-	-	-	-
d) Pregão	-	-	-	-
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (g+h)	-	-	-	-
g) Dispensa	-	-	-	-
h) Inexigibilidade	-	-	-	-
3. Regime de Execução Especial	-	-	-	-
i) Suprimento de Fundos	-	-	-	-
4. Pagamento de Pessoal (j+k)	-	-	-	-
j) Pagamento em Folha	-	-	-	-
k) Diárias	-	-	-	-
5. Outros	-	-	-	-
6. Total (1+2+3+4+5)	-	-	-	-

Fonte:

Não se aplica no âmbito da UJ

4.2.4.1.2 Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários

Quadro A.4.13 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – créditos originários

Valores em R\$
1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Despesas de Pessoal	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Nome 1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
5. Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-

1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
6. Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte:

Não se aplica no âmbito da UJ

4.2.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

4.2.4.2.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Quadro A.4.14 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de movimentação Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	-	-	-	-
a) Convite	47.184,00	0	47.184,00	0
b) Tomada de Preços	0	0	0	0
c) Concorrência	0	0	0	0
d) Pregão	4.271.382,10	4.012.476,75	4.254.771,57	4.012.476,75
e) Concurso	0	0	0	0
f) Consulta	0	0	0	0
2. Contratações Diretas (g+h)	-	-	-	-
g) Dispensa	10.551.881,51	2.831.689,02	10.124.361,42	2.831.689,02
h) Inexigibilidade	452.251,79	526.243,87	452.251,79	526.243,87
3. Regime de Execução Especial	-	-	-	-
i) Suprimento de Fundos	13.700,57	63.635,85	13.700,57	63.635,85
4. Pagamento de Pessoal (j+k)	-	-	-	-
j) Pagamento em Folha	0	0	0	0
k) Diárias	402.141,38	276.885,18	402.141,38	276.885,18
5. Outros	8.046.928,92		7.571.888,51	
6. Total (1+2+3+4+5)	23.383.388,89	3.993.842,24	22.464.217,86	3.993.842,24

Fonte: SIAFI GERENCIAL

4.2.4.2 Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Quadro A.4.15 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Valores em R\$
1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1 – Despesas de Pessoal	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
AUXILIO FUNERAL INATIVO CIVIL	37.661,51	0,00	37.661,51	0,00	0,00	0,00	37.661,51	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 – Outras Despesas Correntes								
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	22.155.819,73	14.210.144,27	13.468.480,97	3.886.335,31	8.687.338,76	10.323.808,96	13.024.350,35	3.886.307,30
LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	1.723.781,26	1.611.282,30	1.621.754,68	1.437.045,44	102.026,58	174.236,86	1.621.754,68	1.437.045,44
DIARIAS – CIVIL	402.141,38	276.885,18	402.141,38	276.885,18	0,00	0,00	401.458,81	276.885,18
Demais elementos do grupo	893.376,09	2.628.688,99	416.045,60	1.544.588,02	477.330,49	1.084.525,34	416.045,60	1.547.588,02
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4 – Investimentos	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
OBRAS E INSTALAÇÕES	1.432.440,58	12.730.000,00	0,00	934.260,00	1.432.440,58	11.795.740,00	0,00	934.260,00
EQUIP. E MATERIAL PERMANENTE	11.856,72	3.000,00	10.856,72	3.000,00	102.000,00	0,00	10.856,72	3.000,00

MATERIAL DE CONSUMO	85.000,00	0,00	0,00	0,00	85.000,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5 – Inversões Financeiras								
CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMO E FINANCIAMENTO	15.553.000,00	18.312.728,54	688.800,00	228.128,54	14.864.200,00	18.084.600,00	688.800,00	228.128,54
AQUISIÇÃO DE IMOVÉIS	10.275.309,54	6.410.589,38	6.775.309,54	3.117.645,24	3.500.000,00	3.292.944,14	6.300.951,70	3.117.645,24
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6 – Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI GERENCIAL

4.2.4.2.3Análise Crítica

Do quadro apresentado destacamos o elemento de despesas correntes – outros serviços de terceiros – pessoa jurídica - em relação ao exercício de 2011 ocorreu uma majoração no valor empenhado na proporção de 63,5 % em razão da contratação entidades prestadoras de serviços de ATER/ATER, que no orçamento Global da UJ representa 40% do orçamento descentralizado. Quanto as despesas liquidadas nas contratações diretas, dispensa de licitação, ocorreu também a majoração em relação ao ano de 2011, referem-se a contratos da área finalística, ATER e INFRAESTRUTURA, cujos valores estavam em restos a pagar, liquidados no exercício de 2012.

5. Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira

5.1 Reconhecimento de Passivos

5.1.1Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Quadro A.5.1. - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
373066		INCRA – INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2011	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2012
373066	-	0,00	0,00	0,00	0,00
Razões e Justificativas:					
Fonte: SIAFI					

5.1.2Análise Crítica

5.2 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

5.2.1Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Quadro A.5.2 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	28,01	0,00	0,00	28,01
2010	59.872,89	42.443,39	8.818,81	8.610,69
...	72.550,00	0,00	22.550,00	50.000,00

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	44.755.430,96	19.832,83	31.842.910,42	12.892.687,71
2010	44.166.143,47	3.601.257,88	31.630.674,04	8.934.211,55
...	31.270.630,89	2.775.939,28	24.447.285,55	4.047.406,06

Fonte: SIAFI GERENCIAL

5.2.2 Análise Crítica

Destacamos que os valores registrados em restos a pagar, nos últimos dois exercícios, prejudicam em muito qualquer planejamento orçamentário, visto que contribuem no contingenciamento financeiro. Fato este que a cada ano se agrava, principalmente em relação a ação 0427 – crédito, conforme os quadros apresentados, dos valores empenhados, esta UJ efetivamente pagou apenas 63% (sessenta e três por centos), ficando o restante dos pagamentos comprometidos no presente exercício. Sendo assim o impacto no orçamento não se traduz numa correlação direta com os números de extensão física dos programas em suas respectivas ações.

5.3 Transferências de Recursos

5.3.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

5.3.2 Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Quadro A.5.4 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	SUPERINTENDENCIA ESTADUAL DO INCRA EM SÃO PAULO					
CNPJ:	00.375.972/0010-51					
UG/GESTÃO:	373066/37201					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Convênio	0	0	3	277.200,00	392.725,00	6.244.072,19
Contrato de Repasse	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Termo de Cooperação	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Termo de Compromisso	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Totais	0	0	3	277.200,00	392.725,00	6.244.072,19

Fonte: SIAFI

5.3.3 Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Quadro A.5.5 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigorão em 2013 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: SUPERINTENDENCIA ESTADUAL DO INCRA EM SÃO PAULO					
CNPJ: 00.375.972/0010-51		UG/GESTÃO: UG/GESTÃO: 373066/37201			
Modalidade	Qtd. de Instrumentos com Vigência em 2013 e Seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor Global Repassado até o Final do Exercício de 2012
		Contratados	Repassados até 2012	Previstos para 2013	
Convênio	1	1.306.080,00	1.220.400,00	85.680,00	93,44%
Contrato de Repasse	0	0	0	0	0
Termo de Cooperação	0	0	0	0	0
Termo de Compromisso	0	0	0	0	0
Totais	1	1.306.080,00	1.220.400,00	85.680,00	93,44%

Fonte: SIAFI

5.3.4 Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Quadro A.5.6 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

Unidade Concedente					
Nome: SUPERINTENDENCIA ESTADUAL DO INCRA EM SÃO PAULO					
CNPJ: 00.375.972/0010-51		UG/GESTÃO: 373066/37201			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2012	Contas Prestadas	Quantidade	1	0	0
		Montante Repassado	943.200,00	0	0
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	1	0	0
		Montante Repassado	277.200,00	0	0
2011	Contas Prestadas	Quantidade	7	0	0
		Montante Repassado	8.998.997,22	0	0
	Contas NÃO	Quantidade	0	0	0

	Prestadas	Montante Repassado	0	0	0
2010	Contas Prestadas	Quantidade	15	0	0
		Montante Repassado	46.952.035,81	0	0
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0	0	0
	Anteriores a 2010	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0
Montante Repassado			0	0	0
Fonte: SIAFI					

5.3.5 Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Quadro A.5.7 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse

Valores em R\$ 1,00

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: SUPERINTENDENCIA ESTADUAL DO INCRA EM SÃO PAULO					
CNPJ: 00.375.972/0010-51			UG/GESTÃO: 373066/37201		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2012	Quantidade de Contas Prestadas			-	-
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Quantidade	Contas Analisadas	0	0
			Contas Não Analisadas	2	0
		Montante Repassado (R\$)		2.167.275,00	0
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	0	0
			Quantidade Reprovada	0	0
			Quantidade de TCE	0	0
		Contas NÃO Analisadas	Quantidade	0	0
			Montante Repassado (R\$)	0	0
2011	Quantidade de contas prestadas			-	-
	Contas Analisadas		Quantidade Aprovada	0	0
			Quantidade Reprovada	2	0
			Quantidade de TCE	2	0
	Contas NÃO Analisadas		Quantidade	5	0
			Montante repassado (R\$)	6.558.073,16	0
2010	Quantidade de Contas Prestadas				
	Contas analisadas		Quantidade Aprovada		0

			8	
		Quantidade Reprovada	8	0
		Quantidade de TCE	8	0
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	10	0
		Montante Repassado	20.505.609,60	0
Exercícios Anteriores a 2010	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	6	0
		Montante Repassado	29.285.343,13	0
Fonte: SIAFI				

5.3.6 Análise Crítica

Em exercícios anteriores, mais precisamente até o ano de 2010, esta Superintendência Regional do INCRA realizou diversos repasses através de convênios mesmo sem ter capacidade operacional para gerenciar tais repasses.

Em função destes repasses, associado à falta de capacidade operacional do INCRA, resultou-se em um grande estoque de convênios para se efetuar a análise da prestação de contas. Com o objetivo de zerar o estoque de convênios, firmados nos moldes da IN/STN 01/97, foi providenciado um grupo de trabalho composto por servidores desta Autarquia.

No exercício de 2012 foram baixados, no SIAFI, quatorze convênios restando vinte e seis convênios para concluir a análise no exercício de 2013.

5.4 Suprimento de Fundos

5.4.1 Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos

5.4.1.1 Suprimento de Fundos – Visão Geral

Quadro A.5.8 – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos (SF)

Suprimento de Fundos					
Código da UG	Nome da UG	Valores			Total Geral
		Conta Tipo “B”	CPGF		
			Saque	Fatura	
373066	SUPERINTENDENCIA ESTADUAL DO INCRA EM SÃO PAULO	0,00	13.760,57	0,00	13.760,57
	Total Utilizado pela UJ por Tipo de SF	0,00	13.760,57	0,00	13.760,57

5.4.1.2 Suprimento de Fundos – Conta Tipo B

Quadro A.5.9 – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos por UG e por Suprido (Conta Tipo “B”)

Valores em R\$ 1,00

Valores em R\$ 1,00								
Código da UG 1			Nome da UG					
Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
-	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
				Total Utilizado pela UG	-			
Código da UG 2	-		-		-			
-	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
				Total Utilizado pela UG				
				Total Utilizado pela UJ				

Fonte:

Não houve execução na UJ

5.4.1.3 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo

Quadro A.5.10 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador

Valores em R\$ 1,00

Código da UG 1	373066	Limite de Utilização da UG		1,00	
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
MARIA DE FATIMA MARIZ FEITOSA	00660204843	-	192,00	0,00	192,00
DANIEL CARLOS MAIA MARTINS	01453501690	-	147,40	0,00	147,40
AGNALDO APARECIDO DE JESUS	02150198819	-	6.000,00	0,00	6.000,00
ZULEMA APARECIDA DOS SANTOS LINHARES	02285485867	-	3.060,00	0,00	3.060,00
ALESSANDRO ANTONIO OLIVEIRA	07290595610	-	420,67	0,00	420,67
YARA GONZAGA	14997800287	-	620,00	0,00	620,00
AFONSO DE OLIVEIRA BUENO	55388752615	-	760,50	0,00	760,50
BENITO VICENTE NETO	76612066920	-	2.500,00	0,00	2.500,00
Total Utilizado pela UG			13.700,57	0	13.700,57
Código da UG 2	Limite de Utilização da UG				
-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-
Total Utilizado pela UG			-	-	-
Total Utilizado pela UJ			-	-	-

Fonte: SIAFI GERENCIAL

5.4.1.4 Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão de Crédito Corporativo pela UJ

Quadro A.5.11 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)

Valores em R\$
1,00

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo “B”		Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2012	-	-	-	-	-	-	-
2011	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-

Fonte:

Não houve execução na UJ

5.4.1.5 Prestações de Contas de Suprimentos de Fundos

Quadro A.5.12 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF)

Suprimento de Fundos												
	Conta Tipo “B”						CPGF					
Situação	2012		2011		2010		2012		2011		2010	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PC Aguardando Análise	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PC em Análise	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PC não Aprovadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PC Aprovadas	0	0	0	0	0	0	16	13.760,57	47	65.037,85	54	52.044,10

Fonte: SIAFI

5.4.1.6Análise Crítica

No exercício de 2012 houve uma redução de 78,84% na utilização de Suprimento de Fundos, sendo que em 2012 foi utilizado o valor de R\$ 13.760,57 (treze mil, setecentos e sessenta reais e cinquenta e sete centavos), valor bem inferior ao utilizado nos exercícios de 2010 e 2011.

Contudo, em 2012, apesar da redução do valor utilizado com o Suprimento de Fundos houve a necessidade de se utilizar 100% na modalidade de saque onde às justificativas para os saques efetuados estão em seus respectivos processos de Suprimentos de Fundos juntamente com suas prestações de contas.

5.5 Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ

O conteúdo deste Item não se aplica à Unidade Jurisdicionada.

5.6 Gestão de Precatórios

Conteúdo não cobrado da Unidade Jurisdicionada, segundo a DN TCU Nº 119, de 18 de janeiro de 2012.

6. Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados

6.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

6.1.1Demonstração da Força de Trabalho a Disposição da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	0	128	9	3
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	0	128	9	3
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	125	9	2
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	2	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	1	0	1
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0

3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	1	1	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	0	129	10	3

Fonte: SIAPE (GRCOSITCAR e Extrator de Dados)

6.1.1.1 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	7
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	1
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	6
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	0
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	0
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	0
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	0
4.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	0
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	6
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	1
5.2. Serviço Militar	0

5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	5
5.5. Mandato Classista	0
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	1
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	14

Fonte: Extração SIAPE fev/13.

6.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

Quadro A.6.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	0	16	6	6
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	16	6	6
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	13	6	6
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	2	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	1	1	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	0	2	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	2	1	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	0	16	8	6

Fonte:

6.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

Quadro A.6.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos

1. Provimento de Cargo Efetivo	3	34	45	38	7
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	3	34	45	38	7
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	1	1	0	1
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	1	0	0	1
2.3. Funções Gratificadas	0	0	0	0	0
3. Totais (1+2)	3	35	46	38	8

Fonte: SIAPE e EXTRATOR DE DADOS

6.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

Quadro A.6.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	0	0	1	0	48	78	0	0	0
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	0	1	0	48	78	0	0	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	0	0	0	0	1	0	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	0	1	0	0	0
2.3. Funções Gratificadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3. Totais (1+2)	0	0	1	0	48	79	0	0	0

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SIAPE e EXTRATOR DE DADOS

6.1.3 Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.6 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Valores em R\$
1,00

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	2012	6.076.664,55	0,00	565.971,99	192.509,36	788.505,69	927.544,00	0,00	0,00	3.339,96	8.554.535,55
	2011	6.630.376,17	0,00	568.551,31	166.504,95	206.225,38	1.146.133,66	10.252,32	0,00	3.339,96	8.731.383,75
	2010	7.247.430,98	379.945,72	627.154,73	200.566,73	425.572,81	1.174.636,63	2.086,56	34.897,83	1.948,31	10.094.240,30
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
Exercícios	2012	0,00	344.249,54	0,00	0,00	196.437,69	0,00	0,00	0,00	0,00	540.687,23
	2011	0,00	306.905,59	0,00	0,00	116.339,03	0,00	0,00	0,00	0,00	423.244,62
	2010	0,00	42.203,16	0,00	0,00	22.393,10	0,00	0,00	0,00	0,00	64.596,26
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2012	0,00	10.104,24	0,00	0,00	27.233,39	0,00	0,00	0,00	0,00	37.337,63
	2011	0,00	10.104,24	0,00	0,00	13.820,98	0,00	0,00	0,00	0,00	23.925,22
	2010	0,00	10.104,24	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	10.104,24
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Extração DW SIAPE dos exercícios de 2010, 2011 e 2012.

6.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

6.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e Aposentadoria

Quadro A.6.7 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	82	1
1.1 Voluntária	72	1
1.2 Compulsória	1	0
1.3 Invalidez Permanente	9	0
1.4 Outras	0	0
2. Proporcional	30	0
2.1 Voluntária	23	0
2.2 Compulsória	2	0
2.3 Invalidez Permanente	4	0
2.4 Outras	1	0
3. Totais (1+2)	112	1

Fonte: SIAPE e EXTRATOR DE DADOS

6.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.8 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	33	4
1.1. Integral	27	4
1.2. Proporcional	6	0
2. Em Atividade	8	2
3. Total (1+2)	41	6

Fonte:

6.1.5 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

No que diz respeito a esta questão temos a esclarecer que o INCRA não dispõe de método para identificar eventual acumulação de cargos, funções e empregos públicos, prevista na Constituição Federal. Assim sendo, passamos a oferecer as seguintes respostas:

- a) Não há controles internos criados com a finalidade de detectar possível acumulação vedada de cargos, funções e empregos públicos. Ressaltamos que este Órgão tem recebido candidatos egressos de concurso público e no ato da posse é exigida a informação, a termo, quanto a acumulação de cargos, funções e empregos públicos.
- b) Não há;
- c) Não há;
- d) Quanto a existência e o quantitativo de servidores que acumulam cargos, funções ou empregos públicos indevidamente no âmbito do INCRA, podemos afirmar que este Órgão não dispõe destes dados. Porém, frisamos que quando os órgãos de controle (CGU e TCU) ou a SEGE/MP, efetuam cruzamento de dados e constata a acumulação indevida de servidor desta Autarquia as providências visando sanar a irregularidade é imediatamente adotada, nos termos do art. 133 e seguintes da Lei nº 8.112, de 1990.

6.1.6 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e empregos Públicos

- a) No exercício de 2012 não foram feitas notificações visto que não houve comunicação ou detecção de acumulação irregular de cargos, funções e empregos públicos pelos órgãos de controle ou pela SEGE/MP;
- b) Não há;
- c) Não há.

6.1.7 Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação

Quadro A.6.9 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	0	0	0	0
Concessão de aposentadoria	0	0	2	2
Concessão de pensão civil	1	0	6	1

Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
Totais	0	0	0	0

Quadro A.6.10 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Desligamento	-	-	-	-
Cancelamento de concessão	-	-	-	-
Cancelamento de desligamento	-	-	-	-
Totais	0	0	0	0

Quadro A.6.11 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2012			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão	-	-	-	-
Concessão de aposentadoria	-	-	-	-
Concessão de pensão civil	-	-	-	-
Concessão de pensão especial a ex-combatente	-	-	-	-
Concessão de reforma	-	-	-	-
Concessão de pensão militar	-	-	-	-
Alteração do fundamento legal de ato concessório	-	-	-	-
Total	-	-	-	-
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento	-	-	-	-
Cancelamento de concessão	-	-	-	-
Cancelamento de desligamento	-	-	-	-
Total	-	-	-	-

6.1.7.1 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em Meio Físico

Quadro A.6.12 – Atos sujeitos à remessa física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao envio ao TCU		Quantidade de atos enviados ao TCU	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Pensões graciosas ou indenizatórias	-	-	-	-
Outros atos fora do SISAC (especificar)	-	-	-	-
Totais	0	0	0	0

6.1.7.2 Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos**Quadro A.6.13 – Atuação do OCI sobre os atos submetidos a registro**

Tipos de Atos	Quantidade de atos com diligência pelo OCI		Quantidade de atos com parecer negativo do OCI	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	-	-	-	-
Concessão de aposentadoria	-	-	-	-
Concessão de pensão civil	-	-	-	-
Concessão de pensão especial a ex-combatente	-	-	-	-
Concessão de reforma	-	-	-	-
Concessão de pensão militar	-	-	-	-
Alteração do fundamento legal de ato concessório	-	-	-	-
Totais	0	0	0	0

6.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos**6.2 Terceirização da Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários****6.2.1 Informações Sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão****Quadro A.6.14 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada**

Descrição dos Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há Ocorrência de Servidores Terceirizados	Quantidade no Final do Exercício			Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	2012	2011	2010		
-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-
Análise Crítica da Situação da Terceirização no Órgão					

--

Fonte:

6.2.2 Informações Sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público

Quadro A.6.15 – Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados

Nome do Empregado Terceirizado Substituído	Cargo que Ocupava no Órgão	D.O.U. de Publicação da Dispensa			
		Nº	Data	Seção	Página
-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-

6.2.3 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados

Quadro A.6.16 – Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados

Nome do Órgão Autorizado a Realizar o Concurso ou Provimento Adicional	Norma ou Expediente Autorizador, do Exercício e dos dois Anteriores		Quantidade Autorizada de Servidores
	Número	Data	
-	-	-	-
-	-	-	-
-	-	-	-

Fonte:

6.2.4 Informações Sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: SUPERINTENDENCIA ESTADUAL DO INCRA EM SÃO PAULO													
UG/Gestão: 373066/37201					CNPJ: 00.375.972/0010-51								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2012	L	O	00025/2012	10.297.576/0001-16	06.01.2012	05.01.2014		15					P
2010	V	O	80000/2010	67.803.726/0001-33	01.09.2010	31.08.2014				06			P
2008	V	O	00011/2008	67.803.726/0001-33	03.09.2008	02.09.2013		02		02			P
Observações:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: Serviços Gerais de Administração

6.2.5 Informações Sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Quadro A.6.18 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante

Nome: SUPERINTENDENCIA ESTADUAL DO INCRA EM SÃO PAULO													
UG/Gestão: 373066/37201							CNPJ: 00.375.972/0010-51						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	3	O	34000/2010	32.185.480/0001-07	19.10.2010	18.10.2013				05		01	P
2012	4	O	000025/2012	10.297.576/0001-16	06.01.2012	05.01.2014				01			P
2010	5	O	00020/2010	03.022.122/0001-77	01.09.2010	01.09.2013				10			P
2010	11	O	00020/2010	03.022.122/0001-77	01.09.2010	01.09.2013				14			P
2012	9	O	00026/2012	09.274.298/0001-00	18.0.2012	17.01.2014				02			P
Observações:													
LEGENDA					Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.								
Área:					Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.								
1. Segurança;					Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.								
2. Transportes;					Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.								
3. Informática;													
4. Copeiragem;													
5. Recepção;													
6. Reprografia;													
7. Telecomunicações;													
8. Manutenção de bens móvies													
9. Manutenção de bens imóveis													
10. Brigadistas													
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes													
12. Outras													

Fonte: Serviços Gerais de Administração

6.2.6 Composição do Quadro de Estagiários

Quadro A.6.19 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	1	3	5	5	18.020,26
1.1 Área Fim	0	1	3	3	10.812,15
1.2 Área Meio	1	2	2	2	7.208,10
2. Nível Médio	0	1	2	2	9.703,21
2.1 Área Fim	0	0	1	1	4.851,61
2.2 Área Meio	0	1	1	1	4.851,61
3. Total (1+2)	1	4	7	7	27.723,47

Fonte: SIAPE e EXTRATOR DE DADOS

7. Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário

7.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos.	Seguimos o Decreto 6.403 de 17 de março de 2008, e Instrução Normativa MP nº 03 de 15 de maio de 2008.
Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ.	Atualmente a frota da UJ. é composta com 27 veículos oficiais, entretanto, devido a idade da frota, em média 09 anos de uso, apenas 07 veículos estão em uso permanente, o restante constantemente precisam e manutenções tornando-se anti econômicos para a administração. Em razão do publico alvo do INCRA estar no meio rural, há a necessidade de deslocamentos constantes aos projetos de assentamento, que na média estão à distancia de 500 Km da sede da UJ. Razão pela qual a UJ celebrou contrato de locação de veículos, visando suprir tal demanda para auxilio nas atividades desenvolvidas pelos técnicos e dirigente máximo da Autarquia.
Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral	Na UJ todos os veículos são do grupo IV, num total de 12 veículos locados e 18 próprios (em condições de uso), totalizando 30 veículos em uso.
Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra	Média de 854.200 quilômetros por ano.
Idade média da frota, por grupo de veículos.	Idade média 09 anos
Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal	A UJ através do Pregão 33/2009, contratou serviços para implantação de sistema informatizado e integrado de gestão de frota de veículos, com tecnologia de cartão para gerenciamento de

responsável pela administração da frota, entre outros)	<p>manutenção preventiva e corretiva, incluindo troca de peças e mão de obra.</p> <p>Gasto médio mensal com manutenção para toda a frota:</p> <p>R\$ 14.100,00</p> <p>Gasto médio mensal com combustível para toda a frota:</p> <p>R\$ 13.380,00</p>
Plano de substituição da frota.	Foi constituída uma comissão na UJ, já em andamento, para execução de trabalhos para desfazimento de bens móveis, para fins de doação/leilão.
Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação	Não se aplica
Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte	Controle é realizado pela Superintendência Regional. A UJ através do Pregão 33/2009, contratou serviços para implantação de sistema informatizado e integrado de gestão de frota de veículos, com tecnologia de cartão para gerenciamento abastecimento dos veículos próprios e locados.
Estudos técnicos realizados para a opção pela terceirização da frota e dos serviços de transporte	Não possuímos
Nome e CNPJ da empresa contratada para a prestação do serviço de transporte	<p>Inova Tecnologia em serviços Ltda</p> <p>CNPJ: 05.208.408/0001-77</p> <p>Ágape Terceirizações e Locação Ltda.</p> <p>CNPJ: 13.534.798/0001-01</p>
Tipo de licitação efetuada, nº do contrato assinado, vigência do contrato, valor contratado e valores pagos desde a contratação até o exercício de referência do Relatório de Gestão	<p>Pregão Eletrônico 19/2011</p> <p>Inova Tecnologia em Serviços Ltda</p> <p>ATA REGISTRO DE PREÇOS 19/2011</p> <p>Vigência; 30/11/2011 a 29/11/2012</p> <p>Valor 2012: R\$ 164.507,81</p> <p>Pregão Eletrônico 19/2011</p> <p>Ágape Terceirizações e Locação Ltda.</p> <p>ATA REGISTRO DE PREÇOS 19/2011</p> <p>Vigência; 30/11/2011 a 29/11/2012</p> <p>Valor 2012: R\$ 43.305,52</p>

7.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

7.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro A.7.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	UF 1	1	1
	município 1	0	0
	município 2	0	0
	município “n”	0	0
	UF “n”	0	0
	município 1	0	0
	município 2	0	0
	município “n”	0	0
Subtotal Brasil		1	1
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
	cidade 1	0	0
	cidade 2	0	0
	cidade “n”	0	0
	PAÍS “n”	0	0
	cidade 1	0	0
	cidade 2	0	0
	cidade “n”	0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		1	1

Fonte: SR(08)A

7.2.2 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

Quadro A.7.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	UF 1	0	0
	município 1	0	0
	município 2	0	0
	município “n”	0	0
	UF “n”	0	0
	município 1	0	0

	município 2	0	0
	município “n”	0	0
Subtotal Brasil		0	0
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
	cidade 1	0	0
	cidade 2	0	0
	cidade “n”	0	0
	PAÍS “n”	0	0
	cidade 1	0	0
	cidade 2	0	0
	cidade “n”	0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		0	0
Fonte: SR(08)A			

7.2.3 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ

Quadro A.7.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
373066	710700576.500-7	15	5	8.022.403,79	09/11/2001	-	0	301.865,22
-	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total							0	301.865,22
Fonte: SPIU								

8. Gestão da Tecnologia da Informação e Gestão do Conhecimento

8.1 Gestão da Tecnologia da Informação - TI

Quadro A.8.1 – Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
X	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
X	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
X	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
X	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
X	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:	
	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.
	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)? _____
X	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:	

	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
X	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
X	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
X	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
X	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
X	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
X	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
X	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: _____
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
X	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
X	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
(4) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.	
(4) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.	
(4) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.	
(4) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.	
(4) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.	
(4) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).	
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
X	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	

8.2 Análise Crítica

Informamos que este Núcleo de Tecnologia da Informação desta Superintendência Regional respondeu o questionário com o conhecimento que tem sobre os itens solicitados, mas a informação mais precisa sobre governança e outros dados corporativos de TI devem ser obtidos diretamente junto à Coordenação Geral de Tecnologia e Gestão da Informação – DET – na Sede do Incra em Brasília.

9. Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental

9.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro A.9.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.					
• Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?		x			
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.				x	
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).					x
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.	x				
• Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?					
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).	x				
• Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?					
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).		x			
• Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?					
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.					x
• Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	Sim (x)			Não ()	
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).		x			
• Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	Material reciclável				

9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.					x
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				x	
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					x
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.		x			
<ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? 	Através de e-mail corporativo				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.			x		
<ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? 					
Considerações Gerais:					
<u>LEGENDA</u>					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

9.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Quadro A.9.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa			Ano de Adesão	Resultados		
-			-	-		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel	3000 resmas	3200 resmas	3500 resmas	23.070,00	24.608,00	27.615,00
Água	1899	3025	4.825	37.901,73	60.347,19	96.179,68
Energia Elétrica	363.600 KW/h	379.600 KW/h	360400 KW/h	134.927,67	164.962,88	195.020,80
			Total	195.899,40	249.918,07	318.815,48

Fonte: SR(08)A

10. Conformidades e Tratamentos de Disposições legais e Normativas

10.1 Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício

10.1.1 Deliberações do TCU atendidas no Exercício

Quadro A.10.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA / Superintendência Regional de São Paulo					4033
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	034.631/2011-9	369/2012 - 2ª Câmara	1.6.1, 1.6.2, 1.6.2.1 e 1.6.2.2	Representação	
02	002.589/2012-5	805/2012 - 2ª Câmara	1.6 e 1.7	Representação	
03	002.594/2012-9	1565/2012 - Plenário	9.1, 9.2 e 9.3	Monitoramento	Ofício 1248/2012-TCU/SECEX-SP
04	011.741/2012-0	4554/2012 - 2ª Câmara	1	Monitoramento	Ofício 1365/2012-TCU/SECEX-SP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Superintendência Regional do INCRA em São Paulo					4033
Descrição da Deliberação					
01 – Item 1 – Processo TC-034.631/2011-9 (REPRESENTAÇÃO)					
subitem 1.6.1 à Superintendência Regional de São Paulo do INCRA – SR(08) que informe este Tribunal, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, quais as medidas adotadas com relação ao ressarcimento ao erário;					
subitem 1.6.2.1 encaminhe cópia desta deliberação ao representante, Departamento de Polícia Federal, na pessoa do Delegado de Polícia Federal em Bauru/SP, Dr. Gustavo Pachioni Martins;					
subitem 1.6.2.2. archive os presentes autos após constatado o cumprimento da determinação contida no subitem 1.6.1.					
02 - Item 1 – Processo TC-002.589/2012-5 - MONITORAMENTO (Representação)					
subitem 1.6 Determinar à Secex/SP que autue processo específico de monitoramento, nos termos do art. 42, caput, da Resolução TCU 191, 2006, formado a partir de cópia deste Acórdão e de outras peças consideradas relevantes pela					

Unidade Técnica, para acompanhar o cumprimento da determinação proposta acima; e	
Subitem 1.7 Arquivar os presentes autos.	
03 – Vistos, relatados e discutidos estes autos de monitoramento realizado pela Secex-SP com o objetivo de verificar o cumprimento do Acórdão 3021/2011-TCU-Plenário.	
Subitem 9.1 determinar ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária que, no prazo de 90 (noventa) dias, adote as medidas necessárias para promover a cobrança administrativa ou instaure a devida tomada de contas especial, nos termos dos subitens 9.1 e 9.2 do Acórdão 3021/2011-TCU-Plenário;	
9.2 determinar à Secex-SP que efetue o monitoramento da determinação constante do subitem 9.1 supra;	
9.3 encerrar o processo e arquivar os autos.	
04 – Item 1 – Processo TC-011.741/2012-0 (MONITORAMENTO)	
Acórdão nº. 4554/2012 – TCU – 2ª Câmara	
Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo abaixo relacionado, que trata de Monitoramento instaurado em virtude do Acórdão 805/2012 – 2ª Câmara, que concedeu prazo de 60 (sessenta) dias para a Superintendência Regional do INCRA finalizar o exame da prestação de contas do convênio SIAFI 705523, celebrado com o município de Araçatuba e, em caso de reprovação das contas, registra o fato no SICONV e instaurar a tomada de contas especial; com fundamento nos arts. 143, III e 243, do RI/TCU, ACORDAM em considerar cumprido o Acórdão 805/2012-2ª Câmara; arquivar o presente processo, nos termos do art. 169, V, do Regimento Interno; dar ciência deste Acórdão à Superintendência Regional do INCRA em São Paulo, nos termos do art. 169 § 1º, do Regimento Interno, conforme parecer da unidade técnica.	
Providências Adotadas	
Sector Responsável pela Implementação	Código SIORG
Superintendência Regional do INCRA em São Paulo	4033
Síntese da Providência Adotada	
01 – Expedição de Ofício nº. 1644/2012, de 16/04/12, ao TCU, informando que responsabilidade dos valores apurados como desvio de aplicação do crédito habitação não competia ao ITESP, e ainda, programação de vistorias junto a 10 (dez) lotes objeto das irregularidades a fim de constatar se houve o saneamento das irregularidades identificadas anteriormente. Na hipótese do não saneamento esta Autarquia adotará os meios legais visando o ressarcimento do dano apontado.	
Dentre os lotes envolvidos na vistoria realizada por técnicos desta Superintendência Regional, concluiu-se que 07 (sete) beneficiários demonstraram que elidiram as inconsistências apontadas e que os 03 (três) beneficiários restantes não sanaram as irregularidades identificadas anteriormente, o que resultou em diligência e notificações para que os mesmos pudessem apresentar os devidos esclarecimentos, atendendo assim, os princípios da ampla defesa e do contraditório.	
Os resultados obtidos das vistorias realizadas foram devidamente encaminhados para conhecimento das providências adotadas por esta Superintendência Regional ao Ministério Público Federal de Bauru, através do Ofício/INCRA/SR-08/GS/nº. 3696/2012, de 27/08/12 e Polícia Federal de Bauru, mediante Ofício nº. 3697/2012/GAB/D, de 27/08/12.	
02 - Prestação de Contas Final inserida no SICONV e após analisada pelo Supervisor do Convênio e Setor Contábil, com os respectivos pareceres conclusivos quanto ao cumprimento do objeto e a regularidade das contas, respectivamente, o mesmo foi aprovado no referido sistema.	
03 – Foi autorizada a instauração do procedimento de Tomadas de Contas Especial – TCE visando à apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano, sendo instalada a Comissão competente estando o processo em	

análise.
04 - Prestação de Contas Final inserida no SICONV e após analisada pelo Supervisor do Convênio e Setor Contábil, com os respectivos pareceres conclusivos quanto ao cumprimento do objeto e a regularidade das contas, respectivamente, o mesmo foi aprovado no referido sistema.
Síntese dos Resultados Obtidos
01 – Realizadas as vistorias nos lotes envolvidos nesta questão, resultou que 07 (sete) beneficiários comprovaram a devida aplicação dos recursos e 03 (três) beneficiários foram notificados a apresentar esclarecimentos no prazo de 30 (trinta) dias, por não terem sanadas as irregularidades apuradas.
02 – Saneamento das inconsistências na prestação de contas final pela Entidade, ensejando sua aprovação.
03 – Instauração de procedimento administrativo de Tomada de Contas Especial – TCE.
04 – Saneamento das inconsistências na prestação de contas final pela Entidade, ensejando sua aprovação.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
01 – demandado os devidos apontamentos pelo órgão de controle, houve a mobilização para que as irregularidades fossem devidamente apuradas e saneadas como demonstrado, no qual obtivemos resultado significativo na elisão das inconsistências levada a efeito, restando tão somente à manifestação dos beneficiários notificados para a conclusão dos trabalhos, sendo que na ausência pronunciamento dos mesmos, deverá ser providenciado os meios legais para a recuperação do dano ao erário.
02 – A atuação da Superintendência Regional junto a Conveniente no sentido de regularizar a prestação de contas, mediante notificações e orientações quanto à inserção de dados no SICONV propiciou o saneamento das inconsistências apuradas e sua respectiva aprovação das contas apresentadas.
03 – Esgotados os procedimentos administrativos visando o ressarcimento do dano ao erário sem que a conveniente procedesse a regularização da prestação de contas, procedeu-se a instauração da TCE.
04 – A atuação da Superintendência Regional junto a Conveniente no sentido de regularizar a prestação de contas, mediante notificações e orientações quanto à inserção de dados no SICONV propiciou o saneamento das inconsistências apuradas e sua respectiva aprovação das contas apresentadas.

10.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Quadro A.10.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Superintendência Regional do INCRA em São Paulo					4033
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	034.631/2011-9	369/2012 - 2ª Câmara	1.6.1, 1.6.2, 1.6.2.1 e 1.6.2.2	Representação	

02	002.594/2012-9	1565/2012 - Plenário	9.1, 9.2 e 9.3	Monitoramento	Ofício 1248/2012-TCU/SECEX-SP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Superintendência Regional do INCRA em São Paulo					4033
Descrição da Deliberação					
01 – Item 1 – Processo TC-034.631/2011-9 (REPRESENTAÇÃO)					
subitem 1.6.1 à Superintendência Regional de São Paulo do INCRA – SR(08) que informe este Tribunal, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, quais as medidas adotadas com relação ao ressarcimento ao erário;					
subitem 1.6.2.1 encaminhe cópia desta deliberação ao representante, Departamento de Polícia Federal, na pessoa do Delegado de Polícia Federal em Bauru/SP, Dr. Gustavo Pachioni Martins;					
subitem 1.6.2.2. archive os presentes autos após constatado o cumprimento da determinação contida no subitem 1.6.1.					
02 – Vistos, relatados e discutidos estes autos de monitoramento realizado pela Secex-SP com o objetivo de verificar o cumprimento do Acórdão 3021/2011-TCU-Plenário.					
Subitem 9.1 determinar ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária que, no prazo de 90 (noventa) dias, adote as medidas necessárias para promover a cobrança administrativa ou instaure a devida tomada de contas especial, nos termos dos subitens 9.1 e 9.2 do Acórdão 3021/2011-TCU-Plenário;					
9.2 determinar à Secex-SP que efetue o monitoramento da determinação constante do subitem 9.1 supra;					
9.3 encerrar o processo e arquivar os autos.					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Superintendência Regional do INCRA em São Paulo					4033
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
Em implementação das recomendações constantes nos Acórdãos do TCU.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

10.1.3 Recomendações da OCI Atendidas no Exercício

Quadro A.10.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Superintendência Regional do INCRA em São Paulo			4033
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	201203488	2.1.3.2	

02	201203488	2.1.7.4	
03	201203488	2.1.7.5	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Superintendência Regional do INCRA em São Paulo			4033
Descrição da Recomendação			
01 - Utilização de CPGF na modalidade saque em 100% dos PCSF.			
02 - Inobservância pelo INCRA/SP do prazo de 60 dias para pronunciar-se sobre a aprovação ou não de prestações de 35 convênios, contrariando o disposto no artigo 31 da IN STN nº 01/1997.			
03 - Demora na abertura de Tomada de Contas Especial de seis transferências sem prestação de contas pelo conveniente, no valor total de R\$2.211.335,33, com vigência expirada há mais de 180 dias.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Superintendência Regional do INCRA em São Paulo			4033
Síntese da Providência Adotada			
01 – Houve a parametrização individual no sistema que concede a liberação dos recursos para que seja efetuada excepcionalmente a função “SAQUE”, dentro dos limites previstos, quando não for possível a utilização do referido cartão na função “CRÉDITO”, de acordo com o Decreto nº 93872/1986, bem como notificação a todos os setores quanto ao cumprimento da legislação vigente referente aos procedimentos necessários para a concessão de suprimentos de fundos, bem como os motivos de suas restrições.			
02 – A Autarquia celebrou, à época, dezenas de convênios com entes públicos e privados sem contudo dispor de infraestrutura e corpo técnico mínimos para administrar este passivo. Com a criação do Grupo de Supervisão Nacional – GSN através da Portaria/nº 167, de 09 de março de 2012, foi elaborado cronograma de execução dos convênios, visando à eliminação do passivo dos convênios até dezembro/2013.			
03 – Os convênios relacionados no Relatório de Auditoria, com prazo de vigência expirado e sem prestação de contas, estão inscritos no sistema SIAFI na condição de inadimplência e autorizado à instauração de procedimento administrativo de Tomada de Contas Especial – TCE, exceto 01 (um) convênio que se encontra com o Superintendente Regional para autorizar a referida inscrição.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
01 – Foi concedido Suprimentos de Fundos para utilização através do CPGF, todavia, devido à peculiaridade das atividades desenvolvidas não foi possível a utilização na função “crédito”, o que deverá ser observado em circunstâncias que possibilitem referida ação.			
02 – Com a atuação do Grupo de Trabalho foi possível reduzir o passivo dos convênios com prazos de vigência expirados em 40,42%.			
03 – Os Convênios constantes no Relatório de Auditoria se encontram inscritos na inadimplência e autorizados a instauração de Tomada de Contas Especial – TCE, com exceção de 01 (um) convênio.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
01 – Devido à demanda para a execução de atividades inerentes ao cumprimento de determinação judicial e demais serviços e materiais, que ensejaram pagamentos de pronto pagamento inviabilizando a utilização do CPGF na função “crédito”, não houve a possibilidade de atender a recomendação quanto à excepcionalidade da função “saque”, nos limites			

estabelecidos pela legislação.
02 - Com as ações implementadas no exercício de 2012, pela Superintendência Regional do INCRA em São Paulo e Divisão Administrativa, verificou-se uma redução de 40,42%, aproximadamente, em relação ao quantitativo de convênios “a aprovar”. Para continuidade dos trabalhos o Superintendente Regional constituiu o Grupo de Trabalho (GT) por meio da ORDEM DE SERVIÇO/INCRA/SR-08/GS/Nº 20/12, publicada em 28/05/12, com a finalidade de analisar os processos, documentos e elaborar pareceres conclusivos relativos aos convênios vencidos, pendentes de comprovação e aprovação firmada sob a vigência da Instrução Normativa STN/MF nº 01, de janeiro de 1997.
Todos os convênios firmados através desta Superintendência Regional do INCRA, em São Paulo, estão com a vigência expirada e não foi firmado nenhum contrato de repasse até a presente data.
03 – A atuação da Superintendência Regional no sentido de diligenciar junto às convenientes e observar os ditames da legislação vigente, fez com que se procedesse aos registros de inadimplência e instauração de TCE, haja vista a omissão na prestação de contas.

10.1.4 Recomendações da OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Quadro A.10.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Descrição da Recomendação			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

10.2 Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna

10.3 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

10.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

Quadro A.10.5 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	7	6	18
	Entregaram a DBR	7	6	18
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

Fonte: Serviço de Desenvolvimento Humano

10.3.1.1 Análise Crítica

Um servidor entregou cópia da própria declaração apresentada à Receita Federal e todos os demais servidores nomeados, exonerados ou que permaneceram em cargos de direção, assessoria ou função gratificada, já haviam optado por entregar o Formulário de Acesso à Declaração de Ajuste Anual de Imposto de Renda da Pessoa Física – Anexo I, conforme declarações entregues neste Serviço de Desenvolvimento Humano.

10.4 Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

10.4.1 Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

Quadro A.10.6 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

<p style="text-align: center;">DECLARAÇÃO</p> <p>Eu, <u>VALQUÍRIA MARIA PESSÔA ROCHA</u>, CPF nº <u>028.672.008-65</u>, <u>Administrador</u>, exercido na <u>Superintendência Regional do INCRA no Estado de São Paulo – Divisão Administrativa</u>. Declaro, junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.</p> <p style="text-align: right;">São Paulo, 22 de março de 2013.</p> <p style="text-align: center;"><u>Valquíria Maria Pessoa Rocha</u> <u>CPF: 028.672.008-65</u> <u>Administrador - 373066</u></p>
--

11. Informações Contábeis

11.1 Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

11.1.1 Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos

O lançamento de depreciação é efetuado no SIAFI com base em um resumo financeiro – sintético – encaminhado pelo setor de patrimônio desta Autarquia, contudo o setor de contabilidade efetuou o lançamento da depreciação mensal até o mês abril de 2012. Tal falha ocorreu devido ao acúmulo se serviço deste setor contábil, associada a cobrança pela análise da prestação de contas dos convênios firmados nos moldes da IN/STN 01/97.

11.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

11.2.1 Declaração Plena

Quadro A.11.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
Denominação completa (UJ)	Código da UG

Superintendência Estadual do Incra em São Paulo		373066	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2012, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	São Paulo	Data	31 de março de 2013
Contador Responsável	Evans Coelho de Carvalho	CRC nº	1SP237178/O-0

11.2.2 Declaração com Ressalva

Quadro A.11.2 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício Não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativas ao exercício de 2012, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>a).....</p> <p>b).....</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local		Data	
Contador Responsável		CRC nº	

11.3 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008

Terminal 3270 - A - AWWK06430		
Arquivo Editar Exibir Comunicação Ações Ajuda		
____ SIAFI2012-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)____ POSICAO ATE: 11Feb2013 AS 11:12 USUARIO : EVANS UG/GESTAO: 373066/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DE SAO PAULO-INCRASR-08 MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 1 BALANCO - FINANCEIRO SEM CONFORMIDADE EXERCICIO		
INGRESSOS 2012		
INGRESSOS	211.570.137,45	
RECEITAS CORRENTES	1.910.343,54	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.910.343,54	
RECEITAS CAPITAL ENTRE ORGAOS OFSS 2011	0,00	
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	20.864.901,84	
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS RECEBIDAS	20.443.093,07	
SUB-REPASSE RECEBIDO	20.443.093,07	
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.	20.443.093,07	
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	421.808,77	
ORDEN DE TRANSFERENCIA RECEBIDA	421.808,77	
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	421.808,77	
RECEBIMENTO DE TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	0,00	
INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	188.794.892,07	
CONTINUA...		
PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE PF6=REST.CONTABIL		
PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA		
MÁ + a		08/003

Terminal 3270 - A - AWWK06430		
Arquivo Editar Exibir Comunicação Ações Ajuda		
____ SIAFI2012-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)____ POSICAO ATE: 11Feb2013 AS 11:12 USUARIO : EVANS UG/GESTAO: 373066/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DE SAO PAULO-INCRASR-08 MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 2 BALANCO - FINANCEIRO SEM CONFORMIDADE EXERCICIO		
INGRESSOS 2012		
VALORES EM CIRCULACAO	72.765.809,56	
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	72.765.809,56	
DEPOSITOS	29.993,11	
RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	29.993,11	
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	60.529.101,79	
FORNECEDORES	947.134,05	
DO EXERCICIO	895.045,63	
DE EXERCICIOS ANTERIORES	2.088,42	
TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	50.000,00	
RESTOS A PAGAR	59.571.166,81	
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	55.124.641,73	
CANCELADO	4.446.525,08	
VALORES EM TRANSITO	10.118,36	
CONTINUA...		
PF1=AJUDA PF3=SAI P4=CONGERAREL PF5=BALANCETE PF6=REST.CONTABIL		
PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA		
MÁ + a		08/003

```
Terminal 3270 - A - AWWK0430
Arquivo Editar Exibir Comunicação Ações Ajuda

___ SIAFI2012-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)___
POSICAO ATE: 11Feb2013 AS 11:12 USUARIO : EVANS
UG/GESTAO: 373066/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DE SAO PAULO-INCRASR-08
MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 3
BALANCO - FINANCEIRO SEM CONFORMIDADE
EXERCICIO
INGRESSOS 2012
OUTROS DEBITOS 682,57
- AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES 55.469.987,61
INCORPORACAO DE DIREITOS 55.427.544,22
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER 55.427.544,22
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES 42.443,39
EXERCICIOS ANTERIORES 42.443,39

CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI P4=CONGERAREL PF5=BALANCETE PF6=REST.CONTABIL
PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

MÁ + a 08/003
```

```
Terminal 3270 - A - AWWK0430
Arquivo Editar Exibir Comunicação Ações Ajuda

___ SIAFI2012-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)___
POSICAO ATE: 11Feb2013 AS 11:12 USUARIO : EVANS
UG/GESTAO: 373066/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DE SAO PAULO-INCRASR-08
MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 4
BALANCO - FINANCEIRO SEM CONFORMIDADE
EXERCICIO
DISPENDIOS 2012
DISPENDIOS 211.570.137,45
- DESPESAS CORRENTES 25.212.779,97
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 37.661,51
OUTRAS DESPESAS CORRENTES 24.956.504,82
TRANSFERENCIAS A ESTADOS E MUNICIPIOS 0,00
OUTRAS DESPESAS 24.956.504,82
DESPESAS CORRENTES ENTRE ORGAOS OFSS 2011 0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES 0,00
DESPESAS CORRENTES ENTRE ORGAOS OFSS 218.613,64
DESPESAS DE CAPITAL 27.458.606,84
INVESTIMENTOS 1.630.297,30
INVERSOES FINANCEIRAS 25.828.309,54
TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS 3.112.829,33

CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI P4=CONGERAREL PF5=BALANCETE PF6=REST.CONTABIL
PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

MÁ + a 08/003
```

```
Terminal 3270 - A - AWWK0438
Arquivo  Editar  Exibir  Comunicação  Ações  Ajuda

___ SIAFI2012-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)___
POSICAO ATE: 11Feb2013 AS 11:12          USUARIO : EVANS
UG/GESTAO: 373066/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DE SAO PAULO-INCRASR-08
MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO)      ANO (ENCERRADO)          TELA: 5
BALANCO - FINANCEIRO                      SEM CONFORMIDADE
                                           EXERCICIO
                                           2012
DISPENDIOS
- TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS          3.112.829,33
  ORDEM DE TRANSFERENCIA CONCEDIDA            1.202.485,79
    TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS                  0,00
    DEVOLUCAO DE TRANSFERENCIAS RECEBIDAS      1.202.485,79
    TRANSFERENCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS         1.910.343,54
DISPENDIOS EXTRA-ORCAMENTARIOS              155.785.921,31
VALORES EM CIRCULACAO                       56.137.143,23
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER                 56.137.143,23
DEPOSITOS                                    6.550,28
RECURSOS DO TESOURE NACIONAL                 6.550,28
OBRIGACOES EM CIRCULACAO                    72.750.845,76
FORNECEDORES                                94.531,81
DE EXERCICIOS ANTERIORES                    44.531,81
                                           CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI P4=CONGERAREL PF5=BALANCETE PF6=REST.CONTABIL
PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

MÁ + a 08/003
```

```
Terminal 3270 - A - AWWK0438
Arquivo  Editar  Exibir  Comunicação  Ações  Ajuda

___ SIAFI2012-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)___
POSICAO ATE: 11Feb2013 AS 11:12          USUARIO : EVANS
UG/GESTAO: 373066/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DE SAO PAULO-INCRASR-08
MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO)      ANO (ENCERRADO)          TELA: 6
BALANCO - FINANCEIRO                      SEM CONFORMIDADE
                                           EXERCICIO
                                           2012
DISPENDIOS
- TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR          50.000,00
  RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRICAO           72.646.734,28
  OPERACOES DE CREDITOS EM LIQUIDACAO         0,00
  EM CONTRATOS                                0,00
  VALORES EM TRANSITO                         9.579,67
  AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES            26.891.382,04
  BAIXA DE DIREITOS                          26.891.382,04
  CREDITOS DIVERSOS A RECEBER                 26.891.382,04
  AJUSTES DE OBRIGACOES                       0,00
  AJUSTES FINANCEIROS A DEBITO                 0,00

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE PF6=REST.CONTABIL
PF7=RECUA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

MÁ + a 08/003
```

```
Terminal 3270 - A - AWWK0436
Arquivo  Editar  Exibir  Comunicação  Ações  Ajuda

__ SIAFI2012-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)
POSICAO ATE: 11Feb2013 AS 11:12          USUARIO : EVANS
UG/GESTAO: 373066/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DE SAO PAULO-INCRASR-08
MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO)      ANO (ENCERRADO)          TELA: 1
BALANCO - PATRIMONIAL                      SEM CONFORMIDADE
                                           EXERCICIO
                                           2012
- ATIVO
  ATIVO FINANCEIRO                      1.330.057.344,30
  CREDITOS EM CIRCULACAO                56.137.143,23
  LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO    56.137.143,23
  RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP 709.599,01
  ATIVO NAO FINANCEIRO                  1.050.408.385,47
  REALIZAVEL A CURTO PRAZO              87.117.497,35
  CREDITOS EM CIRCULACAO                33.001.738,91-
  RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC 55.427.544,22-
  DIVERSOS RESPONSAVEIS                 19.145.735,78
  ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS              3.280.069,53
  BENS E VALORES EM CIRCULACAO          120.119.236,26
  ESTOQUES                             108.662,45
                                           CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE PF6=REST.CONTABIL
PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

MÁ + a 08/003
```

```
Terminal 3270 - A - AWWK0436
Arquivo  Editar  Exibir  Comunicação  Ações  Ajuda

__ SIAFI2012-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)
POSICAO ATE: 11Feb2013 AS 11:12          USUARIO : EVANS
UG/GESTAO: 373066/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DE SAO PAULO-INCRASR-08
MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO)      ANO (ENCERRADO)          TELA: 2
BALANCO - PATRIMONIAL                      SEM CONFORMIDADE
                                           EXERCICIO
                                           2012
- ATIVO
  TITULOS E VALORES                      120.010.573,81
  REALIZAVEL A LONGO PRAZO              857.912.895,62
  DEPOSITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO    360,10
  DEPOSITOS COMPULSORIOS                360,10
  CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO    857.912.535,52
  EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS          201.243.138,14
  CREDITOS A RECEBER                    656.669.397,38
  PERMANENTE                            105.377.992,50
  IMOBILIZADO                           105.374.639,61
  BENS MOVEIS E IMOVEIS                  105.485.490,65
  DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES 110.851,04-
  INTANGIVEL                             3.352,89
  ATIVO REAL                            1.106.545.528,70
                                           CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI P4=CONGERAREL PF5=BALANCETE PF6=REST.CONTABIL
PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

MÁ + a 08/003
```

```
Terminal 3270 - A - AWWK0438
Arquivo Editar Exibir Comunicação Ações Ajuda

___ SIAFI2012-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)___
POSICAO ATE: 11Feb2013 AS 11:12 USUARIO : EVANS
UG/GESTAO: 373066/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DE SAO PAULO-INCRASR-08
MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 3
BALANCO - PATRIMONIAL SEM CONFORMIDADE
EXERCICIO
2012
ATIVO
- ATIVO COMPENSADO 223.511.815,60
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS 223.511.815,60
RESPONSABILIDADES POR VALORES, TITULOS E B 6.200,00
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS 148.922.254,17
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS 5.518.970,83
OUTRAS COMPENSACOES 69.064.390,60

CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI P4=CONGERAREL PF5=BALANCETE PF6=REST.CONTABIL
PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

MÁ + a 08/003
```

```
Terminal 3270 - A - AWWK0438
Arquivo Editar Exibir Comunicação Ações Ajuda

___ SIAFI2012-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)___
POSICAO ATE: 11Feb2013 AS 11:12 USUARIO : EVANS
UG/GESTAO: 373066/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DE SAO PAULO-INCRASR-08
MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 4
BALANCO - PATRIMONIAL SEM CONFORMIDADE
EXERCICIO
2012
PASSIVO
- PASSIVO 1.330.057.344,30
PASSIVO FINANCEIRO 56.112.569,82
DEPOSITOS 29.993,11
RECURSOS DO TESOURO NACIONAL 29.993,11
OBRIGACOES EM CIRCULACAO 56.082.576,71
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS 947.816,62
FORNECEDORES - DO EXERCICIO 895.045,63
FORNECEDORES - DE EXERC. ANTERIORES 2.088,42
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER 0,00
DEBITOS DIVERSOS A PAGAR 682,57
TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR 50.000,00
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS 55.124.641,73
A LIQUIDAR 55.124.641,73

CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI P4=CONGERAREL PF5=BALANCETE PF6=REST.CONTABIL
PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

MÁ + a 08/003
```

Terminal 3270 - A - AWWK0438			
Arquivo Editar Exibir Comunicação Ações Ajuda			
___ SIAFI2012-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)___			
POSICAO ATE:	11Feb2013 AS 11:12	USUARIO :	EVANS
UG/GESTAO:	373066/37201 - SUPERINTEND.ESTADUAL DE SAO PAULO-INCRRA/SR-08		
MES DE REF.:	DEZEMBRO (FECHADO)	ANO (ENCERRADO)	TELA: 5
BALANCO - PATRIMONIAL		SEM CONFORMIDADE	
		EXERCICIO	
	PASSIVO	2012	
-	VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	10.118,36	
	PASSIVO NAO FINANCEIRO	55.124.641,73-	
	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	55.124.641,73-	
	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00	
	RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	55.124.641,73-	
	PASSIVO REAL	987.928,09	
	PATRIMONIO LIQUIDO	1.105.557.600,61	
	PATRIMONIO/CAPITAL	0,00	
	PATRIMONIO	0,00	
	AJUSTE DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	
	RESERVAS	2.214,56	
	RESULTADOS ACUMULADOS	1.034.498.270,92	
	RESULTADOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.034.498.270,92	
		CONTINUA...	
	PF1=AJUDA PF3=SAI P4=CONGERAREL PF5=BALANCETE PF6=REST.CONTABIL		
	PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA		
	MA + a	08/003	

Terminal 3270 - A - AWWK0438			
Arquivo Editar Exibir Comunicação Ações Ajuda			
___ SIAFI2012-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)___			
POSICAO ATE:	11Feb2013 AS 11:12	USUARIO :	EVANS
UG/GESTAO:	373066/37201 - SUPERINTEND.ESTADUAL DE SAO PAULO-INCRRA/SR-08		
MES DE REF.:	DEZEMBRO (FECHADO)	ANO (ENCERRADO)	TELA: 6
BALANCO - PATRIMONIAL		SEM CONFORMIDADE	
		EXERCICIO	
	PASSIVO	2012	
-	AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	0,00	
	RESULTADO DO PERIODO	71.057.115,13	
	SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	1.106.545.528,70	
	SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	1.035.488.413,57-	
	PASSIVO COMPENSADO	223.511.815,60	
	COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	223.511.815,60	
	VALORES, TITULOS E BENS SOB RESPONSABILIDA	6.200,00	
	DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	148.922.254,17	
	DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS	5.518.970,83	
	COMPENSACOES DIVERSAS	69.064.390,60	
	PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE PF6=REST.CONTABIL		
	PF7=RECUA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA		
	MA + a	08/003	

Terminal 3270 - A - AWWK06436		
Arquivo Editar Exibir Comunicação Ações Ajuda		
____ SIAFI2012-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)____ POSICAO ATE: 11Feb2013 AS 11:12 USUARIO : EVANS UG/GESTAO: 373066/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DE SAO PAULO-INCRASR-08 MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 1 BALANCO - VARIACAO PATRIMONIAL SEM CONFORMIDADE EXERCICIO		
VARIACOES ATIVAS 2012		
VARIACOES ATIVAS		273.602.244,04
ORCAMENTARIAS		88.568.284,15
RECEITAS CORRENTES		1.910.343,54
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		1.910.343,54
INTERFERENCIAS ATIVAS		20.443.093,07
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		20.443.093,07
SUB-REPASSE RECEBIDO		20.443.093,07
MUTACOES ATIVAS		66.214.847,54
INCORPORACOES DE ATIVOS		36.964.511,13
AQUISICOES DE BENS		36.261.950,56
INCORPORACAO DE CREDITOS		702.560,57
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS		29.250.336,41
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO		185.033.959,89
CONTINUA...		
PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE PF6=REST.CONTABIL		
PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA		
MÁ + a		08/003

Terminal 3270 - A - AWWK06436		
Arquivo Editar Exibir Comunicação Ações Ajuda		
____ SIAFI2012-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)____ POSICAO ATE: 11Feb2013 AS 11:12 USUARIO : EVANS UG/GESTAO: 373066/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DE SAO PAULO-INCRASR-08 MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 3 BALANCO - VARIACAO PATRIMONIAL SEM CONFORMIDADE EXERCICIO		
VARIACOES PASSIVAS 2012		
VARIACOES PASSIVAS		273.602.244,04
ORCAMENTARIAS		52.685.147,38
DESPESAS CORRENTES		25.212.779,97
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		37.661,51
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		24.956.504,82
DESPESAS CORRENTES ENTRE ORGAOS OFSS 2011		0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		0,00
DESPESAS CORRENTES ENTRE ORGAOS OFSS		218.613,64
DESPESAS DE CAPITAL		27.458.606,84
INVESTIMENTOS		1.630.297,30
INVERSOES FINANCEIRAS		25.828.309,54
MUTACOES PASSIVAS		13.760,57
DESINCORPORACOES DE ATIVOS		13.760,57
CONTINUA...		
PF1=AJUDA PF3=SAI P4=CONGERAREL PF5=BALANCETE PF6=REST.CONTABIL		
PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA		
MÁ + a		08/003

```
Terminal 3270 - A - AWWK0438
Arquivo  Editar  Exibir  Comunicação  Ações  Ajuda

___ SIAFI2012-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)___
POSICAO ATE: 11Feb2013 AS 11:12          USUARIO : EVANS
UG/GESTAO: 373066/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DE SAO PAULO-INCR/SR-08
MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO)      ANO (ENCERRADO)      TELA: 4
BALANCO - VARIACAO PATRIMONIAL          SEM CONFORMIDADE
                                         EXERCICIO
                                         2012
                                         VARIACOES PASSIVAS
- LIQUIDACAO DE CREDITOS                  13.760,57
  RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO          149.859.981,53
    INTERFERENCIAS PASSIVAS              3.115.100,97
      TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO 2.271,64
      TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS 1.202.485,79
      MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO 1.910.343,54
    DECRESCIMOS PATRIMONIAIS          146.744.880,56
      DESINCORPORACOES DE ATIVOS        99.950.214,94
      BAIXA DE BENS IMOVEIS             13.111.742,76
      BAIXA DE BENS MOVEIS              1.567.632,80
      BAIXA DE DIREITOS                 85.270.839,38
      AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS 22.236,66
      DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO 22.236,66
                                         CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI P4=CONGERAREL PF5=BALANCETE PF6=REST.CONTABIL
PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

MÁ + a 08/003
```

```
Terminal 3270 - A - AWWK0438
Arquivo  Editar  Exibir  Comunicação  Ações  Ajuda

___ SIAFI2012-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)___
POSICAO ATE: 11Feb2013 AS 11:12          USUARIO : EVANS
UG/GESTAO: 373066/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DE SAO PAULO-INCR/SR-08
MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO)      ANO (ENCERRADO)      TELA: 5
BALANCO - VARIACAO PATRIMONIAL          SEM CONFORMIDADE
                                         EXERCICIO
                                         2012
                                         VARIACOES PASSIVAS
- INCORPORACAO DE PASSIVOS              46.772.428,96
  AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES        0,00
  AJUSTES FINANCEIROS                    0,00
  RESULTADO PATRIMONIAL                  71.057.115,13
  SUPERAVIT                             71.057.115,13

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE PF6=REST.CONTABIL
PF7=RECUA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

MÁ + a 08/003
```

```
Terminal 3270 - A - AWWK0438
Arquivo Editar Exibir Comunicação Ações Ajuda

___ SIAFI2012-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)___
DADOS REFERENTES A : 11Fe2013 as 11:12 USUARIO : EVANS
MES DE REFERENCIA : DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) PAGINA : 01
UNIDADE GESTORA : 373066 SUPERINTEND. ESTADUAL DE SAO PAULO-INCRA/SR-08
GESTAO : 37201 - INSTITUTO NAC. DE COLONIZACAO E REF. AGRARIA
BALANCO : ORCAMENTARIO SEM CONFORMIDADE

R E C E I T A S                PREVISAO INICIAL  PREVISAO ATUALIZADA
TOTAL .....                0,00                0,00
DEFICIT TOTAL .....                0,00                0,00

TOTAL GERAL .....                0,00                0,00

CONTINUA...
PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE PF6=REST.CONTABIL PF8=REST.
PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

MÁ + a 01/001
```

```
Terminal 3270 - A - AWWK0438
Arquivo Editar Exibir Comunicação Ações Ajuda

___ SIAFI2012-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)___
DADOS REFERENTES A : 11Fe2013 as 11:12 USUARIO : EVANS
MES DE REFERENCIA : DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) PAGINA : 02
UNIDADE GESTORA : 373066 SUPERINTEND. ESTADUAL DE SAO PAULO-INCRA/SR-08
GESTAO : 37201 - INSTITUTO NAC. DE COLONIZACAO E REF. AGRARIA
BALANCO : ORCAMENTARIO SEM CONFORMIDADE

D E S P E S A S                DOTACAO INICIAL  DOTACAO ATUALIZADA
- CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENTARES                0,00                65.774.998,53
  DESPESAS CORRENTES                0,00                25.286.740,97
    PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS                0,00                37.661,51
    OUTRAS DESPESAS CORRENTES                0,00                25.249.079,46
  DESPESAS DE CAPITAL                0,00                40.488.257,56
    INVESTIMENTOS                0,00                2.530.879,58
    INVERSOES FINANCEIRAS                0,00                37.957.377,98
  SUBTOTAL I .....                0,00                65.774.998,53

TOTAL .....                0,00                65.774.998,53

CONTINUA...
PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE PF6=REST.CONTABIL PF8=REST.
PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

MÁ + a 09/003
```

```
Terminal 3270 - A - AWWK0438
Arquivo  Editar  Exibir  Comunicação  Ações  Ajuda

- __ SIAFI2012-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG) __
DADOS REFERENTES A : 11Fe2013 as 11:12          USUARIO : EVANS
MES DE REFERENCIA   : DEZEMBRO (FECHADO)        ANO (ENCERRADO)      PAGINA : 03
UNIDADE GESTORA     : 373066 SUPERINTEND. ESTADUAL DE SAO PAULO-INCRASR-08
GESTAO              : 37201 - INSTITUTO NAC. DE COLONIZACAO E REF. AGRARIA
BALANCO             : ORCAMENTARIO              SEM CONFORMIDADE

D E S P E S A S          DOTACAO INICIAL  DOTACAO ATUALIZADA
TOTAL GERAL .....          0,00          65.774.998,53

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE PF6=REST.CONTABIL PF6=REST.
PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

MÁ + a 01/001
```

```
Terminal 3270 - A - AWWK0438
Arquivo  Editar  Exibir  Comunicação  Ações  Ajuda

- __ SIAFI2012-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG) __
DADOS REFERENTES A : 11Fe2013 as 11:12          USUARIO : EVANS
MES DE REFERENCIA   : DEZEMBRO (FECHADO)        ANO (ENCERRADO)      PAGINA : 03
UNIDADE GESTORA     : 373066 SUPERINTEND. ESTADUAL DE SAO PAULO-INCRASR-08
GESTAO              : 37201 - INSTITUTO NAC. DE COLONIZACAO E REF. AGRARIA
BALANCO             : ORCAMENTARIO              SEM CONFORMIDADE

D E S P E S A S          DOTACAO INICIAL  DOTACAO ATUALIZADA
TOTAL GERAL .....          0,00          65.774.998,53

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE PF6=REST.CONTABIL PF6=REST.
PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

MÁ + a 01/001
```

```
Terminal 3270 - A - ANVIX8438
Arquivo  Editar  Exibir  Comunicação  Ações  Ajuda

___ SIAFI2012-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)___
POSICAO ATE: 11Feb2013 AS 11:12          USUARIO : EVANS
UG/GESTAO: 373066/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DE SAO PAULO-INCRASR-08
MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO)      ANO (ENCERRADO)          TELA: 1
BALANCO - DEMONSTRACAO DAS DISPONIBILIDADES          SEM CONFORMIDADE
EXERCICIO
COMPOSICAO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS 2012
- COMPOSICAO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS          0,00
  CREDITOS EM CIRCULACAO          56.137.143,23-
  CREDITOS A RECEBER          56.137.143,23-
    RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER          56.137.143,23-
      LIMITE DE SAQUE C/VINCULACAO DE PAGAMENT          709.599,01-
      RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP          55.427.544,22-
  DEPOSITOS          29.993,11
    RECURSOS DO TESOURO NACIONAL          29.993,11
  OBRIGACOES EM CIRCULACAO          56.082.576,71
  OBRIGACOES A PAGAR          56.071.775,78
    FORNECEDORES          947.134,05
    DO EXERCICIO          895.045,63
    DE EXERCICIOS ANTERIORES          2.088,42
CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE PF6=REST.CONTABIL
PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

MÁ + a 08/003
```

```
Terminal 3270 - A - ANVIX8438
Arquivo  Editar  Exibir  Comunicação  Ações  Ajuda

___ SIAFI2012-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)___
POSICAO ATE: 11Feb2013 AS 11:12          USUARIO : EVANS
UG/GESTAO: 373066/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DE SAO PAULO-INCRASR-08
MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO)      ANO (ENCERRADO)          TELA: 2
BALANCO - DEMONSTRACAO DAS DISPONIBILIDADES          SEM CONFORMIDADE
EXERCICIO
COMPOSICAO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS 2012
- TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR          50.000,00
  RESTOS A PAGAR          55.124.641,73
    NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR          55.124.641,73
  CREDORES DIVERSOS          682,57
  DEBITOS DIVERSOS A PAGAR          682,57
  VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS          10.118,36
  VALORES A DEBITAR          1.300,45
  SAQUE POR CARTAO DE CREDITO CORPORATIVO          8.817,91
  SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO DO EXERCICIO          24.573,41
  DISPONIBILIDADES P/FONTE DE RECURSOS          55.402.970,81-
  DISPONIBILIDADE DE RESTOS A PAGAR          55.427.544,22
  LIMITE DE RESTOS A PAGAR - RECEBIDO          55.427.544,22

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE PF6=REST.CONTABIL
PF7=RECUA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

MÁ + a 08/003
```

```
Terminal 3270 - A - AWVW06438
Arquivo Editar Exibir Comunicação Ações Ajuda

___ SIAFI2012-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)___
POSICAO ATE: 11Feb2013 AS 11:12 USUARIO : EVANS
UG/GESTAO: 373066/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DE SAO PAULO-INCRA/SR-08
MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 1
BALANCO - DISPONIBILIDADE DA FONTE DE RECURSOS SEM CONFORMIDADE
EXERCICIO
2012
DISPONIBILIDADE POR FR
- DISPONIBILIDADE POR FR 72.669.308,03-
DISPONIBILIDADE POR FR (SALDO INICIAL) 72.669.308,03-
INGRESSOS 71.140.209,82
INGRESSOS EXERCICIO ANTERIOR 50.697.116,75
ORDEN TRANSFERENCIA RECEBIDA 421.808,77
CANCELAMENTO DE RP NAO PROCESSADO 4.446.525,08
CANCELAMENTO DE RP PROCESSADO 42.443,39
RECURSO DE LIMITE DE RP RECEBIDO 45.786.339,51
INGRESSOS EXERCICIO ATUAL 20.443.093,07
SUBREPASSE RECEBIDO 20.443.093,07
DISPENDIOS 53.873.872,60-
DISPENDIOS EXERCICIO ANTERIOR 1.202.485,79-
ORDEN TRANSFERENCIAS CONCEDIDA 1.202.485,79-
CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE PF6=REST.CONTABIL
PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

MÁ + a 08/003
```

```
Terminal 3270 - A - AWVW06438
Arquivo Editar Exibir Comunicação Ações Ajuda

___ SIAFI2012-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)___
POSICAO ATE: 11Feb2013 AS 11:12 USUARIO : EVANS
UG/GESTAO: 373066/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DE SAO PAULO-INCRA/SR-08
MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 2
BALANCO - DISPONIBILIDADE DA FONTE DE RECURSOS SEM CONFORMIDADE
EXERCICIO
2012
DISPENDIOS EXERCICIO ATUAL 52.671.386,81-
DESPESA EMPENHADA LIQUIDADADA 52.671.386,81-
DISPONIBILIDADE POR FR 55.402.970,81-
DISPONIBILIDADE POR FR (SDO FINAL) 55.402.970,81-

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE PF6=REST.CONTABIL
PF7=RECUA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

MÁ + a 08/003
```

Terminal 3270 - A - AWWK0438		
Arquivo Editar Exibir Comunicação Ações Ajuda		
____ SIAFI2012-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)____ POSICAO ATE: 11Feb2013 AS 11:12 USUARIO : EVANS UG/GESTAO: 373066/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DE SAO PAULO-INCRASR-08 MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 1 BALANCO - VARIACAO PATRIMONIAL P/ NATUREZA SEM CONFORMIDADE EXERCICIO 2012		
RECEITAS ORCAMENTARIAS		
RECEITAS CORRENTES		1.910.343,54
RECEITAS NAO TRIBUTARIAS		1.910.343,54
TOTAL DAS RECEITAS ORCAMENTARIAS		1.910.343,54
DESPESAS ORCAMENTARIAS		
DESPESAS CORRENTES		24.994.166,33
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		37.661,51
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		24.956.504,82
DESPESAS DE CAPITAL		27.458.606,84
INVESTIMENTOS		1.630.297,30
INVERSOES FINANCEIRAS		25.828.309,54
(-) TOTAL DAS DESPESAS ORCAMENTARIAS		52.452.773,17
RESULTADO ORCAMENTARIO		50.542.429,63-
CONTINUA...		
PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE PF6=REST.CONTABIL		
PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA		
MÁ + a		09/003

Terminal 3270 - A - AWWK0438		
Arquivo Editar Exibir Comunicação Ações Ajuda		
____ SIAFI2012-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)____ POSICAO ATE: 11Feb2013 AS 11:12 USUARIO : EVANS UG/GESTAO: 373066/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DE SAO PAULO-INCRASR-08 MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 2 BALANCO - VARIACAO PATRIMONIAL P/ NATUREZA SEM CONFORMIDADE EXERCICIO 2012		
INTERFERENCIAS ATIVAS ORCAMENTARIAS		20.443.093,07
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		20.443.093,07
MUTACOES ATIVAS ORCAMENTARIAS		66.214.847,54
INCORPORACAO DE ATIVOS		36.964.511,13
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS		29.250.336,41
(-) MUTACOES PASSIVAS ORCAMENTARIAS		13.760,57
DESINCORPORACAO DE ATIVOS		13.760,57
RESULTADO ORCAMENTARIO APOS INTERF/MUTACOES		35.883.136,77
RESULTADO APOS REC/DESP EXTRA-ORCAMENTARIAS		35.883.136,77
INTERFERENCIAS ATIVAS EXTRA-ORCAMENTARIAS		578.309,33
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS		156.500,56
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		421.808,77
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS EXTRA-ORCAMENTARIOS		184.455.650,56
CONTINUA...		
PF1=AJUDA PF3=SAI P4=CONGERAREL PF5=BALANCETE PF6=REST.CONTABIL		
PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA		
MÁ + a		08/003

Terminal 3270 - A - AWWK0438		
Arquivo Editar Exibir Comunicação Ações Ajuda		
____ SIAFI2012-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)____ POSICAO ATE: 11Feb2013 AS 11:12 USUARIO : EVANS UG/GESTAO: 373066/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DE SAO PAULO-INCRA/SR-08 MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 3 BALANCO - VARIACAO PATRIMONIAL P/ NATUREZA SEM CONFORMIDADE EXERCICIO 2012		
INCORPORACAO DE ATIVOS	179.966.682,09	
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	4.488.968,47	
(-) INTERFERENCIAS PASS. EXTRA-ORCAMENTARIAS	3.115.100,97	
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDOS	2.271,64	
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	1.202.485,79	
OUTRAS INTERFERENCIAS PASSIVAS	1.910.343,54	
(-) DECRESCIMOS PATRIM. EXTRA-ORCAMENTARIOS	146.744.880,56	
DESINCORPORACAO DE ATIVOS	99.950.214,94	
INCORPORACAO DE PASSIVOS	46.772.428,96	
OUTROS DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	22.236,66	
RESULTADO PATRIMONIAL / SUPERAVIT OU DEFICIT	71.057.115,13	
PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE PF6=REST.CONTABIL PF7=RECUA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA		
MÁ + a		08/003

Terminal 3270 - A - AWWK0438		
Arquivo Editar Exibir Comunicação Ações Ajuda		
____ SIAFI2012-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)____ POSICAO ATE: 11Feb2013 AS 11:12 USUARIO : EVANS UG/GESTAO: 373066/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DE SAO PAULO-INCRA/SR-08 MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 1 BALANCO - VARIACAO PATRIMONIAL P/ NATUREZA E FUNCAO SEM CONFORMIDADE EXERCICIO 2012		
RECEITAS ORCAMENTARIAS		
RECEITAS CORRENTES	1.910.343,54	
RECEITAS NAO TRIBUTARIAS	1.910.343,54	
TOTAL DAS RECEITAS ORCAMENTARIAS	1.910.343,54	
DESPESAS ORCAMENTARIAS		
PREVIDENCIA SOCIAL	37.661,51	
ORGANIZACAO AGRARIA	23.383.388,89	
(-) TOTAL DAS DESPESAS ORCAMENTARIAS	52.671.386,81	
RESULTADO ORCAMENTARIO	50.542.429,63-	
INTERFERENCIAS ATIVAS ORCAMENTARIAS	20.443.093,07	
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	20.443.093,07	
MUTACOES ATIVAS ORCAMENTARIAS	66.214.847,54	
INCORPORACAO DE ATIVOS	36.964.511,13	
CONTINUA...		
PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE PF6=REST.CONTABIL PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA		
MÁ + a		09/003

Terminal 3270 - A - AWWK0438

Arquivo Editar Exibir Comunicação Ações Ajuda

___ SIAFI2012-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)___

POSICAO ATE: 11Feb2013 AS 11:12 USUARIO : EVANS

UG/GESTAO: 373066/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DE SAO PAULO-INCR/SR-08

MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 2

BALANCO - VARIACAO PATRIMONIAL P/ NATUREZA E FUNCAO SEM CONFORMIDADE

EXERCICIO	
2012	
- DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	29.250.336,41
(-) MUTACOES PASSIVAS ORCAMENTARIAS	13.760,57
DESINCORPORACAO DE ATIVOS	13.760,57
RESULTADO ORCAMENTARIO APOS INTERF/MUTACOES	35.883.136,77
RECEITAS DE INST. FINANC., ENT. COMER. E IND.	0,00
RESULTADO APOS REC/DESP EXTRA-ORCAMENTARIAS	35.883.136,77
INTERFERENCIAS ATIVAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	578.309,33
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	156.500,56
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	421.808,77
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS EXTRA-ORCAMENTARIOS	184.455.650,56
INCORPORACAO DE ATIVOS	179.966.682,09
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	4.488.968,47
OUTROS ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	0,00
CONTINUA...	

PF1=AJUDA PF3=SAI P4=CONGERAREL PF5=BALANCETE PF6=REST.CONTABIL
PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

MÁ + a 08/003

Iniciar Relatório de Gestão 2013 20.03.2013 - Microsoft W. Painel de controle - HOD Terminal 3270 - A - AW...

Terminal 3270 - A - AWWK0438

Arquivo Editar Exibir Comunicação Ações Ajuda

___ SIAFI2012-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)___

POSICAO ATE: 11Feb2013 AS 11:12 USUARIO : EVANS

UG/GESTAO: 373066/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DE SAO PAULO-INCR/SR-08

MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 3

BALANCO - VARIACAO PATRIMONIAL P/ NATUREZA E FUNCAO SEM CONFORMIDADE

EXERCICIO	
2012	
(-) INTERFERENCIAS PASS. EXTRA-ORCAMENTARIAS	3.115.100,97
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDOS	2.271,64
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	1.202.485,79
OUTRAS INTERFERENCIAS PASSIVAS	1.910.343,54
(-) DECRESCIMOS PATRIM. EXTRA-ORCAMENTARIOS	146.744.880,56
DESINCORPORACAO DE ATIVOS	99.950.214,94
INCORPORACAO DE PASSIVOS	46.772.428,96
OUTROS DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	22.236,66
RESULTADO PATRIMONIAL / SUPERAVIT OU DEFICIT	71.057.115,13

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE PF6=REST.CONTABIL
PF7=RECUA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

MÁ + a 08/003

Iniciar Relatório de Gestão 2013 20.03.2013 - Microsoft W. Painel de controle - HOD Terminal 3270 - A - AW...

11.4 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas Exigidas pela Lei nº 6.404/1976

Conteúdo não cobrado da Unidade Jurisdicionada, segundo o disposto na DN TCU Nº 119, de 18 de janeiro de 2012.

11.5 Composição Acionária das Empresas Estatais

Conteúdo não cobrado da Unidade Jurisdicionada, segundo o disposto na DN TCU Nº 119, de 18 de janeiro de 2012.

11.6 Parecer da Auditoria Independente

Não se aplica ao UJ tendo em vista a exigência feita pelo TCU: **Abrangência:** Autarquias e fundações, empresas estatais da Administração Pública Federal, fundos especiais e entidades que tenham firmado contrato de gestão.

12. Outras Informações Sobre a Gestão

PARTE B–CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS

13. Apresentar o cronograma de levantamento relativo à documentação cartorária de imóveis rurais acima de 10.000,0000 ha (Portaria/Incra/n.º 12/2006), dos cartórios de registro de imóveis

a) Relação das matrículas canceladas dos registros rurais vinculados a títulos nulos de pleno direito ou realizados em desacordo com o art. 221 e seguintes da Lei n.º 6.015/75, identificando o imóvel, matrícula e área do imóvel, município de localização, proprietário, ou cópia da(s) declaração(ões) do Corregedor-Geral de Justiça do Estado sobre a inexistência de imóveis na situação descrita;

No exercício de 2012 não foram encontradas irregularidades nos documentos cartoriais ou na cadeia dominial dos imóveis analisados nos Processos de Fiscalização Cadastral.

b) Informações sobre quais medidas administrativas e judiciais foram adotadas junto ao Corregedor-Geral de Justiça, ou apresentação das razões para a sua ausência caso não haja quaisquer das informações indicadas no subitem anterior;

Não foram adotadas medidas administrativas e judiciais previstas porque não foram constatadas irregularidades nos Processos de Fiscalização Cadastral.

c) Relação das situações com irregularidades nos cartórios de registro de imóveis, detalhando o número de casos apurados, a existência de requerimento ao Corregedor-Geral de Justiça de realização de inspeção ou correição e de promoção da correspondente representação ao Ministério Público, devendo conter na relação, no mínimo, a identificação do cartório e comarca, a irregularidade identificada e as medidas adotadas;

Não há, conforme respostas anteriores.

d) Relação de imóveis que tiveram ou venham a ter o Certificado de Cadastro do Imóvel Rural – CCIR cancelado pelo INCRA, contendo: cadastro e área, município de localização, proprietário e motivo do cancelamento;

Não há, conforme respostas anteriores.

e) Relação dos processos irregulares encaminhados à Procuradoria-Geral do Estado, indicando, no mínimo: número do processo, nome e/ou identificação do imóvel, cadastro e área do imóvel, proprietário e a(s) irregularidade(s) apurada(s).

Não há, conforme respostas anteriores.

14. Principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação.

A demora no pagamento dos compromissos contratuais desta UJ gerou desgaste junto aos fornecedores, criando dificuldades nas novas contratações em razão do grande volume registrados em restos a pagar.

Insta informar que no ultimo trimestre de 2012, foi criada metodologia, por parte da Diretoria Financeira, tal ação contribuiu para a diminuição do passivo dos restos a pagar.

Quanto às ações de mitigação foge a governabilidade da UJ, por se tratar de unidade executora, e tais pendências ficam a cargo da UO/MDA, para a gestão junto a STN.

Em razão do quadro reduzido de funcionários da UJ, para execução de todas as demandas de ações do INCRA, nos últimos anos alguns trabalhos são auxiliados por funcionários terceirizados ou prestadores de serviços, isto foge às ações de mitigação desta UJ por tratar-se de decisões conjuntas do Governo Federal e INCRA/MDA.

No âmbito das restrições estruturais institucionais do INCRA, destacam-se: 1) o efetivo de servidores, em relação às metas, ações e recursos, não tem apresentado crescimento proporcional ao longo dos anos, mesmo considerando a realização dos concursos públicos nos anos de 2004, 2005 e 2010, que, ainda assim, não repôs a força de trabalho aposentada da Instituição.

ANEXOS

Quadro A.5.3 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: SUPERINTENDENCIA ESTADUAL DO INCRA EM SÃO PAULO – SP									
CNPJ: 00.375.972/0010-51				UG/GESTÃO: 373066/37201					
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
1	597248	FUNDACAO DE APOIO INST AO DESENV CIENT	1.306.080,00	0,00	277.200,00	1.220.400,00	18.12.2008	31.12.2013	1
LEGENDA <div> <div>Modalidade:</div> <div> 1 - Convênio 2 - Contrato de Repasse 3 - Termo de Cooperação 4 - Termo de Compromisso </div> </div> <div> <div>Situação da Transferência:</div> <div> 1 - Adimplente 2 - Inadimplente 3 - Inadimplência Suspensa 4 - Concluído 5 - Excluído 6 - Rescindido 7 - Arquivado </div> </div>									
Fonte: SIAFI									